



INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

RONI DE MELLO PERONIO

UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA QUE VISE A IGUALDADE DE GÊNERO NO
MUNDO DO TRABALHO PARA OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FARROUPILHA (IFFAR)

Jaguari- RS

24/04/2020

RONI DE MELLO PERONIO

**UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA QUE VISE A IGUALDADE DE GÊNERO NO
MUNDO DO TRABALHO PARA OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FARROUPILHA (IFFAR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Fábio Diniz Rossi

Co-orientador(a): Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio

Jaguari- RS

24/04/2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos
Processamento Técnico.

P453i Peronio, Roni de Mello

Uma intervenção pedagógica que vise a igualdade de gênero no mundo do trabalho para os cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Educação Farroupilha (IFFAR) / Roni de Mello Peronio - Jaguari, RS: [s.n.], 2020.

140 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – Jaguari.
Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha.
Orientador: Prof. Dr. Fábio Diniz Rossi.
Co-orientadora: Prof. Dr. Marcele Teixeira Homrich.
Inclui bibliografia.
Inclui apêndice.

1. Intervenção pedagógica. 2. Igualdade de gênero. 3. Mundo do trabalho.
I. Título. II. Série.

CDU: 37.015.3

Índice para o catálogo sistemático:

Igualdade de gênero	316.47
Mundo do trabalho	331:37

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Joice Nara R. Silva – CRB -10/1826.

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

RONI DE MELLO PERONIO

**UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA QUE VISE A IGUALDADE DE GÊNERO NO
MUNDO DO TRABALHO PARA OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FARROUPILHA (IFFAR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 24 de Abril de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Fábio Rossi

Prof. Dr. Fábio Diniz Rossi
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Farroupilha
Orientador

Ricardo Rodrigues

Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Farroupilha

Aniara R. Machado

Profa. Dra. Aniara Ribeiro Machado
Fundação Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA

RONI DE MELLO PERONIO

**UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA QUE VISE A IGUALDADE DE GÊNERO NO
MUNDO DO TRABALHO PARA OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FARROUPILHA (IFFAR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 24 de Abril de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Fábio Rossi

Prof. Dr. Fábio Diniz Rossi
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Farroupilha
Orientador

Ricardo Rodrigues

Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Farroupilha

Aniara H. Machado

Profa. Dra. Aniara Ribeiro Machado
Fundação Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares e especialmente a esposa, Ana Paula, por todo o apoio durante os estudos, pela compreensão nos momentos de ausência e nos momentos em que a minha presença, cercada de apreensões e angústias, não era das mais agradáveis. Agradeço a razão da minha vida, minha filha Anna Vitória, cada sorriso, cada olhar serviu/serve de inspiração.

Agradeço ao IFFar, especialmente o campus Jaguari pela acolhida nos momentos de dificuldade. Agradeço aos professores do ProfEPT, por todo o aprendizado e reflexões, que possibilitaram o surgimento desta pesquisa. Agradeço por discutirem a Educação Profissional e Tecnológica, não como uma mera modalidade técnica de educação, mas sempre permeada pelo componente humano, que busca, por meio de seu trabalho, promover sua emancipação.

Agradeço ao orientador Fabio Rossi que, mesmo não sendo o tema de sua área de pesquisa, não se opôs a me orientar nessa caminhada. Agradeço a co-orientadora Marcele Teixeira Homrich Ravasio pelas recomendações de leituras, isso foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Agradeço ao membro da banca de qualificação Ricardo pelas valiosas contribuições. Um agradecimento especial à Aniara pelas valiosas contribuições na qualificação, por contribuir durante toda a pesquisa. Agradeço às colegas de trabalho Graciela e Cintia pelas conversas em torno de tema, elas têm muitas influência na desconstrução do machismo que ainda habita em mim. Agradeço aos colegas de mestrado pelas conversas e inquietação sobre o mundo do trabalho, pela paciência nos acalorados debates sobre o tema.

Agradeço à política de interiorização das universidades públicas, isso me deu a oportunidade de fazer parte de uma instituição pública de ensino, que permite e incentiva continuar estudando. Agradeço à política de expansão dos Institutos Federais, é uma honra ter no meu currículo o título de mestre consentido pela uma instituição que tem como missão a formação integral dos sujeitos.

Não é possível falar de mérito sem oportunidade. Que todos possam ter a oportunidade que tive.

RESUMO

Há uma segregação profissional entre os cursos, conseqüentemente uma divisão sexual do trabalho. Desse modo, o objetivo dessa pesquisa foi elaborar um material de apoio que vise problematizar a divisão sexual do trabalho em ambientes escolares e não escolares. Para isso, foi utilizada a metodologia qualitativa, com as técnicas de pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação. A técnica para obter dados foi a observação sistemática de opiniões, atuações nas atividades propostas, bem como atividade escritas. Todos os dados observados foram gravados, sistematizados e analisados reflexivamente para produção do conhecimento. A intervenção Pedagógica foi aplicada na turma do curso Técnico Integrado em Informática do Instituto Federal Farroupilha, campus Alegrete-RS. Como produto Educacional, resultado desse estudo, foi um ebook intitulado: Intervenção Pedagógica: Uma abordagem dialógica sobre a Divisão Sexual do Trabalho. Esse material pode servir de apoio para qualquer professora(o), independente da área de formação, por isso é composto de duas partes: a primeira aborda aspectos teóricos históricos sobre a problemática, bem como os conceitos e que serão abordado nas dinâmicas propostas. A segunda são sugestões de dinâmicas interativas para aplicar em sala de aula. Entendo que a divisão sexual do trabalho é a consequência dos discursos proferidos sobre a mulher durante a história, e, ao mesmo tempo, a causa que mantém desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Nesse percurso, foi destacado que entre as causas das desigualdades entre mulheres e homens está a invisibilidade das diferentes formas de opressão, bem como a naturalização das diferenças em razão de determinantes físicos e biológicos. Nesse sentido é preciso que, cada vez mais, que sejam estimulados debates sobre a desigualdade de gênero, seja em espaços escolares ou não escolares, só assim teremos uma sociedade justa e igualitária para todos.

Palavras-Chave: Intervenção Pedagógica, Igualdade de Gênero, Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

There is a professional segregation between courses, consequently a sexual division of labor. Thus, the objective of this research is to develop support material that aims to problematize the sexual division of labor in school and non-school environments. For this, the qualitative methodology was used, with bibliographic research and action research techniques. The technique for obtaining data was the systematic observation of opinions, actions in the proposed activities, as well as written activities. All observed data were recorded, systematized and analyzed reflexively to produce knowledge. The Pedagogical intervention was applied to the group of the Integrated Technical Course in Informatics at the Federal Farroupilha Institute, campus Alegrete-RS. As an Educational product, the result of this study, it was an ebook entitled: Pedagogical Intervention: A dialogical approach on the Sexual Division of Labor. This material can serve as support for any teacher, regardless of the area of training, so it is composed of two parts: the first deals with historical theoretical aspects of the problem, as well as the concepts that will be addressed in the proposed dynamics. The second are suggestions for interactive dynamics to apply in the classroom. I understand that the sexual division of labor is the consequence of the speeches made about women during history, and, at the same time, the cause that maintains gender inequality in the world of work. Along this path, it was highlighted that among the causes of inequalities between women and men is the invisibility of different forms of oppression, as well as the naturalization of differences due to physical and biological determinants. In this sense, it is necessary that, more and more, debates about gender inequality be stimulated, whether in school or non-school spaces, only then will we have a fair and equal society for all.

Keywords: Pedagogical Intervention, Gender Equality, World of Work.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Divisão Sexual do Trabalho	61
Tabela 2-Resultado das atividades Sexo/Gênero	66
Tabela 3- Afirmações sobre Sexo/Gênero	67
Tabela 4- A Coisa mais importante que você aprendeu ?	72
Tabela 6- O que você achou mais difícil ?	73
Tabela 7- O que você mais gostou ?	74
Tabela 8- O que te ajudou quando estava com dificuldades ?	74
Tabela 9-O que você gostaria de ter aprendido mais sobre o assunto?	75
Tabela 10- O que te surpreendeu mais ?	76
Tabela 11- O que realmente te fez pensar ?	76
Tabela 12- O que você mudaria nas atividades para ajudar seus colegas ?	77

A DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IFFar– Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica Farroupilha

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
Questão da Pesquisa	13
Objetivo geral	14
Objetivos específicos	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Adaptação/interação do homem com a natureza	15
2.1.1. Primeira Revolução Agrícola	16
2.1.2. Revolução Industrial	18
2.1.3. Revolução do conhecimento e da comunicação	20
2.2. Associação/colaboração	23
2.3. Simbolização/significação	25
3. A linguagem como elemento de dominação	32
4. A emergência do Gênero	34
5. Explicações atuais sobre desigualdade	39
6. EPT no Brasil- da Educação doméstica aos Institutos Federais	40
7. METODOLOGIA	49
8. PRODUTO EDUCACIONAL	54
8.1. Proposta de Intervenção Pedagógica	54
9. RESULTADOS E DISCUSSÕES	60
9.1. Divisão Sexual do trabalho	60
9.2. Sobre Biológico e gênero	65
9.3 Tipos de intervenções foram propostas	69
9.4. Avaliação da Intervenção Pedagógica	71
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
11. REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	85
Referencial Teórico	91
Formação Sócio-cultural	91
Adaptação/interação do homem com a natureza	91
Primeira Revolução Agrícola	92
Revolução Industrial	93
Revolução do Conhecimento e da Comunicação	95
Associação/colaboração	97
Simbolização/significação	100

A linguagem como elemento de dominação	105
Gênero	108
Ideologia ou igualdade de gênero ?	112
Desenvolvimento da Intervenção Pedagógica	118
Objetivos:	118
Conteúdos trabalhados	118
Organização da turma	119
Tempo de aplicação	119
Problematização	120
Organização do Conhecimento	127
Aplicação do Conhecimento	131
Considerações finais	133
Referências	134
ANEXO A – PROPOSIÇÃO SOBRE SEXO BIOLÓGICO E GÊNERO	136
ANEXO B- PROFISSÕES “TÍPICAS” DE HOMEM/MULHER	137
ANEXO C- AUTO-AVALIAÇÃO	138

1.INTRODUÇÃO

Durante um período considerável de tempo, as mulheres estavam restritas a espaço doméstico, não tendo o direito de interagir nos espaços políticos e nas questões sociais. Ao longo do tempo, à medida que a cultura avançava, elas conquistaram esse direito, entretanto ainda há uma desigualdade marcada por gênero, isso se deve ao abismo histórico das condições oferecidas para os homens e para as mulheres, tanto do ponto de vista social quanto profissional. Devido a importância do tema, a igualdade de gênero consta em terceiro lugar entre os oito grandes objetivos do milênio estabelecidos pelas Nações Unidas (OLINTO, 2011).

No âmbito da educação essa desigualdade também está presente. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, as mulheres são a maioria na universidade, entretanto, embora a universidade escolha indiscriminadamente homens e mulheres, as trajetórias discentes são diferenciadas. Dentre os 20 maiores cursos de graduação, Pedagogia é o que tem maior percentual de matrículas femininas, com uma participação de 92,8%, sendo também o terceiro maior curso do País. Já a participação masculina se dá mais intensamente no curso de Engenharia Mecânica (15º maior curso do País em número de matrículas), no qual 89,8% das matrículas são do sexo masculino (INEP, 2017).

Isso também evidencia que as relações de gênero instituídas na sociedade influenciam a formação do vínculo com o conhecimento, criando a divisão social do trabalho também no campo da ciência. Para essa autora as profissões “tipicamente” femininas são historicamente desvalorizadas no mercado de trabalho, fazendo com que as mulheres fiquem economicamente subordinadas aos homens, visto que as mulheres recebem, em média, 76,5% o valor do salário pago ao homem (IBGE, 2017).

Além da desvalorização das profissões “típicas” de mulheres, a força de trabalho feminina também é desvalorizada, pois apenas pouco mais de 20% das mulheres ganham acima de dez salários mínimos entre os profissionais de saúde, mais de 40% dos homens estão nesta faixa de rendimentos (OLINDO, 2011). Essa diferença tende a acentuar, pois para essa autora, o Brasil é o país que mais recebe menções à área de saúde como carreira planejada por parte das meninas: quase

30%, em comparação com menos de 15% dos meninos.

Os trabalhos reprodutivos, aqueles que não há remuneração salarial, permanecem majoritariamente sob responsabilidade das mulheres. Elas dedicam-se cerca de 18 horas semanais aos serviços domésticos, enquanto entre os homens esse índice cai para 10 horas semanais (IBGE, 2017). Esse fato acarreta um efeito cascata de consequências. Uma dupla exploração, uma na esfera produtiva, com menores salários, e outra na esfera da reprodução, encarregada dos afazeres domésticos. Para uma parcela de mulheres, essa dupla exploração torna-se um obstáculo para prosseguir estudando, visto que os cuidados com crianças e afazeres doméstico são uma das principais causas de evasão escolar das mulheres, cerca de 24% das mulheres deixam de estudar para cuidar de crianças, idosos e do lar, esse número cai para 0,7 % quando relacionado aos homens (INEP, 2017).

Esse fato tem uma implicação direta no empoderamento das mulheres, isso porque níveis mais elevados de educação aumenta o potencial de geração de renda, fomenta a economia, proporcionando autonomia nas decisões pessoais e uma maior participação na vida pública. Para Costa e Pinheiro (2015) a dupla jornada de trabalho, a desvalorização das profissões “típicas” de mulheres são os principais obstáculos para baixa participação feminina nos sindicatos e órgãos de classe, 12,96% no Senado Federal e 15% na Câmara de Deputados federais (TSE, 2018), com isso fortalece a figura masculina como o principal ator sociopolítico.

Embora tenham ocorridos avanços na cultura, que beneficiaram as mulheres, esses não foram capaz de mudar a estrutura de poder, devido o baixo índice de mulheres em cargos políticos. Essa divisão sexual do trabalho oferece significado às práticas sociais do trabalho. Na esfera da produção há concepção do que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher, essa diferença incide no valor diferenciado do trabalho.

A polarização, do espaço público e privado, ocupa um lugar de destaque na história das mulheres, mas atualmente a discussão centra-se não somente na superação dessa polarização, mas na hierarquização dotada a cada um dos espaços e na produção da importância política ao espaço público. Para Colling (2014) o estudo da separação do saber e do poder de uma esfera (pública) e o desmerecimento e a desqualificação de outra (privada) é o centro das discussões.

Para entender a problemática abordada neste estudo, é necessário entender como se construiu e reconstrói a sócio-história, e, de como se construiu os discursos sobre qual deveria ser o papel da mulher na sociedade. Para isso, esse referencial teórico está dividido em quatro momentos.

No primeiro momento, parte-se da premissa que toda formação social é baseada em três eixos: Adaptação/Interação do homem com natureza; Associação/Colaboração entre os seres humanos; Simbolização/Significados que os seres humanos dão a vida e objetos. Esses eixos funcionam sempre juntos, são como as rodas que fazem andar o que chama-se de história da humanidade. Eles são permanentes e são configurados e reconfigurados através dos tempos, pois estão ligados diretamente a produção e a reprodução das condições materiais da vida humana.

No segundo momento será analisada a linguagem/discursos como elemento central que nos torna sociável, ela está presente em todos os eixos supracitados e em diferente épocas da história, ela é uma ferramenta de dominação do homem pelo homem. Parte-se do princípio que os significados das palavras é resultado de luta de classe, desse modo, será contextualizado o emergência do significado da palavra Gênero, bem como as expressões: ideologia de Gênero e igualdade de Gênero.

No terceiro momento serão abordadas as explicações contemporâneas sobre a desigualdade de gênero, e, em seguida será feito uma análise histórica da Educação Profissional Tecnológica no Brasil para as mulheres, da Educação domésticas aos Institutos Federais. Por último, será apresentada uma proposta de Intervenção Pedagógica que vise a escola não apenas como local de transmissão de conhecimento, mas que seja capaz de relacionar trabalho, ciência e cultura na compreensão das estruturas de poder que legitimam a discriminação motivada por gênero, contribuindo para a busca pela formação omnilateral, desse modo, justifica-se esta pesquisa, pois busca-se identificar, conhecer e intervir nas práticas escolares, contribuindo para uma escola crítica e emancipadora. Nesse contexto, a questão de pesquisa que norteia esse trabalho é: Quais as contribuições que uma Intervenção Pedagógica, que visa desenvolver o olhar crítico dos discentes, sobre desigualdade de gênero no mundo do trabalho, no âmbito da Educação Profissional Tecnológica? Para responder essa questão, essa pesquisa teve como objetivo

elaborar um material de apoio que vise problematizar a divisão sexual do trabalho com o intuito de desenvolver um olhar crítico, sobre a desigualdade de gênero no mundo do trabalho, dos discentes do curso de Técnico em Informática Integrado do Instituto Federal de Educação Tecnológica Farroupilha, campus Alegrete-RS.

Para atingir o objetivo geral, este estudo teve como objetivos específicos: discutir aspectos históricos sobre os conceitos de trabalho e emprego; problematizar a divisão sexual do trabalho; discutir aspectos históricos sobre os conceitos de sexo e gênero; apresentar dados sobre a divisão sexual do trabalho; sistematizar possibilidades de abordagem metodológica acerca do tema “desigualdade de gênero”.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Adaptação/interação do homem com a natureza

Trata-se das relações dinâmicas do ser humano com o meio ambiente, o ser humano é extremamente interativo adaptativo e flexível, faz a natureza se adaptar às suas necessidades e as suas capacidades de criação (BOFF, 2010). Faz isso pelo trabalho. Na concepção marxista o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (SAVIANI, 2003). Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

O trabalho, então, pressupõe uma ação sobre a matéria bruta ou sobre a matéria-prima, no sentido de convertê-la em um produto caracterizado pela sua utilidade. O homem age sobre o objeto e faz do objeto um produto. Toda atividade implica um certo gasto de energia, e a energia que o homem gasta no trabalho recebe no nome de força de trabalho. Então, o trabalho é o resultado da ação do homem sobre a natureza, transformando o objeto em produto, e a força de trabalho é a energia que ele usa para transformar o objeto em produto.

Os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido. Essa diferença entre trabalho e força de trabalho é absolutamente central, porque tradicionalmente o capitalismo não remunera o trabalho e sim a força de trabalho. Então, o salário ou a remuneração ao trabalhador não é tradicionalmente dado por aquilo que ele produz, mas por aquilo que ele gasta de tempo ou força física para produzir. Nesse contexto a força de trabalho torna-se mercadoria.

Na interação do homem com a natureza, Boff (2010) destaca três revoluções: a primeira revolução agrícola, a revolução Industrial e a revolução do conhecimento e da comunicação. Os próximos tópicos serão dedicados a explicitar quais os

discursos e seus desdobramentos usados para designar o papel da mulher na sociedade em cada época.

2.1.1. Primeira Revolução Agrícola

Esse período é marcado pela domesticação dos animais e plantas. Criaram-se vilas, cidades e garantiu-se a infraestrutura e subsistência material dos seres humanos. Foi a partir dessa época que lançaram se as raízes do patriarcalismo, isto é, da dominação do princípio masculino sobre as mulheres na organização da vida humana (BOFF, 2010).

Nesse período promoveu, nos agrupamentos, humanos uma reorganização das funções políticas. Nessa nova organização, as relações sociais são estabelecidas a partir de uma comunidade matrilinear, em que o sistema de parentesco era definido pela descendência da mulher (LOP, 2009). As necessidades sentidas pela humanidade, como a alimentação, são agora supridas pela mulher, uma vez que o cultivo de plantas está sob sua responsabilidade.

A condição biológica do homem, que outrora fora de vital importância à sobrevivência do grupo, como agilidade, força física e velocidade, agora passa a ser secundária, cabia ele, antes da Revolução Agrícola, prover a alimentação do grupo, através da caça, e, para isso, necessitou desenvolver algumas características físicas, que o foram definindo como gênero masculino dentro do grupo.

Nesse contexto o homem desempenhava o papel do caçador, mas cabia às mulheres o preparo da terra e os cuidados com as plantas. Com a domesticação dos animais e o desenvolvimento da agricultura intensiva, uso de arado, ocorre um aumento na produção, caracterizado como capital excedente, o que possibilitou a volta do homem a organização social, com a finalidade de vigiar e proteger o grupo de saques que porventura viessem a ocorrer (LOP, 2009).

Com os excedentes dos suprimentos alimentares, ficou determinado o lugar da mulher nessa nova economia, corresponde com a materialização da organização social do grupo pois, as palavras lar e mãe estão expressas em todas as fases da agricultura neolítica, além de nos primeiros aldeamentos que vieram a se constituir devido ao desenvolvimento agrícola. A mulher tinha como responsabilidade: cultivar na terra, fabricar os primeiros objetos em argila, cuidar do bem estar dos filhos (LOP,

2009).

De uma economia agrícola ainda em fase inicial, com base na enxada, a humanidade passa, em razão do acréscimo de conhecimento e produção de novos instrumentos de produção, a uma economia agrícola intensiva à base do arado, as necessidades de alimentação passam a ser supridas de maneira mais tranquila. O acúmulo de alimento estocado exige a volta do homem caçador, com seu comportamento e habilidades rudes, para proteger a aldeia da invasão de outros grupos que intencionavam saquear o alimento estocado (LOP, 2009).

Se na agricultura a base da enxada, a força física masculina não era mais necessária, na agricultura à base do arado, esta se faz necessário, tornando motivo para o homem retornar a desempenhar a função de provedor do grupo. Nessa nova fase, cabe ao homem proteger a aldeia e prover seu alimento. E, com o acúmulo de conhecimento e novas tecnologias de metais, pois o homem aprendeu a fundir tal minério, o homem foi gradativamente modificando seu meio, produzindo cada vez mais (LOP, 2009).

A nova técnica proporciona ao homem possibilidade de produzir não somente novos instrumentos de produção, como o arado, mas, também, novos instrumentos de defesa. Nesse contexto o homem ganha um papel de destaque no grupo, o de protetor, defendendo as aldeias de outros grupos, bem como de animais selvagens. Isso fez com que cada vez mais as funções do caçador fossem requeridas, o que pode ter motivado o caçador a alterar seu papel de "cão-de-guarda" pelo de "lobo", exigindo pagamento pela função desempenhada (LOP, 2009). Talvez isso represente a evolução de simples caçador para chefe político e a ascensão ao poder.

Nesse processo civilizatório a mulher havia perdido seu poder para o homem, os homens já estavam agindo para acabar com a descendência matrilinear e instaurar a descendência patrilinear, pois a sociedade que se instituíra tinha agora as marcas masculinas (LOP, 2009). Nessa nova sociedade, as relações de poder são masculinas, bem como a propriedade que não é mais coletiva, e sim privadas, pertence ao homem e, como um desses bens, está a mulher.

Na primeira Revolução Agrícola, no período neolítico, as condições físicas do homem garantiram a ele seu retorno como indivíduo atuante no grupo, da função de proteção à função política. Isso traz a percepção de que na nova sociedade que

estava sendo instituída, a propriedade privada pertencia ao homem que detinha o controle político. A mulher já não possuía uma função honrosa na sociedade que estava emergindo, isso foi fundamental para definir qual deveria ser a ocupação da mulher no mundo do trabalho nos séculos seguintes.

2.1.2. Revolução Industrial

Nesse período, criou-se a máquina que incorporou a si a força física do ser humano que não precisa mais fazer grandes esforços, carregar pesos e gastar sua saúde na produção. Manteve-se e até reforçou o patriarcalismo, pois aumentou os meios e as formas de dominação sobre as pessoas e a natureza. Nesse período ocorreu a incorporação de trabalho feminino, fim do século XVIII e início de século XIX, fase marcada pela consolidação capitalista. As principais ocupações das mulheres eram: serviços domésticos, emprego agrícola, domiciliar e fabril, destaquem para costura (GUIRALDELLI, 2012).

Ressalta-se que, nesse período, os movimentos operários que surgiram na industrialização do país defendiam o retorno das mulheres ao lar, eles entendiam que era de competência feminina e zelo pela casa e pela dedicação à maternidade (GUIRALDELLI, 2012). Episódios como esse demarcaram a posição dos homens e das mulheres no mundo do trabalho e garantiram os privilégios, status e ocupações diferenciadas na esfera produtiva, resultando numa completa desvalorização, desqualificação e inferiorização dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres.

Para esse autor, na época adotar o trabalho feminino era conveniente, porque as mulheres eram mais “dóceis”, além de que os salários eram inferiores, por significar um rendimento complementar ao orçamento familiar, frisando que a principal ocupação da mulher era a dedicação aos serviços domésticos. Infelizmente essa realidade não mudou, nem em relação aos serviços domésticos e nem em relação ao salário. Pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Data Popular demonstram 98% das mulheres participantes da pesquisa, além de trabalhar remuneradamente, são as responsáveis pelos afazeres domésticos, 71% das participantes afirmam que não contam com a ajuda dos homens na realização das tarefas domésticas (GALVÃO *Apud* PINHEIRO, COSTA, 2015).

Os serviços domésticos e cuidados com crianças e idosos assumem o

importante papel quando trata-se da evasão escolar, cerca de 24,20% das mulheres desistem de estudar por esse motivo, quando trata-se do homem esse índice cai para 0,7% (PNAD, 2017).

Para Pinheiro e Costa (2012) as mulheres continuam a serem discriminadas no mercado de trabalho em termos de cargo e salários; em algumas situações trabalham mais e ganham menos, em 2016 o rendimento médio mensal das mulheres no Brasil foi de 76,5% em relação aos homens (IBGE, 2016). Antunes (2009) cita que nas empresas japonesas, por exemplo, praticam-se abertamente dois sistemas de remuneração em função do sexo. Outro exemplo é o da discriminação das mulheres casadas. Na França, quando do processo de seleção, as empresas matrizes não discriminam as mulheres casadas como fazem nas suas filiais brasileiras.

Como já supracitados, essa diferença salarial persiste nas profissões exercidas por homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho, dentro do espaço fabril, as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres.

Havia uma distinção entre o trabalho masculino e feminino. Os trabalhos intelectuais eram desenvolvidos por homens, enquanto trabalhos rotineiros por mulheres, o trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres e aquele que requer conhecimentos técnicos era atribuído aos homens. (ANTUNES, 2009). Para esse autor a expansão do trabalho feminino tem sido em trabalho precarizado, marcado pela informalidade, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens.

Para Costa e Pinheiro (2015), o capitalismo depende de uma estratégia de dividir para reinar, desse modo a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de gênero, de classe, de raças e das práticas sociais, por isso que a divisão sexual não se resume a divisão de tarefas: são regras de dominação de gênero que se reproduzem no tecido social e interfere até mesmo no processo de organização política da mulher, desse modo força de trabalho masculina aparece como força livre e a força de trabalho feminina aparece como

sexuada.

Olinto (2011) afirma que há dois mecanismos de segregação enfrentados pelas mulheres: segregação horizontal e segregação vertical. A primeira, as mulheres são levadas a fazer escolhas e seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens, elas tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades que consideram ou são levados a considerar como mais adequados para elas. Essa segregação inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero.

A segunda é um mecanismo social talvez ainda mais sutil, mais invisível, que tende a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas ou, em outras palavras, que não possam progredir nas suas carreiras profissionais. Estudos que abordam a segregação vertical têm se valido de termos como ‘teto de vidro’, indicando os processos que se desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão profissional dos homens.

A principal característica de divisão sexual é a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado. Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização, trabalho de homem “vale” mais do que trabalho de mulher (COSTA, PINHEIRO, 2015). É nesse momento em que qualificam ou desqualificam as funções e tarefas femininas.

2.1.3. Revolução do conhecimento e da comunicação

Nessa revolução criou-se outro tipo de máquina que incorporou-se a força mental do ser humano: o trabalho intelectual, a invenção através do computador, do robô e da Informática. Essa revolução também foi marcada pelo patriarcalismo, isso porque até o século XVIII as mulheres eram proibida de estudar.

Nas primeiras décadas do século XX, a ciência era definida como carreira imprópria para mulheres, era profissão de homens. As mulheres eram proibidas de freqüentar lugares públicos, entrar em bibliotecas, universidades, publicar resultados

de suas pesquisas ou discutir em posição de igualdade sobre seus conhecimentos com os cientistas homens (CARVALHO, CASAGRANDE, 2011). Para as autoras, algumas mulheres cientistas usaram pseudônimos masculinos para poder comunicar-se com outros cientistas e serem ouvidas e respeitadas.

Porém antes disso, já havia surgido a primeira mulher cientista, a matemática Hipácia (370 - 415), que trabalhava na biblioteca de Alexandria, e foi assassinada por monges cristãos instigados por religiosos fanáticos (CHASSOT, 2017). Também destaca-se:

[...] Maria Agnesi (1718-1799) destacada pelos estudos de geometria, havendo uma curva que leva seu nome; Sophia Germain (1776-1831), autora de trabalho na teoria dos números e sobre a vibração em superfície esféricas; Sonya Kovalevsky (1850-1891) é referência quando se explicam integrais e funções abeliana, curvas definidas por equações diferenciais e a das funções potenciais; Emmy Noether (1882-1935) tem destaque por formulações matemáticas de diversos conceitos da teoria da relatividade e por seus trabalhos em operadores diferenciais e álgebra comutativa; Maria Cunitz (1610-1664), que simplificou as tabelas do movimentos planetários de Kepler; Caroline Lucreía Herschel (1750-1884), considerada o maior nome feminino na astronomia, por suas observações e descobrimentos de oito cometas e quatro nebulosas; Maria Mitchel (1818-1889) descobriu um cometa e fez estudos significativos sobre a composição dos anéis de Saturno; Williamia Fleming (1857-1911) foi quem classificou as estrelas a partir do espectro fotográfico; Mary Orr Evershed (1867-1949) que escreveu um guia das constelações visíveis no hemisfério Sul e estudou as protuberâncias solares. (CHASSOT, 2017 p. 64-65).

Segundo Mosconi (1994 *apud* KOVALESKI E PILIATTI, 2005), essa proibição teve duas conseqüências para a instrução das mulheres. Em primeiro lugar, ao instruírem-se, as mulheres não tiveram acesso a saberes produzidos por indivíduos do seu sexo, mas há saberes produzidos por homens que, muitas vezes, davam-lhes imagens desvalorizadas do seu sexo. Portanto, nada ou pouca coisa nesses saberes permitiram pensar, compreender e teorizar a sua própria experiência, a sua própria situação social, o seu próprio lugar nas relações sociais de sexo.

Só a partir do século XVIII foi permitido o acesso das mulheres na universidade. O primeiro país a permitir foi os Estados Unidos em 1834. Na Suíça, esta permissão ocorreu em 1860 e na França em 1880. Na Alemanha, esta liberação aconteceu em 1900 enquanto que na Inglaterra foi em 1870, apesar de que algumas universidades britânicas não autorizaram o livre acesso das mulheres até meados do século XX. No Brasil, a permissão para a entrada das mulheres na universidade se

dá em 1879, sendo que em 1887 a primeira mulher, Rita Lobato Velho Lopes, recebe o grau de médica. Os historiadores da educação brasileira que abordaram o tema da educação feminina demonstram que a educação escolarizada para as mulheres não tinha sido uma preocupação da sociedade patriarcal brasileira até meados do século XIX (KOVALSKI, PILATTI, 2005).

Para esses autores, Intelectuais de extração liberal e positivista, como Teixeira Mendes, Tito Lívio de Castro e José Veríssimo, embora aceitassem a educação feminina, recomendavam que ela não ultrapassasse os limites da formação de donas-de-casa e mães de família. Mas foi o grupo dos católicos que tinha a maior repulsa pela emancipação feminina. O Barão de Rio Branco definiu um projeto de 'revolução dentro da ordem' para a educação feminina cujas disciplinas seriam prendas domésticas para formar damas prendadas e boas donas-de-casa.

A ciência foi uma construção social que se deu sob parâmetros considerados pela sociedade ocidental da época como masculinos, tais como a objetividade e a racionalidade. O rigor científico era considerado uma qualidade dos homens e, caso as mulheres a ele se dedicassem, poderiam sofrer conseqüências em sua saúde (CARVALHO, CASAGRANDE, 2011). Para os autores, o modelo e cultura masculinos de sucesso na ciência envolvem relações acadêmicas competitivas entre pares e o compromisso integral com o trabalho científico. Para que as mulheres "cheguem lá" implicam enfrentar e superar dificuldades e barreiras que começam a ser constituídas no processo de socialização diferenciadas entre meninos e meninas.

A escola como protagonista nesse processo, precisa mudar a lógica do ensino "taylorista", isso porque a linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos das disciplinas escolares são, todos, campos de um exercício (desigual) de poder (LOURO, 1997). Para essa autora os currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos. A seleção dos conhecimentos é reveladora das divisões sociais e da legitimação de alguns grupos em detrimento de outros.

[...] se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas

identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOURO, 1997, p. 85).

Não se trata de alimentar uma postura reducionista ou ingênua que supõe ser possível transformar toda a sociedade a partir da escola ou supõe ser possível eliminar as relações de poder em qualquer instância, entretanto é necessário alimentar a postura defendida por Paulo Freire: *“se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental ela pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, ela não pode ser a reprodutora da ideologia dominante”* (FREIRE, 1996, p. 112). Para esse educador, aprender é um ato revolucionário. Por meio da educação, e de maneira coletiva, se compreende a realidade, explica a realidade para depois transformá-la. Assim o indivíduo toma consciência de sua condição histórica, assumir o controle de sua trajetória e conhecer sua capacidade de transformar o mundo.

2.2. Associação/colaboração

Os seres humanos não vivem, convivem. Associam-se em famílias, tribos, vilas, cidades, estados. Introduzem divisão social do trabalho, distribuem as responsabilidades, a partir da sua participação no processos produtivos e na capacidade decisão sociais, criam grupos sociais diferenciados. Esta diferenciação se mostra na forma como são modeladas as relações de gênero (BOFF, 2010). Para esse autor a sociedade se constrói por estruturas econômicas e políticas e pelo dinamismo ligado às classes em conflito. Assim, em todas as sociedades, os cidadãos organizam-se suas vidas dentro de duas lógicas: a da casa (o privado) e a da rua (o público).

Acasa significa o conjunto das relações parentais, amicais exclusivas dos membros, vivem relações de privacidade de espontaneidade, de imediato que não se encontram na sociedade. Na casa a despeito das diferenças do sexo, das idades e dos graus de parentesco, a pessoa vive uma atmosfera amorosa e includente. É

no interior da casa que cada um faz seu processo de socialização primária, elabora as suas matrizes fundamentais e constrói sua identidade.

A rua (público) configura-se como o conjunto de relações de trabalho, de luta pela vida, de hierarquias e ordenações sociais entre os indivíduos anônimos, é a estruturas que formam a esfera do público e do oficial (BOFF, 2010). Nessa esfera vigoram as leis, a informação do status social e profissional, o tempo dos relógios, o trabalho eficaz, as relações sociais baseada na competitividade.

Desse modo, o processo de construção do ser social começa na casa (privado). Aristóteles já afirmava isso, para ele a condição do ser "cidadão" era dada àqueles que tomavam parte na cidade (Polis), o desenvolvimento da plenitude humana só tem lugar na cidade: "*Aquele que não pode viver em sociedade, ou não necessita de nada para sobreviver, é uma besta ou um Deus*" (ARISTÓTELES, *Apud COLLING*, 2014, p. 54). A casa é a unidade primeira da cidade, e que deve constar de escravos e livres. Na casa encontra-se três tipos de relações: amo e escravo, marido e mulher e pai e filho. Na teoria política de Aristóteles, a natureza define quem manda e quem obedece:

É claro, pois, que o mesmo ocorre também com os demais casos, de sorte que, na maioria, os que regem e são regidos o são por natureza. O livre rege o escravo de modo diferente do que o macho rege a fêmea e o pai, o filho. Em todos eles existem as partes da alma, porém de modo distinto: o escravo não possui a faculdade deliberativa, a fêmea a tem, porém desprovida de autoridade, e o filho a tem, porém imperfeita. Temos que supor que ocorra necessariamente algo semelhante com as virtudes morais: todos participam delas, porém não do mesmo modo, mas cada um na medida suficiente para seu ofício. Assim o que rege deve possuir a virtude moral perfeita (ARISTÓTELES *Apud COLLING*, 2014 p. 55).

Para Aristóteles as relações desiguais faz parte da natureza: "O livre rege o escravo, o macho rege a fêmea e o pai rege o filho". O discurso aristotélico foi seguido vários filósofos, que colocaram em dúvida a aptidão da mulher para as questões de mando, insistindo na sua menoridade (COLLING, 2014). Ressalta-se que mesmo sendo um dos mentores da democracia ocidental, Aristóteles não considerava que as mulheres e crianças pudessem exercer a cidadania, tendo em vista que não podia se manifestar em público.

Os discursos sobre a imagem da mulher, sua representação, definiam não somente normas de comportamento, como normas jurídicas e preceitos morais,

referendados por construções textuais como o relato bíblico da criação e a queda do paraíso. As leis que normatizam a vida em sociedade seguiram muito de perto os discursos religiosos, os juristas justificam a inferioridade das mulheres a falta de força física, questões relacionada com a honra e a moral, bem como a suposta incapacidade intelectual (COLLING, 2014).

Toda essa concepção está relacionada com o interesse de manter a riqueza e poder em mãos masculina. Isso teve como consequência uma diminuição da capacidade jurídica das mulheres em relação aos homens. Nesse contexto, construiu-se discursos sobre qual deveria ser o papel da mulher nas relações sociais. Desse modo as relações de poder entre homens e mulheres, eram também relações entre rua (público) e casa (privado):

Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar. Fora do lar, as mulheres são perigosas para a ordem pública. Poderíamos arrolar e multiplicar as citações que conclamam as mulheres a não se misturarem com os homens, permanecendo em sua função caseira e materna (COLLING, 2014, p. 24).

Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma maneira clara de demarcar a sua identidade, como se a mistura de papéis sociais lhes retirasse o solo seguro, uma clara relação de poder dos homens sobre as mulheres. Em 1793 Olympe de Gouges foi morta por tentar ultrapassar esse limite.

Olympe é autora do primeiro Manifesto público em favor dos direitos da mulher (Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadania). Os revolucionários franceses a acusaram de dois “pecados”: querer ser um homem de estado. A acusação de tentar ser um homem de estado, era escrever (usar o discurso), tentar ultrapassar a barreira no privado. A acusação de trair a natureza de seu sexo, era não se dedicar exclusivamente às paredes do lar, ao casamento e a maternidade, destino “natural” de todas as mulheres. A influência do pensamento aristotélico na sociedade contemporânea se dá pela baixa representatividade da mulher encargos políticos e encargos onde demandam poder de decisão.

2.3. Simbolização/significação

Se refere aos sentidos que os seres humanos emprestam aos seus atos e a história pessoal, coletiva e cósmica. Eles não só falam, pensam e organizam, mas

também avaliam, ajuizam fatos e criam valores. Interpretam a vida e a morte, elaboram sonhos, formulam projetos e colocam indagações que ganham expressão intelectual nas filosofias, expressão simbólica nas religiões e nas tradições espirituais e expressão formal nas ciências (BOFF, 2010).

Nesse eixo encontra-se as narrativas mais fortes contra a mulher, a religião como instrumento de dominação do homem sobre a mulher. Nós não somos uma sociedade machista por acaso, fomos construídos assim. Essa afirmação baseia-se na nossa tríplice ancestralidade: grega, baseada nos mitos e nas concepções biológicas de fecundação de Aristóteles; judaica, com a cosmogonia, particularmente com a criação de Adão e Eva; cristã, com as explicações disseminadas do judaísmo, a radicalidade de interpretações (CHASSOT, 2017).

É possível encontrar, em narrações dos mitos religiosos fundantes do relacionamento dos gregos com seus deuses, a versão mais mítica da origem da mulher. Na mitologia grega os mortais (deuses) e imortais (humanos hermafroditas) formavam uma sociedade homogênea em que a felicidade reinava. Certo dia Prometeu rouba o fogo do Olimpo e o presenteia aos humanos. Zeus resolve dar um mal àqueles que estavam muito felizes com o presente de Prometeu: dá-lhes a mulher.

Os deuses modelaram uma criatura (mulher) artificial que dará origem ao gênero mulher, criaturas que trazem o fim do contentamento e da auto-suficiência. A mulher se chama Pandora e traz consigo uma caixa fechada, de onde deixara escapar todos os males que passam sobre os homens. Pandora (homóloga a Eva na tradição judaica) põe perder o mundo idílico, pois determina a cisão de seres hermafroditas, pela necessidade de ela possuir um homem. Como consequência se desencadeiam novas cisões e novos rearranjos e pares agora de homens e mulheres (CHASSOT, 2017 p. 82).

Os mitos tinham, especialmente em sociedades ágrafas (sem escrita), o status de livros sagrados, em virtude disso, para Chassot (2017) não se pode desqualificar os relatos míticos. Além dessa versão mítica da origem da mulher, há também a teoria de fecundação de Aristóteles.

Para Aristóteles as sementes (espermas) masculinas estavam dotadas de todas as características que teria um novo ser, e qualquer imperfeição que a nova criatura viesse a ter era culpa da mulher. Se o novo ser fosse fêmea, isso era considerado um sinal de impotência do homem. Para Aristóteles há duas formas de

caracterizar o corpo feminino: a analogia e a inferioridade aos corpos masculinos; os machos têm o cérebro mais volumosos que as fêmeas, são os homens que tem o maior número de suturas na cabeça. Parece que a teoria de Aristóteles permanece no século XXI, uma vez que em 2005 Lawrence H. Summers, então reitor da Universidade de Harvard, afirmou que o fato de haver menos mulheres na ciências exatas está ligada às diferenças cerebrais entre os gêneros (RODRIGUES, 2014). Essa declaração está cheia de preconceitos, bem como demonstra a influência de Aristóteles no século XXI.

Nossa ancestralidade judaica é baseada na narrativa bíblica: a mulher é produzida do homem, é criada a partir de uma costela de Adão. Mas há outro motivos para a discriminação. Eva torna-se responsável pela perda do paraíso, foi ela quem deu crédito a serpente. Deus tinha permitido ao homem comer todos os frutos do jardim, com apenas uma exceção: *“mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás, por que o dia que dela comeres certamente morrerás”* (Gênesis, 2:17). Após comer o fruto proibido, Deus dá o castigo a Eva: *“A paixão vai te arrastar para o teu marido e ele te dominará”* (Gênesis 3:16). Esse é o exemplo mais explícito que marca a relação da dominação da mulher ao homem, consequentemente inibindo-as para ciência e para vida pública.

A influência bíblica permanece e acentua a divisão sexual, uma vez que a masculinidade foi associada ao *homo economicus*, aquele que age com racionalidade, e a feminilidade, associada ao sentimentalismo, muitas vezes irracional (SOUZA e GUEDES, 2016).

Na nossa ancestralidade cristã, as mulheres de cultura, com educação, eram uma praga para os maridos, para os filhos, para a família, para os criados, enfim para todos (ROUSSEAU apud CHASSOT, 2017). O autor destaca que Rousseau não era voz isolada que diminuía a existência da mulher. O bispo Hipona ensinava que todos os problemas da humanidade começaram com o pecado de Eva. Tomás de Aquino (1225-1227) ensinava que *“o homem é o princípio e fim da mulher, assim como Deus é o princípio e o fim de todas as criaturas*. Para Hipócrates (460-400 a.c) considerado o pai da medicina *“ a língua é a última coisa que morre em uma mulher”*. Para Platão (428-348 a.c) *“os homens covardes que foram injustos durante sua vida serão transformados em mulheres quando reencarnarem”*. Augusto Comte:

(1789-1857) “Quando vejo uma mulher ligada à história, a questões jurídicas, à lógicas, eu tenho crise”. Em 1880 o papa Leão 13 explicita qual deveria ser o papel de mulher na sociedade: “o homem é a cabeça da mulher como cristo é a cabeça da igreja. A mulher deve ser submissa e obediente ao marido, não como uma serva mas como uma companheira, isto é, de modo que a submissão que lhe presta não seja separa nem do decoro e nem da dignidade”.

A tradição cristã judaica colaborou de maneira decisiva para a inculcação da inferioridade da mulher. O relato da criação da mulher, bem como a da sua parte na tentação de Adão e sua consequente condenação por Deus, danando toda a humanidade, tem efeitos devastadores muito duradouros sobre a imagem da dignidade do feminino (COLLING, 2014). No universo dos textos jurídicos, a presença desta imagem é constante. Muitos, para referendar a menor dignidade da mulher, recorrem ao seu papel no pecado original.

Quando no século XIX os médicos avançam nas pesquisas sobre partos sem dor, não foram bem vistos pela Igreja ortodoxa, isso porque essa técnica contrariavam os ditames de Deus e da natureza. O Padre Antônio Vieira (1608-1697), em seus célebres Sermões, também dedicou especial atenção à tentação feminina oriunda do pecado original:

[...] todos os trabalhos e calamidades que padecemos na vida, toda a corrupção e misérias a que estamos sujeitos na morte, todos os males, penas e tormentos, (...) tiveram seu princípio e trazem sua origem desde o pecado, por isso chamado original. De toda esta infelicidade foi causa uma mulher, e que mulher? Não alheia, mas própria, e não criada em pecado, mas inocente, e formada pelas mãos do mesmo Deus. (...) Todas as dores, todas as enfermidades, todas as fomes, todas as pestes, e guerras, todas as destruições de cidades e reinos, todas as tempestades, terremotos, raios do céu e incêndios, (...) que outro princípio ou causa tiveram, senão a intemperança e castigo daquela mulher, não tomada ou roubada a outrem, senão própria, e dada pelo mesmo Deus ao homem: *mulier quam dedisti mihi* (Gn 3,12) (VIEIRA *Apud* COLLING 2014, p. 68).

Da condenação bíblica provém a ideia de impureza da mulher, nomeadamente nos períodos femininos da menstruação e do parto, quando estava proibida de frequentar o templo e acusada de macular as coisas que tocasse.

A Idade Média era considerada uma sociedade monopolista religiosa, isto é, a religião possui um monopólio simbólico efetivo. Essa sociedade supõe uma divisão social do trabalho desenvolvido e, em conseqüência, uma importante diferenciação

na estrutura social, com excedentes econômicos. Existe uma união dos poderes religiosos e políticos, isso implica direto na organização social contemporânea. Cada detentor de um poder é uma autoridade no sentido, ou seu poder tem uma origem sagrada e/ou as legitimidades emanam do poder transcendental da divindade.

Neste sistema, as mulheres são fechadas na família, excluídas de todos os poderes e submetidas à dominação dos homens, que exercem um estreito controle sobre sua sexualidade (KOVALESKI, PILATTI, 2005).

Nesse modelo de sociedade a mulher é tida como propriedade do homem, primeiro sob a autoridade do pai, segundo sob a autoridade do marido, dessa forma as mulheres eram excluídas do poder e, ao mesmo tempo, do conhecimento. Nesse período, as mulheres gozam de uma situação ambígua. A Igreja acolhe nos seus conventos muitas mulheres privadas do apoio masculino, envolvidos pelas numerosas guerras. Por outro lado, persegue impiedosamente como “feiticeiras” todas as mulheres que procuram aprofundar os seus conhecimentos e enveredam pelo “perigoso caminho da magia”. Milhares de mulheres foram torturadas e mortas durante as terríveis “caça às bruxas” que, sob a capa da religião, esconderam muitas vezes perseguições políticas (COLLING, 2014).

Na tradição filosófica ocidental não é por acaso que são raras as pensadoras que têm seu reconhecimento na História da Filosofia. O que de certo modo, apenas corrobora uma visão distorcida sobre a importância do feminino e das mulheres na e para a Filosofia, por exemplo. Sócrates um dos divisores de água da filosofia grega, por substituir a ênfase na reflexão sobre a origem do universo pela investigação sobre quem é o homem, em grande parte, teve sua inspiração filosófica em na profissão da mãe. Diotima, mãe de Sócrates era parteira e ele criou a maiêutica, como método filosófico, justamente inspirado na ocupação dela. Maiêutica é parturir ideias e verdades que já estão em nós. É fazer lembrar, despertar de dentro para fora, daí um sentido da educação em latim, ducere (tirar de dentro).

A origem da discriminação da mulher é tão distante quanto o surgimento da ciência no mundo. Se tomarmos como exemplo, as bruxas perseguidas, julgadas e condenadas, nada mais eram do que mulheres muito inteligentes que não aceitavam ser subjugadas. Inclusive as características físicas descritas como peculiares das bruxas, eram, normalmente, de mulheres celtas, que por natureza eram estudiosas e

dominavam conhecimentos diversos, por isso eram consideradas perigosas. Se tomarmos como exemplo a interpretação que foi dada desde os primórdios e de modo ideológico a Midraxé ('novela', em hebraico) da criação notamos que não foi por acaso que tivemos uma visão patriarcal distorcida do simbolismo da mulher. Eva não era uma mulher, é um verbo no infinitivo havvah que significa viver. E Adão não era um homem, em específico, mas Adamah que significa humanidade.

O sentido textual da midraxé hebraica da Criação era justamente a libertação, por isso, escrito na Babilônia, em época de escravidão o texto, simbolicamente remete à uma ideia de que se Deus descansou ao criar tudo em seis dias, no sétimo, deveríamos dedicar um dia ao descanso. Tanto é que domingo vem de *domenica* (italiano) que por sua vez, vem de *dominus* (senhor) em latim. O dia do senhor ou o domingo foi a grande conquista da cultura humana em detrimento do trabalho intermitente.

No entanto, esse mesmo projeto libertário não foi favorável à mulher. Se avaliarmos cuidadosamente não a exegese e a hermenêutica do texto e contexto do livro do Gênesis, da Bíblia cristã, mas a interpretação moralista que seu deu a tal texto, o pecado entra no mundo pela mulher, é Eva que cede à tentação da serpente e praticamente seduz Adão. O homem foi expulso do Paraíso, em grande parte, por culpa da fraqueza de Eva que induz Adão ao erro. Há nessa tradição interpretativa dois erros graves, o de cunho linguístico: semântico, filológico e etimológico (Havvah - viver- é um verbo no infinitivo e não uma mulher) e o erro ideológico de gênero de que a mulher é inferior ao homem, proveniente de uma de suas costelas, portanto, veio depois, foi criada por causa do homem e para ele.

Não há como falar de dominação masculina sem falar de religião, das interpretações equivocadas. Marx não aborda diretamente as relações de gênero, mas faz importantes considerações a respeito da religião como instrumento de dominação. Para ele a Bíblia foi o primeiro livro a entender tudo, e, é por isso que é um elemento central de poder tão difícil de combater. A Bíblia colocou todos os homens falando a mesma linguagem e buscando desafiar Deus, mas esqueceu de mostrar o homem usando a palavra para dominar o próprio homem, isto é, os discursos religiosos, bíblicos são elementos mais poderosos usados para desmoralizar, definir e dominar a mulher.

É comum, nos dias atuais, presenciar/ escutar alguns desses discursos na sociedade. Exemplo disso, foi a declaração feita por Damares Alves, Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos: “[...] nós entendemos que um casamento entre homem e mulher, o homem é o líder do casamento. Então essa é uma percepção lá dentro da minha igreja, dentro da minha fé”, declarou Damares¹.

Para Feuerbach não foi Deus que criou o homem, foi o homem que criou o Deus, para ele Deus é uma projeção de nossas idealidades, de nossas essências imaginadas, ele é ideia que homem projetado em uma transcendência. A partir da ideia defendida por Feuerbach, Marx reafirma que o homem inventou Deus por que precisou, devido a sua vida em sociedade, do seu pertencimento, das suas relações sociais e assim por diante (Aput FILHO, DAINEZI, 2012). Para Marx a resposta do porquê o homem inventou Deus está na sociedade nas relações entre homens.

Quando Marx fala de Deus, faz ao mesmo tempo a crítica da consciência do homem que o fabrica e da realidade que patrocina essa consciência. Para ele o homem pensa em Deus porque vive como vivem, a verdadeira crítica não é a crítica da consciência, mas sim das condições materiais da consciência. A crítica da religião deve ser a crítica sociológica da religião, que explique a consciência religiosa como a consciência falsa, pela falsidade do mundo real.

A principal crítica que deve-se fazer à religião é afirmação que ela faz sobre o mundo: a religião propõe que o mundo é como é, porque Deus quis assim. Boff (2010) faz uma crítica à religião dominante criada pela figura de Adão bíblico. Essa mitologia passa a ideia de que Adão atende o chamado para dominar a terra e tudo o que ela contém. Com essa postura houve a dominação total da natureza pelo ser humano, reafirmou o patriarcalismo, pois o projeto de dominação foi digitado e implementado pelo homem macho, marginalizando a mulher e identificando-a com a natureza. Natureza e mulher, no entender desse projeto, devem ser submetida ao homem.

É necessário uma nova forma de abordar a integração de religião, homem e natureza, que seja capaz de reafirmar que a totalidade do universo está situada no interior de uma única atividade primordial, isto é, Deus está em todas as coisas e

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/16/damares-diz-que-em-sua-concepcao-crista-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-no-casamento.ghtml>

todas as coisas estão em Deus, ele não habita apenas no céu, mas em todas as partes, especialmente na profundidade do coração humano (BOFF, 2010).

3. A linguagem como elemento de dominação

Existe um elemento central que nos torna sociável, presente em todos os eixos supracitados, a Linguagem. Ela foi/é fundamental na construção/reconstrução da sociedade, é através dela que se constroem os discursos, seja de opressão ou de libertação. A linguagem e a comunicação estão na base da sociedade humana, sem o domínio linguístico, sem a lógica comunicativa e participatória não se constrói a coesão social, nem a criatividade de sentido do mundo, nem as intervenções que modificam o meio ambiente. É a partir da linguagem que os seres humanos elaboraram a reflexão e a consciência do eu, por ela eles constroem o mundo como rede de significado e como habitat com regularidade e com dinamismo que fazem adaptar-se e evolui continuamente (BOFF, 2010).

Para esse autor o surgimento da linguagem estaria ligado às relações efetivas entre os homens, associadas às coletas e as partilhas dos alimentos. Para Aristóteles (*Apud* FILHO, DAINEZI, 2010), o homem é um animal político dotado de logos (discurso, razão, linguagem), isto é, a vida em sociedade é condição da humanidade do homem. Para Aristóteles é graças a linguagem que o homem transcendendo de sua natureza, que pode atribuir valor a própria vida, que pode valorar o mundo, decidir entre o certo e o errado, o justo e o injusto, o adequado e o inadequado. É graças a linguagem que o homem tem moral.

Foi através da linguagem que se construiu discursos sobre a moral da mulher e qual deveria ser seu papel na sociedade, isso porque a sociedade e linguagem se interconectam no desenvolvimento. Discurso é entendido como aquilo que está instalado nos aparatos jurídicos, no cotidiano, nos gestos e costumes, nas instituições e até mesmo na arquitetura (COLLING, 2014).

Para Marx a linguagem é o elemento central de poder, pois graças a ela o homem pode vislumbrar a construção do mundo. Para ele a linguagem é igual à força, ao poder, à dominação. É graças a palavra que se busca a dominação. A linguagem é o instrumento de dominação do homem pelo próprio homem, no caso da problemática abordada neste estudo, é instrumento de dominação do homem

sobre a mulher. Para Sócrates (*Apud* FILHO, DAINEZI, 2010) o pensamento é linguagem e a linguagem é pensamento, para ele a matéria-prima que você usa para falar, usa para pensar, pois você pensa com a linguagem e fala com a linguagem.

Para Sócrates o pensamento tem como matéria-prima a linguagem, e o sentido da linguagem é um sentido socialmente definido, “*eu só posso entender por que eu penso e o que eu penso se investigar a sociedade onde vivo*”, porque é nessa sociedade que são definidos os significados e os sentidos das palavras que eu uso para pensar.

Na perspectiva marxista, sobre a linguagem, os sentidos das palavras são definidos, a rigor, a partir de relações de poder, e não enquanto convenção, os sentidos das palavras é um objeto de luta. Exemplo disso é expressão ideologia de gênero, para alguns se trata da destruição da família tradicional, baseada nos discursos religiosos. Para outros se trata de uma bandeira que visa a igualdade de direitos que historicamente foram negados às mulheres. Outro exemplo é a palavra feminista, para uns trata-se de apenas um estereótipo (sovaco peludo, peito de fora...), para outros trata-se de uma bandeira política que visa a igualdade entre os entre homens e mulheres.

Desse modo, os discursos religiosos, filosóficos, médicos foram primordial para definir o papel da mulher na sociedade. Nos dias atuais, se as pessoas dizem o que dizem é porque, de certa forma, elas estão inseridas numa estrutura social em que existem classes sociais que estão em luta. O uso do discurso é legitimador de uma dominação de classe, ele não é neutro, nem politicamente, nem socialmente, ele se disfarça de neutralidade.

O discurso é eficaz como instância de dominação simbólica exatamente porque nunca é claramente vista como tal, a partir disso surge outra regra de dominação: todo e qualquer tipo de dominação será tanto mais eficaz quanto melhor se camuflar. Desse modo, trabalhar com a história das mulheres exige entender como uma bem arquitetada invenção.

As mulheres, assim como os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas e não discursivas. Reconhecer os discursos e as práticas que nomearam as mulheres ou as silenciaram no campo da história é uma tarefa primeira. Os discursos são as lentes, através das quais, a cada época, os homens perceberam

todas as coisas, pensaram e agiram (COLLING, 2014).

A história do discurso masculino sobre as mulheres demonstra que, do ponto de vista teórico, as mulheres não existem. São construções de discursos convergentes da filosofia, religião, medicina, ciência. Na história das mulheres a dimensão da linguagem, dos discursos, passa a ser uma ferramenta de análise importante, agora não mais como meio de representação da realidade. A linguagem não é só vocabulário, mas discurso que numa relação de saber e poder, determina verdades e nos subjetiva (COLLING, 2014).

Os discursos que nomearam o masculino e o feminino se revelaram profundamente na cultura ocidental e estabeleceram a preponderância do masculino e a subordinação do feminino.

[...]em sua História da Sexualidade e Hermenêutica do Sujeito, Foucault se ocupa da função do discurso como formador da subjetividade. Esta função consistiria em ligar o sujeito à verdade. Ele explica que “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. Se a verdade existe numa relação de poder e o poder opera em conexão com a verdade, então todos os discursos podem ser vistos funcionando como regimes de verdade.(COLLING, 2014, p. 37)

A linguagem está presente em toda a fase da evolução da vida em sociedade, por isso ela é tão importante. Se os discursos que definiram e definem o papel do homem e da mulher nascem em uma determinada estrutura de poder, esses discursos podem ser desfeitos, sob a condição que se saibam como foram feitos.

4. A emergência do Gênero

Como já foi supracitado, os significados das palavras é resultado de luta de classe. Admitindo que as palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história, o conceito de gênero que pretende-se enfatizar está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Constituinte desse movimento, ele está implicado lingüística e politicamente em suas lutas e, para melhor compreender o momento e o significado de sua incorporação, é preciso que se recupere um pouco de todo o processo.

No início dos anos 80 teóricas feministas criaram o conceito de gênero para dar conta da entrada das mulheres no domínio público (COLLING, 2014). A

categoria gênero começou a ser utilizada para denunciar a discriminação que a mulher sofria em todos os níveis e teve como objetivo principal introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social (COLLING, 2014). Esta categoria de análise permite reescrever a história, levando em conta conjunto das relações humanas, sempre lembrando que a relação entre os sexos produz saberes e verdades.

E através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Visando rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual elas desejam acentuar, através da linguagem, o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (LOURO, 1997). O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política.

O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico (LOURO, 1997). Para essa autora, as justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. Neste caso, busca-se evitar afirmações generalizadas a respeito da “mulher” ou do “homem”.

Segundo SCOTT (1989)² a invenção do conceito foi o resultado de uma tentativa de dar conta de uma história androcêntrica que ao falar em humanidade, pretendia falar em todos os seres. Para Scott (1989), a História foi responsável pela “produção da diferença sexual”, pois uma narrativa histórica nunca é neutra e quando relata fatos e acontecimentos onde só existem homens, certamente constrói o gênero.

Para Colling (2014) falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Para

²https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

essa autora ser homem ou ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. Neste sentido, é necessário criticar, desmontar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina.

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997).

A autora adverte que as características fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis masculinos e femininos:

[...] papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. Ainda que utilizada por muitos/as, essa concepção pode se mostrar redutora ou simplista. Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (LOURO, 1997, 24).

A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. “ [...] *compreende-se que os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidade que se transformam, que não são fixa ou permanente*” (LOURO, 1997, p.24). Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos, étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc. constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse “empurrado em diferentes direções”.

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a

algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o (HALL apud LOURO, 1997, p.24)

Hutcheon (*apud* COLLING, 2014) sugere a descentralização do conceito de sujeito, porque descentralizar não é negar, mas situar o sujeito, reconhecendo diferenças como as de raça, sexo, classe, etc. Situar o sujeito é reconhecer como este foi construído e, a partir daí, sugerir noções alternativas de subjetividade.

Como alternativa, a autora sugere que a representação seja desestabilizada e alterada, porque o que atribui sexo é uma série de discursos, uma margem criada pelo centro e que dele faz parte. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos.

[...] busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” — produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997, p 28).

As identidades estão sempre se constituindo em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esse arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe.

Neste sentido o corpo feminino é um “texto” histórico, escrito diversamente ao longo do tempo. Por este motivo, não existe “um” corpo feminino, não existe uma natureza feminina, mas uma cultura em que durante séculos as mulheres foram encaradas como seres naturais (COLLING, 2014). A mulher, como o homem, é algo produzido e não pode indagar ao fundo de si para resgatar uma essência.

Não existe a verdadeira mulher, pois “verdadeira” e “mulher” são conceitos criados, portanto, aparências, superfícies, produções. Sob os conceitos, não há nada que possa ser chamado mulher, mas somente relações de poder e de hierarquia

socialmente construídas. Desse modo é imperativo desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino- feminino (LOURO, 1997). Isso porque há uma compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão.

Essa oposição binária usualmente nos faz equiparar, pela mesma lógica, outros pares de conceitos, como produção-reprodução, público-privado, razão-sentimento, etc. Tais pares correspondem, é possível imediatamente perceber, ao masculino e ao feminino, e evidenciam a prioridade do primeiro elemento, do qual o outro se deriva, conforme supõe o pensamento dicotômico.

O processo desconstrutivo, da lógica dicotômica, permite perturbar essa ideia de relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direções. O exercício do poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição. Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de homem dominante versus mulher dominada (LOURO, 1997).

Por outro lado, não custa reafirmar que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder.

Contrário ao pensamento dicotômico, Boff (2010) afirma que feminino e masculino são da ordem do ser e não do ter. São princípios e dimensões do ser do mesmo e único ser humano. Para ele o feminino e masculino está presente tanto no homem quanto na mulher, o autor faz três considerações sobre esse fato:

[...] primeiro, que o homem e a mulher são sempre diferentes e completos em si mesmo; segundo, que são sempre recíprocos, quer dizer, abertos um ao outro; terceiro, o que são complementares, um ajuda o outro a realizar sua própria humanidade plena e juntos mostram a humanidade total (BOFF, 2010, p. 170).

Para esse autor, não se deve monopolizar o masculino somente no homem e o feminino somente na mulher, isso é um equívoco da cultura dualista ocidental e de outras culturas patriarcalistas. Ao longo do tempo omitiu-se que o homem e a mulher

tem dentro de si a totalidade masculina e feminina, ambas dimensões devem conviver, inter relacionar-se, complementar-se e construir cada ser humano, com ternura e vigor, com subjetividade fecunda e com objetividade segura (BOFF, 2010).

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras). A desconstrução faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa.

5. Explicações atuais sobre desigualdade

Mas por que há divisão sexual do trabalho? Para Santos e Amanco (2004) é possível identificar três perspectivas teóricas que têm procurado explicar como, e por que razão, as mulheres têm menos sucesso do que os homens, em particular ao nível das posições de chefia ou de poder.

A primeira perspectiva centra-se mais nas diferenças individuais e nos processos de socialização como justificação para as desigualdades de gênero existentes. Há diferença entre homens e mulheres porque passam por socialização diferente, nesse processo coloca as mulheres em desvantagem no mercado de trabalho trata-se, portanto, de uma perspectiva que responsabiliza sobretudo as próprias vítimas pela discriminação de que são alvo.

A segunda perspectiva argumenta que a menor realização das mulheres não se deve às supostas “deficiências” em comparação ao homem, mas sim a discriminação ao assédio sexual nas organizações. As mulheres não têm os mesmos tratamentos dos homens, mesmo em situações em que elas têm as mesmas formações ou qualificações. De acordo com esta perspectiva, são as dinâmicas organizacionais, e não os traços de personalidade ou os atributos “femininos”, que afetam a progressão das mulheres na carreira.

A terceira perspectiva defende que as organizações e os trabalhadores são influenciados pela ideologia de gênero, ou seja, são contextos marcados pelo gênero, preservando e reproduzindo, muitas vezes, na organização e no local de

trabalho a ordem do gênero vigente na sociedade.

Para Chassot (2017) há duas explicações válidas: biológicas e sócio-histórica. A explicação biológica traz algumas premissas: há diferenças biológicas na espécie humana, formado por homens e mulheres, nesse caso assumir que a maternidade tem papéis diferentes que a paternidade é fundamental. Fecundação, gestação e amamentação são exclusivos da mulher. Para esse autor, a pílula anticoncepcional, surgida na metade do século 20, é responsável pela maior parte do aumento das mulheres presentes na ciência e no processo produtivo. Com a diminuição da taxa de fecundidade a mulher não teve apenas diminuído o tempo de gestação e lactação, mas pode passar a exercer atividades de domínio público.

Não se desconstrói preconceitos milenares em poucas décadas, na perspectiva sócio-histórica, quando fala-se de ciência ou de ética podemos distinguir dois tipos de atitudes: idealistas ou histórica. A primeira caracteriza-se pela aceitação das normas universais eternas que determinam de que o modo é e como deve ser o real, nesse caso não há mudança.

Enquanto na perspectiva histórica, as características e configurações assumidas pela ciência e pela ética como resultado de uma evolução, que não obedece necessariamente as leis eternas.

Se assumirmos como idealistas, que assume o conservadorismo, como modelo pronto e imutável estará contribuindo para reforçar os preconceitos milenares. Entretanto, se afiliarmos como ser histórico podemos entender que a segregação pelo sexo se deu, e ainda se dão, como resultado de uma história, humanamente construída, desse modo hoje estaremos agente dessa construção e temos a possibilidade de fazer transformações.

6. EPT no Brasil- da Educação doméstica aos Institutos Federais

Ao longo da história do Brasil, desde a sua “descoberta” até o fim da monarquia, a mentalidade vigente dava pouco ou nenhum valor à escolarização feminina e concentrava sua atenção, no que se relaciona à mulher, nas normas sociais rígidas que a confinavam no mundo doméstico (QUADROS, 2017).

As poucas mulheres que tinham acesso à Educação, eram aquelas que possuíam melhores condições e podiam contratar professores particulares,

possuíam uma instrução elementar, com um pouco de gramática e aritmética, dando preferência ao conhecimento (ensino) das prendas domésticas, que visavam à preparação das meninas para o casamento que muitas vezes aconteciam de forma arbitrária.

Com o fim da monarquia em 1889, a Educação feminina passou a ser encarada como uma necessidade, uma vez as mulheres também eram a responsáveis pela educação dos seus filhos, principalmente os do sexo masculino, que, mais tarde na fase adulta, seriam os novos homens necessários ao trabalho industrializado.

A formação feminina não vislumbrava ao engrandecimento, empoderamentos das mulheres. Tratava-se de uma preocupação com a formação dos filhos e a manutenção da família, papel “destinado” às mulheres desde a sua criação (SILVA; CARVALHO, 2016).

Nesse contexto, embora a educação feminina tenha se tornado uma realidade, nas primeiras décadas da República, também não houve grandes mudanças, ficando em evidência uma educação precária, baseada em valores morais, sendo a mulher vista como ser frágil, submissa, doce, boa mãe e destinada ao casamento (ALMEIDA *apud* QUADROS, 2017).

A educação feminina começou a ser pensada como uma necessidade para se estabelecer a justiça social, visando atingir um estágio superior de organização social (SAFFIOTI *apud* QUADROS, 2017). Nesse período, surgem as propostas relacionadas à coeducação que, buscavam “des-sexualizar as atividades”, tornando “problemática a naturalização dos sexos, potencializando o desenvolvimento de ambos”.

As propostas de uma educação igualitária, entre homens e mulheres, enfrentaram duras críticas, com discursos conservadores que tendiam pregar uma vocação natural para cada sexo, em que a educação das mulheres deveria ser pensada como um prolongamento da educação familiar”, pois as mulheres enquanto estudavam, aguardavam o casamento, ao passo que os homens eram educados para a vida pública (QUADROS, 2017).

Os críticos da coeducação asseguravam não ser possível conciliar a educação de meninos e meninas em um único ambiente devido a suas

particularidades. Dessa forma, a proposta de uma coeducação se restringiu à formação de escolas e salas mistas, cabendo à escola demarcar as atividades masculinas e femininas, impedindo muitas vezes até mesmo o contato com o sexo oposto.

Essa separação era o reflexo de uma sociedade que também demarca o lugar de meninos e meninas, concepção essa defensora de um “ideário de que a educação de meninas deveria ser mais restrita em decorrência da saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua ‘missão’ de mãe” (ROSEMBERG *apud* QUADROS, 2017).

No entanto, a criação das escolas mistas também trouxe uma nova demanda, pois, com a instituição destas, fazia-se necessário o emprego da mão de obra feminina nas séries iniciais, devido aos “*impedimentos morais dos professores educarem as meninas e a recusa à coeducação dos sexos*” (QUADROS, 2017).

Essa nova realidade abriu a possibilidade da entrada da mulher no mundo do trabalho, além disso, era a oportunidade de profissionalização e a “possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade, uma profissão revestida de dignidade e prestígio”.

O período de 1930 a 1963 significou um marco referencial para o Brasil no mundo capitalista, pois “é possível perceber que, no referido período, o processo de urbanização e industrialização avançou celeremente com base no modelo de ‘substituição de importações’”. Nesse período de transformação econômica, cresce a demanda por educação, desse modo o Estado se vê obrigado a expandir a oferta o quadro escolar, porém trata-se de uma educação para o trabalho (BATISTA, 2015).

Isso por que a expansão da industrialização demandou mão de obra especializada e, em função disso, a ação do próprio Estado também sofreu alterações no que diz respeito à Educação. No período de “Estado Novo”, entre os anos de 1942 e 1946, o país vivenciava um crescimento interno da indústria. Nesse contexto, acontece outra reforma na Educação. Foi realizada a chamada Reforma Capanema ou Lei Orgânica do Ensino.

Essa reforma organizou o ensino profissional, embora de cunho centralizadora, burocrática, corporativista e dualista, a reforma reorganizou, ainda que de forma parcial e baseada na conveniência política, a estrutura educacional

brasileira, por meio da promulgação de decretos que estabeleciam novas diretrizes para o Ensino Industrial e Secundário (1942), Ensino Comercial (1943), Ensino Primário, Normal e Agrícola (1946), além de criar o Senai (1942) e o Senac (1946) (BATISTA, 2015, p. 168).

Com o fim do chamado “Estado Novo”, e com a promulgação da Constituição de 1946, a educação volta a ser ordenada pela busca da unificação. Em seu texto, a nova Constituição definiu como competência da União, privativamente, a fixação das diretrizes e bases da educação nacional (QUADROS, 2017). A fim de atender à exigência do art. 5º da nova Constituição que afirma ser “competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional” (inc. XV), o Ministro da Educação e Saúde Pública, Clemente Mariani, convocou os principais educadores do país para compor comissão que seria responsável pela elaboração de documento que posteriormente veio a se tornar a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) do Brasil e que foi promulgada em 20 de dezembro de 1961 (QUADROS, 2017).

Quanto à educação feminina no período referenciado, pode-se dizer que houve um progresso com a ampliação do tempo de escolarização feminina a partir de 1930 e com a obrigatoriedade do curso ginasial. Segundo Silva e Carvalho (2016), essa obrigatoriedade possibilitou a formação feminina no Ensino Normal, certificação que também acabou por possibilitar o acesso ao ensino superior nos grandes centros, como é o caso de São Paulo, principalmente com a ampliação das vagas para o ensino superior ofertadas com a criação dos cursos de Pedagogia, Ciências e Letras.

Outro fator que pode ter contribuído para o aumento do número de mulheres no ensino superior foi a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, nessa legislação a Educação Profissional passa a ter a mesma equivalência dos cursos Secundários, dessa forma passa a facultar os secundaristas do ensino Normal, na sua grande maioria mulheres, o direito de ingressar no ensino superior.

Após o Golpe Militar de 1964, viu-se a necessidade de adequação do sistema educacional à nova conjuntura política, que buscava a modernização e desenvolvimento econômico do país. Com a ideia de que a educação era o caminho para alcançar o tão sonhado desenvolvimento econômico, algumas alterações foram

realizadas na LDB, essas mudanças alteraram o ensino primário e médio, mas a grande repercussão foi no ensino superior (Saviani, 2007).

Nesse contexto de mudanças estruturais na sociedade brasileira, a mulher passa a ser considerada como peça fundamental para essa nova sociedade que emergia, no entanto a visão que se tinha da sua escolarização em nada mudou. De acordo com Ferreira (*apud* QUADROS, 2017) o ensino feminino deveria ser composto por aprendizados específicos como ler, escrever, cozinhar, costurar e aprender a Doutrina Cristã.

Com a redemocratização do país e com a promulgação da chamada constituição federal de 1988 significou um grande avanço no plano jurídico, no que se refere aos novos direitos das mulheres. Como documento jurídico, a Constituição buscou expressar dispositivos que visavam eliminar do sistema legal as relações discriminatórias às quais as mulheres eram submetidas.

Segundo Saviani (2007), é nesse contexto que se estabeleceram as maiores aspirações e conquistas reivindicadas pela comunidade educacional e dos movimentos sociais organizados, entre os quais os movimentos feministas. Para esse autor, uma das maiores conquistas foi a atribuição à União, em caráter privativo, da competência para fixar as diretrizes e base da educação nacional.

Diante dessa nova realidade, deu-se início aos trabalhos para elaboração da LDB, que foi aprovada como Lei nº 9.394 em 20 de dezembro 1996. Em seu texto, a nova LDB reafirma o direito à educação, estabelecido pela Constituição de 1988, e estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional em todos os níveis, além de definir as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Pelo Decreto nº 2.208/97, a educação profissional passa por uma nova reforma e estabelece que o aluno que optar pelo ensino técnico profissionalizante poderá fazê-lo depois de atendida a formação geral, ou ainda em concomitância a esse, ou ainda em nível superior.

Com essa nova legislação o ensino profissionalizante se configura como um ensino complementar, que tanto oferece cursos para quem ainda não finalizou o ensino médio quanto para aqueles que já finalizaram ou ainda em nível superior.

Apesar da permanência da dualidade, percebe-se que nesse período a educação profissional passa por grandes transformações, a começar pelo seu

caráter assistencialista e de preconceito social a que era submetida. A partir desse momento, a educação profissional passa a ser vista como uma possibilidade de inclusão social, facilitada pelo reconhecimento de competências adquiridas anteriormente ao ingresso à escola.

A partir do ano de 2003 a política do governo federal traz ações voltadas às responsabilidades sociais. É uma visão mais direcionada às questões sociais e ao desenvolvimento local e regional das Instituições de Ensino. Nesse período, aumentou o número de escolas federais de formação profissional e tecnológica nas periferias distantes dos centros urbanos com a abertura de cursos voltados às potencialidades locais. Com o objetivo de aproximar a formação dos estudantes ao mundo do trabalho criou-se um planejamento curricular no qual a prática profissional uniu-se aos cursos técnicos.

Em 2004, com o Decreto nº 5.154, o ensino médio de nível técnico, além da possibilidade de ser ofertado na modalidade concomitante e subsequente, volta a ser ofertado integrado ao ensino médio. O decreto é a proposta unitária de formação, de natureza orgânica, que visa a romper o histórico dualismo estrutural e cultural entre o ensino médio e a educação profissional, dessa forma a escola deveria propiciar aos alunos não apenas o conhecimento/adestramento técnico necessário aos arranjos produtivos.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:
[...] II-Articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e da tecnologia;
III- a centralidade do trabalho como princípio educativo; e
IV-a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004).

Na esteira desse processo, no ano de 2008 com a Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro, institui-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando então, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil a partir de uma perspectiva social. Os Institutos definem-se por instituições que ofertam a educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, essas instituições consolidam seu papel social visceralmente vinculado à oferta do ato educativo que elege como princípio a primazia do bem social (BRASIL, 2010 p.18).

Nesse contexto, através da Portaria MEC nº 4, de 06 de janeiro de 2009,

estabeleceu a relação dos campi componentes do Instituto Farroupilha, onde foi inserido o Campus São Vicente do Sul - RS. O Instituto Federal Farroupilha é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi a qual integra o conhecimento técnico e tecnológico à prática pedagógica. Possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica.

Nas Diretrizes do IFFar de 2010 defende-se que a Educação Profissional e Tecnológica deverá contribuir para o progresso socioeconômico também através de políticas públicas que, além de estarem vinculadas ao orçamento público, devem estar comprometidas com o social de maneira que contribua para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária. Os Institutos Federais trazem em seu DNA elementos singulares para sua definição identitária, assumindo um papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica e preparação para o trabalho (sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e a discussão dos princípios e tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica: uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida (BRASIL, 2010, p.26)

Significa pensar um profissional capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos. Desse modo, o IFFar nasce com o compromisso com uma educação libertadora.

[...] é importante uma formação ética, política e estética capaz de combater todas as ações reforçadoras da opressão de uns sobre outros ou degradar a relação do ser humano com a natureza. Para que isso aconteça é necessário pensar em uma educação contrária à lógica de mercado, sendo crítica a toda a forma degradante de produção e consumo. Uma educação que não seja fonte de dominação, mas sim de emancipação. Deve zelar pelo respeito ao bem comum, pela solidariedade, pela igualdade de condições, pela responsabilidade, diversidade, liberdade de expressão e sensibilidade. Deve ser estimuladora da criatividade, da ousadia e do respeito à vida (PDI 2014-2018, p. 47).

O objetivo central do IFFar não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho. Desse modo, entende-se que o trabalho

como princípio educativo geral se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral, sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático, voltando-se para a formação do homem integral, sem a preocupação de apenas prepará-lo para o mercado de trabalho.

Quanto à metodologia, que deverá ser adotada, parte-se do pressuposto de que o educando aprende aquilo que é significativo e necessário em sua existência. Sendo assim, os conhecimentos trabalhados na instituição devem estar em relação direta ou indireta com o contexto de vida dos aprendentes (educador e educando) a fim de que, através de operações cognitivas, sociais e afetivas, possam transcender o espaço acadêmico (PDI, 2014-2018).

Está explícito na página do PDI, 2019-2026³, ainda em fase de elaboração “A missão do IF Farroupilha é promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável”. Portanto, problematizar o mercado de trabalho, abordando a desigualdade de gênero no trabalho e suas consequências vai ao encontro com a missão institucional do IFFar. O Instituto compromete-se com uma formação humanística, integral, em que os conhecimentos partem da prática social e a ela retornam transformando-a (PDI 2014-2018).

Desse modo, para Araujo e Frigotto (2015) o Ensino Integrado não é apenas para o ensino profissional, é um projeto que traz conteúdos políticos pedagógicos engajados comprometidos com o desenvolvimento das ações formativas integradas. Ademais, os autores não se restringem a ideia de Ensino Integrado como o conteúdo de uma concepção de ensino médio, é uma ideia de integração como um princípio pedagógico orientador das práticas formativas focada na necessidade de desenvolver nas pessoas ampliação de suas capacidades de compreensão de sua realidade específica.

Assim, considera-se que o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras não depende apenas de soluções didáticas, requerem soluções ética-política, ou seja, a definição clara da finalidades políticas e educacionais

³ 4 Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/missao-pdi> Acesso em 25/05/2019

emancipadora. As estratégias de ensino e organização curricular servem ao projeto de sociedade que assumimos em função de nossa luta da “Realidade Atual”.

Se a Educação é um objeto de disputa, o currículo é o caminho para chegar num determinado objetivo, seja um projeto conservador ou um projeto libertador. Sem essa definição o Ensino Integrado pode tornar-se apenas um projeto didático estéril (ARAUJO, FRIGOTTO, 2015). Mas por outro lado, não se restringem a possibilidade do Ensino Integrado há um ato de vontade do docente e gestores educacionais, também dependem das condições concretas de sua realização. a promoção de práticas pedagógicas requer a constituição de ambiente material que favoreça a busca permanente elemento integrador considerando a realidade social dos sujeitos envolvidos.

O ensino nos Institutos Federais está ancorado no trabalho como princípio educativo. Desse modo é necessário que os envolvidos compreendam o trabalho como sendo marcada pela sua condição de mercadoria e pelas consequências da alienação, dominação. Esse é o ponto de partida para o entendimento da relação educação-trabalho. Também é necessária a superação da dicotomia de trabalho manual e intelectual, isso porque, essa divisão vai definindo uma impossibilidade real de conhecimento crítico do que se passa no processo produtivo. Assim, o trabalhador fica limitado ao saber prático, que necessita ser confrontado com saber histórico, com saber científico.

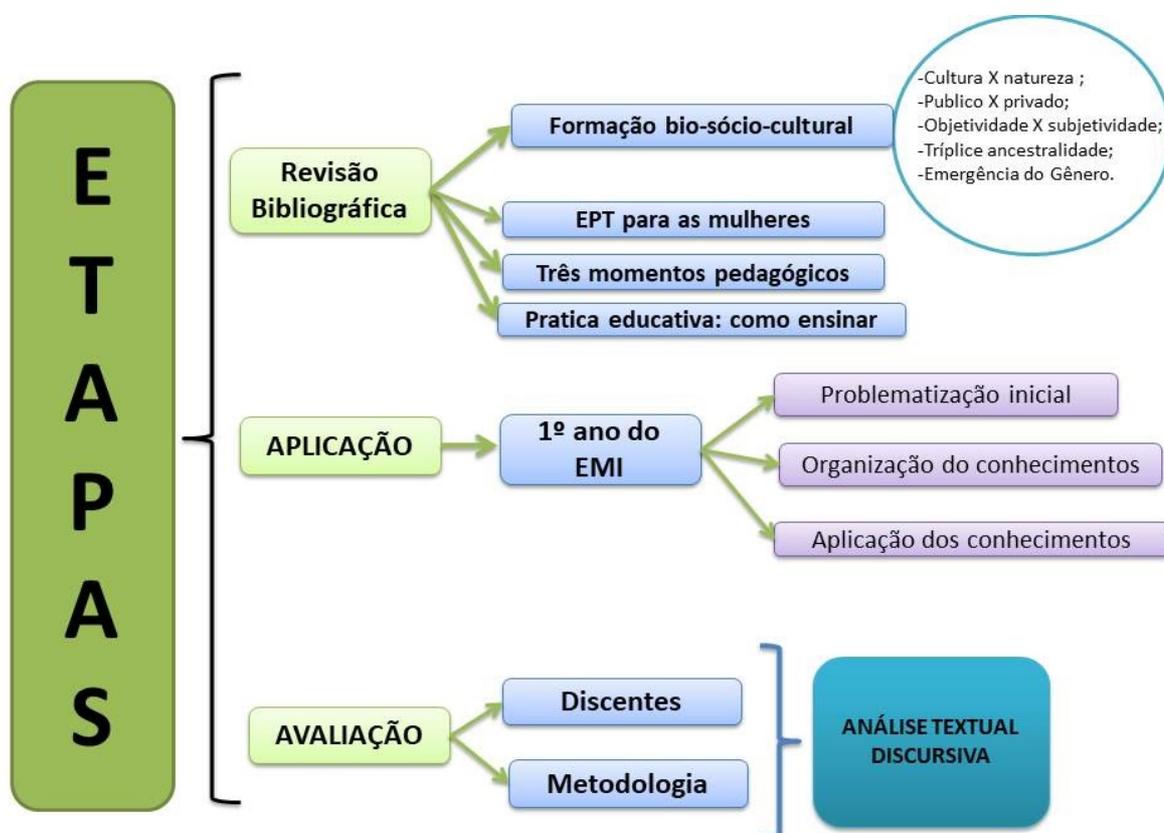
Trata-se de uma mudança de postura pedagógica, assumir o compromisso de tomar como centro do processo educativo não a palavra e o saber magistério, mas todas as atividades e vivências do educando, os seus processos de descobrimentos, socialização e singularização. Trata-se de assumir a prática educativa como ponto de partida e ponto de chegada a construção do novo conhecimento. Trata-se de assumir o compromisso de desenvolver um processo educativo orientado para a democracia, assim incentivar todos e cada cidadão para participar efetivamente como sujeitos da construção de uma nova sociedade.

7. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi submetida para avaliação do Comitê de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) por meio da plataforma Brasil sob o número CAAE: 14601119.4.0000.5574, estando com status aprovada.

O percurso metodológico desta pesquisa pode ser dividido em três etapas, conforme ilustra a figura 1.

Figura 2 : Etapas do percurso metodológico



Fonte: Autor

Para atingir os objetivos propostos, foi utilizada a metodologia qualitativa, com as técnicas de pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação. Na etapa inicial utilizou-se a pesquisa bibliográfica, isso porque a pesquisa bibliográfica é importante na produção

do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas (LIMA & MIOTO, 2007). Nessa etapa, buscou-se entender como se construiu os discursos sobre qual deveria ser o papel da mulher na sociedade. Parte-se do princípio que toda formação social é baseada em três eixos: Adaptação/Interação do homem com natureza; Associação/Colaboração entre os seres humanos; Simbolização/Significados que os seres humanos dão a vida e objetos.

Nesse contexto, com um olhar atento ao uso da linguagem como instrumento de dominação, o percurso metodológico percorreu desde a primeira revolução agrícola, passando pela revolução industrial e revolução da informação e do conhecimento, até as explicações atuais que “justificam” a desigualdade de gênero. Ademais, foi feita uma análise histórica da Educação Profissional Tecnológica no Brasil para as mulheres, da Educação para atividades domésticas aos Institutos Federais.

Na segunda etapa da pesquisa utilizou-se a técnica de pesquisa ação, isso porque ela pode vir a desempenhar um importante papel nos estudos e nas aprendizagens de pesquisadores ou grupos implicados em situações problemáticas (THIOLLENT, 1996). Esse autor destaca o limite desse instrumento, pois é considerado um instrumento de trabalho e de investigação com grupos, instituições e coletivos. A proposta de pesquisa-ação dá ênfase à análise das diferentes formas de ação, que podem ser dada a um dos três aspectos: resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento (THIOLLENT, 1996).

Como forma de ação foi apresentado uma proposta de Intervenção Pedagógica que vise a escola não apenas como local de transmissão de conhecimento, mas que seja capaz de relacionar trabalho, ciência e cultura na compreensão das estruturas de poder que legitimam a discriminação motivada por gênero, contribuindo para a busca pela formação omnilateral dos sujeitos.

A aplicação da Intervenção Pedagógica ocorreu durante o primeiro semestre do ano de 2020 com a turma de 1º ano de ensino médio integrado do Curso Técnico em Informática. A turma é composta por 26 alunos/alunas, sendo que 7 são do sexo feminino e 19 são do sexo masculino, com idades que variam de 14 a 17 anos de

idade. Foram utilizados três períodos de aula, totalizando o tempo de aproximadamente três (3) horas para aplicar todas as atividades. A intervenção pedagógica integrou a disciplina de programação de computadores. As aulas foram ministradas pelo pesquisador e não pelo professor titular das disciplinas.

Para Baldissera (2001) um bom processo de pesquisa-ação é aquele que insere-se na concepção de educação libertadora, tendo como ponto de partida o diálogo incentivando a participação dos setores populares na busca do conhecimento da realidade, para a partir disso, poder transformá-la. No contexto da pesquisa sobre a problemática da desigualdade de gênero, o que pretende-se que sejam transformadas são as representações simbólicas sobre feminilidades e masculinidades, partindo de situações cotidianas.

Visto que a problemática está em nível global, não há ilusões acerca da transformação da sociedade global quando se trata dessa pesquisa, desse modo, a pesquisa atentou para os dois últimos aspectos abordado por (THIOLLENT, 1996): despertar de consciência, olhar crítico dos discentes sobre o tema, bem como a produção de conhecimento, isto é, sistematizar possibilidades de abordagem metodológica acerca do tema “desigualdade de gênero” em espaços formais e não formais de ensino.

Para esse autor os pesquisadores devem identificar as generalizações populares e cortejá-las com generalizações teóricas, a partir disso é possível avaliar diversos graus de aproximação de adequação dos conhecimentos em questão. Nesse contexto, certos elementos teóricos foram adaptados e “traduzidos” em linguagem comum que permitiu um melhor nível de compreensão sobre a assunto abordado.

Com a aplicação da Intervenção Pedagógica, buscou-se avaliar dois tipos de resultado: um com foco no discente sobre o desenvolvimento de suas concepções sobre os conceitos abordados, bem como seu olhar crítico sobre a problemática e o outro com foco na metodologia adotada para abordar esses conceitos e estimular as discussões sobre o tema.

No que tange aos aspectos sobre os discentes alguns dados que foram obtidos através das atividades e dinâmicas realizadas em sala de aula. Entretanto eles não foram suficientes em si mesmo, desse modo outras técnicas foram

utilizadas para a obtenção de dados, dentre elas, a observação sistemática de opiniões e das atuações dos discente nas atividades realizadas. Com autorização dos participantes e seus responsáveis, todas as falas foram gravadas e posteriormente transcritas com a finalidade de reduzir interpretações equivocadas.

Para analisar os dados utilizou-se como referência a obra *Análise Textual Discursiva*. Essa metodologia organiza seus argumentos em torno de quatro foco: Desmontagem dos textos, Estabelecimento de relações, captação de um novo emergente e Processo de auto organização (MORAES, GALIAZZI, 2016)

Na fase de desmontagem de texto procurou-se fazer uma leitura aprofundada sobre as discussões, gravações, transcrições e atividades propostas. Ressalta-se que todo o texto possibilita uma multiplicidade de leituras e interpretações que estão relacionadas com as intenções dos autores, com os referenciais teóricos dos leitores e com os campos semânticos em que se inserem.

Nesse contexto, atentou-se para as generalizações. Para Thiollent (1996) no contexto qualitativo da pesquisa social, o problema da generalização é situado em dois níveis: os dos pesquisadores, quando estabelecem generalizações mais ou menos abstratas ou teóricas acerca das características das situações ou comportamentos observados; e o dos participantes que generalizam, em geral com menos abstrações e a partir das noções que lhe são familiares.

Procurou-se destacar, a partir da desconstrução dos textos, em seis (6) unidade de análise: divisão sexual do trabalho, trabalho, emprego, sexo biológico, gênero, intervenção na realidade. Nesse contexto na unidade trabalho foram agrupados todas as falas, concepções que os discentes tinham sobre esses termos. Do mesmo modo, aconteceu com as demais unidades.

Na fase de estabelecimento de reações, procurou-se reunir elementos semelhantes de cada unidades anteriormente construída, discutiu-se as categorias e seus modos de produção, e, a partir disso comparou-se as concepções dos discentes, no momento inicial das atividades, com o referencial teórico sobre a temática. Para chegar às categorias utilizou-se o método intuitivo, isso porque de acordo com os autores:

O processo intuitivo pretende superar a racionalidade linear que está implícita tanto no método dedutivo quanto no método indutivo e defende que as categorias têm o sentido a partir do fenômeno focalizado como um todo.

As categorias produzidas por intuição originam-se de inspirações repentinas, *inights* que se apresentam ao pesquisador a partir de uma intensa impregnação nos dados relacionados aos fenômenos. Representam aprendizagens auto-organizadas que são possibilitados ao pesquisador com base em seu envolvimento intenso com fenômeno investigado (MORAES, GALIAZZI, 2016, p. 46)

Nas fases captação de novo emergente e do processo auto organizado procurou-se compreender os dados observados e gravados que foram sistematizados e analisados reflexivamente para produção do conhecimento, por meio do confronto entre realidade (prática) e referencial teórico (teoria).

No que tange aos aspecto sobre a metodologia abordada, além das dinâmicas e a observação nas discussões, foi proposto um processo de autoavaliação dos discentes sobre seus aprendizados e sobre a metodologia adotada, para isso utilizou-se um questionário com perguntas abertas (ANEXO C). Essas perguntas ajudou os discentes no processo de reflexão, bem como na melhoria e efetividade na metodologia proposta para abordar a problemática desigualdade de gênero.

8. PRODUTO EDUCACIONAL

8.1. Proposta de Intervenção Pedagógica

Zabala (1998) define Unidades de Intervenção Pedagógica como uma sequência de atividades estruturadas para a realização de certos objetivos educacionais determinados. Nesse contexto, atividade é entendida como uma unidade básica do processo de ensino e aprendizagem de conteúdos.

O termo conteúdo normalmente é utilizado para expressar aquilo que deve ser aprendido, porém em relação quase exclusiva aos conhecimentos das matérias ou disciplinas clássicas. Para Zabala (1998) devemos nos desprender dessa leitura restrita do termo conteúdo e entendê-lo como tudo quando se tem que aprender para alcançar determinados objetivos que não apenas abrangem as capacidades cognitivas, como também as capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social.

Zabala (1998) agrupa os conteúdos como sendo conceituais, procedimentais ou atitudinais. O primeiro refere-se a termos abstratos, são objetos ou símbolos que têm características comuns, referem-se às mudanças que se produzem num fato, ou objetivo ou situação em relação a outros fatos, objetos ou situações e que normalmente descrevem relações de causa-efeito ou de correlação.

Para esse autor existem algumas atividades, nos conteúdos conceituais, que tornam uma aprendizagem mais significativa: as atividades experimentais que favorecem que novos conteúdos e aprendizagens se relacionem substantivamente com os conhecimentos prévios; atividades que promovam uma forte ação mental que favoreça essas relações e atividades que suponham um desafio ajustado às possibilidades reais.

O conteúdo procedimental é entendido por Zabala (1998) como sendo um conjunto de regras, técnicas, métodos, destrezas e habilidades, ou seja, é um conjunto de ações ordenadas e com um fim, dirigidas para realização de um objetivo. Para esse autor as ações que compõem os procedimentos ou estratégias de aprendizagem são ponto de partida. Desse modo, há alguns procedimentos que facilitam a aprendizagem: a realização das ações que formam o procedimento é uma condição para a aprendizagem; a exercitação múltipla é o elemento imprescindível

para o domínio competente; a reflexão sobre a própria atividade permite que se tome consciência da atuação; aplicação em contextos diferenciados se baseia no fato de que aquilo que aprendemos será mais útil na medida em que podemos utilizá-lo em situações nem sempre previsíveis.

O terceiro, conteúdos atitudinais, engloba uma série de conteúdos que por sua vez podem-se agrupar em valores, atitudes e normas. Nesse caso, valores são entendidos como princípios ou ideias éticas, os quais permitem às pessoas emitirem um juízo sobre suas condutas e seu sentido.

Considera-se que os discentes adquiriram um valor quando este foi interiorizado e foram elaborados critérios para tomar posição frente àquilo que deve-se considerar positivo ou negativo, critérios morais que regem a atuação e avaliação de si mesmo e dos outros, valor que terá o maior ou menor suporte reflexivo, mas cuja peça-chave é o componente cognitivo.

As atitudes são tendências ou predisposições relativamente estáveis das pessoas para atuarem de certa maneira. São a forma como cada pessoa realiza sua conduta de acordo com os valores determinados. São exemplos de atitudes: cooperar com o grupo, ajudar os colegas, respeitar o meio ambiente, entre outros.

Considera-se que se aprendeu uma atitude quando a pessoa pensa, sente e atua de uma forma mais ou menos constante frente a um objeto concreto a quem dirige essa atitude. Estas atitudes variam desde disposições intuitivas até atitudes fortemente reflexivas, fruto de uma clara consciência dos valores que as regem. As normas são padrões ou regras de comportamento que devemos seguir em determinadas situações que obrigam todos os membros de um grupo social, estas indicam o que pode se fazer e o que não pode se fazer em um determinado grupo.

Pode-se dizer que se aprendeu uma norma em diferentes graus: num primeiro grau, quando se trata de uma simples aceitação, embora não se entenda a necessidade de cumpri-la; em segundo grau, quando existe uma conformidade que implica certa reflexão sobre o que significa norma, pode ser voluntária ou forçada; em último grau, quando se interiorizam as normas e as regras básicas de funcionamento da coletividade que a regem.

Para poder saber de que os discentes realmente precisam e o que valorizam e principalmente, quais são suas atitudes, é necessário que na classe e na escola

sejam suficientes situações “conflitantes”, que permitam a observação do comportamento de cada um dos discentes (ZABALA, 1998).

Para esse autor, a fonte de informação para conhecer os avanços na aprendizagem de conteúdos atitudinais será a observação sistemática de opiniões e das atuações nas atividades grupais, nos debates em sala de aula. Para estabelecer essa dinâmica em sala de aula, a Intervenção Pedagógica utilizará como base os três momentos pedagógicos propostos por Delizoicov, Angotti, Pernambuco (2011): Problematização inicial, Organização do Conhecimento e Aplicação do Conhecimento, conforme demonstra a tabela a seguir.

Quadro 1: Os três momentos pedagógicos

Problematização Inicial	Contextualização Histórica; Apresentação de dados que demonstram a desigualdade de gênero na realidade brasileira;
Organização do Conhecimento	Discussão sobre os conceitos de Trabalho, Emprego, Sexo Biológico e Gênero.
Aplicação do Conhecimento	Propor formas de intervenções na Problemática Apresentada

Fonte: Autor

No primeiro momento foi apresentados dados sobre as escolhas profissionais, desigualdade salariais, dupla jornada de trabalhos das mulheres, evasão escolar e baixo número de mulheres em cargos políticos. À medida que esses dados foram apresentados, ao mesmo tempo, foi discutido as “justificativa”, bem como o contexto em que foram construídos os discurso sobre a figura da mulher que culminaram com a realidade atual.

No segundo momento, de forma dialógica e dinâmica, em forma de oficinas pedagógicas, abordou os conceitos de Trabalho, Emprego, Sexo Biológico e Gênero. Foram estimuladas situações de discussões. Destaca-se que discussão é diferente de debate, pois esta última noção remete a situação nas quais os interlocutores defendem posições geralmente incompatíveis.

No terceiro momento os discentes foram provocados a propor formas de intervenção na problemática apresentada, isso porque para Zanette (2017) um bom trabalho científico é aquele que utiliza metodologia mais próxima da realidade a se pesquisada, que propicia ao pesquisador colocar-se no papel do outro, de

compreender a realidade pela visão dos pesquisados como forma de aproximação entre a vida e o que vai ser investigado. Nesse sentido, pesquisar a realidade implica a participação da população como agente ativo no conhecimento da sua própria realidade e possibilita também adquirir conhecimentos necessários para resolver problemas.

Trata-se de uma Educação dialógica, para que isso aconteça é necessário a apreensão, pela professora(o), do conhecimento de que o aluno é portador. Para Delizoicov, Angotti, Pernambuco (2011) a apreensão dos significados e interpretações dos temas, por parte dos alunos, precisa estar garantida no processo didático-pedagógico, para que os significados e interpretações dados possam ser problematizados.

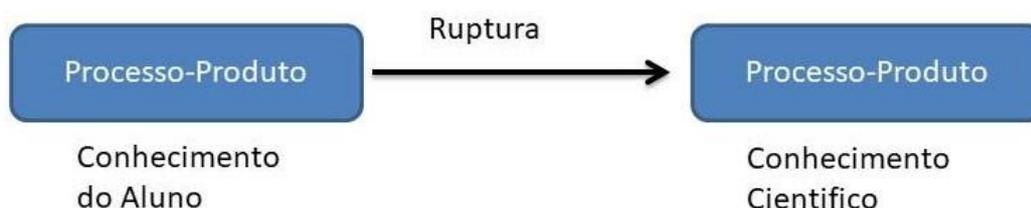
Nessa perspectiva os conhecimentos da professora(o) também precisam estar presentes no processo educativo. Nesse processo, a abordagem dos conceitos científicos é o ponto de chegada, quer na estruturação dos conteúdos programáticos, quer da aprendizagem dos alunos. O ponto de partida são as situações significativas que originam, de um lado, a seleção e organização de rol de conteúdos, ao serem articulados com a estrutura do conhecimento científico, e, de outro, o início do processo dialógico e problematizador (DELIZOICOV, ANGOTTI, PERNAMBUCO, 2011)

O conteúdo empírico do conhecimento do educando, oriundo da sua vivência, de suas experiências constituída nas relações com a natureza e com os semelhantes deve ser valorizado, isso porque é com base nesse conhecimento que se deve iniciar o processo educativo (FREIRE *apud* DELIZOICOV, ANGOTTI, PERNAMBUCO, 2011). Por isso a ênfase desse educador na problematização da compreensão dos alunos sobre o tema, ou seja, na problematização do que se denominou de cultura primeira o prevalente do aluno ao ser acessado pela professora(a).

Os pronunciamentos do educando relativo às situações problematizadas refletiram os níveis de consciência dele sobre o tema. O processo de codificação-problematização-descodificação tem como meta proporcionar subsídios para o enfrentamento e superação desse nível de consciência, que envolve rupturas (FREIRE *apud* DELIZOICOV, ANGOTTI, PERNAMBUCO, 2011). Significa uma

ruptura no “método-conteúdo” construídos pelos alunos, a qual deverá ocorrer com a apreensão dos conhecimentos científicos, visto que possui uma estrutura que implica também “metodo-conteúdo” construído durante a produção do conhecimento. Para esses autores a prática educativa necessita ser desenvolvida segundo um modelo didático-pedagógico e que estabeleça a seguinte articulação:

Figura 1: Modelo didático-pedagógico



Fonte: DELIZOICOV, ANGOTTI, PERNAMBUCO, 2011 p. 196

Numa interação que propicia a ruptura para a apreensão do conhecimento científico, o caráter dialógico deve ser uma das características fundamentais do modelo didático-pedagógico, cujo eixo estruturante é a problematização dos conhecimentos.

[...] os problemas não se apresentam por si mesmos. É precisamente esse sentido do problema que dá a característica de genuíno no espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma questão. Se não houver questão, não pode haver conhecimento científico. Nada ocorre por si mesmo. Nada é tudo. Tudo é construído (BACHELARD *apud* DELIZOICOV, ANGOTTI, PERNAMBUCO, 2011, p. 197) .

É a partir da problematização que a professora(a) deve apreender o conhecimento já construído pelos alunos, assim, poderá localizar as contradições e limitações desse conhecimento, quando cotejado com o conhecimento científico, com a finalidade de propiciar um distanciamento crítico do educando, ao se defrontar com o conhecimento que ele já possui, e, ao mesmo tempo, propiciar alternativa de apreensão do conhecimento científico (DELIZOICOV, ANGOTTI, PERNAMBUCO, 2011). Nesse processo, as explicações contidas no conhecimento do senso comum é desestruturada, para após formular problemas que possam levá-los à compreensão do outro conhecimento, o científico.

Nessa Intervenção Pedagógica, a aprendizagem é entendida como uma construção pessoal, realizada graças à ajuda que recebem de outras pessoas, docente ou não. Esta construção, através da qual podem ser atribuídos significados a um determinado objeto de ensino, implica a contribuição por parte da pessoa que aprende, de seu interesse e disponibilidade de aprender, de seus conhecimentos prévios e de suas experiências.

Além dos três momentos pedagógicos, já supracitados, essa Intervenção Pedagógica adotará as perguntas propostas por Zabala (1998) para validar, reforçar ou acrescentar novas atividades. Na Intervenção Pedagógica existem atividades:

- a) que nos permitem determinar os conhecimentos prévios que cada aluno têm em relação aos novos conteúdos de aprendizagem?
- b) cujos conteúdos são propostos de forma que sejam significativos e funcionais para os alunos?
- c) que possamos inferir que são adequadas ao nível de desenvolvimento de cada aluno?
- d) que representam um desafio alcançável para o aluno, quer dizer, que levam em conta as suas competências atuais e as possam avançar com a ajuda necessária; portanto, que permitam criar zonas de desenvolvimento proximal e intervir?
- e) que provoquem um conflito cognitivo e promova a atividade mental do aluno, necessária para que se estabeleçam as relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios?
- f) que promovam uma atitude favorável, que sejam motivadoras em relação à aprendizagem de novos conteúdos?
- g) que estimulem a autoestima e o autoconhecimento em relação às aprendizagens que se propõem, nas quais o aluno possa sentir que em certo grau aprendeu, que seu esforço valeu a pena?
- h) que lhe permitam ser cada vez mais autônomo em suas aprendizagens?

Estas perguntas serão utilizadas como suporte para organizar, desenvolver e avaliar a Intervenção Pedagógica apresentada.

9. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim como a Intervenção pedagógica foi dividida e três momentos, nesse tópico, também utilizou-se dessa metodologia para explicitar os resultados. No primeiro, serão apresentados os resultados obtidos por meio das discussões iniciais, que teve como um de seus objetivos identificar qual a concepção dos discentes sobre a divisão sexual do trabalho. Nesta etapa analisou-se as concepções, dos discentes, sobre as escolhas profissionais e suas causas e consequência. No segundo momento, serão apresentados os resultados obtidos através das atividades e dinâmicas realizadas. No terceiro momento, será analisada as proposta dos discentes para intervir a realidade brasileira sobre a desigualdade de gênero, e, por último, será explicitado os resultados referente a metodologia adotada para abordar a problemática.

9.1. Divisão Sexual do trabalho

Após as apresentações iniciais, o qual foi explicado os objetivos da aula e sua dinâmica, foi pedido para que os discentes se apresentassem e, ao mesmo tempo, respondessem o porque escolheram o curso técnico de informática, bem como o que eles entendiam por divisão sexual do trabalho. Para analisar as concepções dos discentes sobre o tema abordado, suas falas foram divididas em seis (6) categorias, como demonstra a tabela 1.

Tabela 1: O que é divisão sexual do trabalho.

Respostas	Nº de discentes
Desvalorização	3
Falta de estímulo	2
Não sabe	6
Cultura	9
Diferença de salários/cargos	6

Fonte: Autor

Cerca de 34,61% dos discentes relacionaram que a divisão sexual do trabalho tem alguma relação com a cultura, segue algumas respostas dos discentes:

[...] acho que divisão do trabalho é basicamente uma cultura que a gente vive que divide as pessoas por gênero, por causa que coisas envolvem mais pensamento e inteligência acaba indo para homens, e coisas que envolvem mais cuidar de casas acabam indo para mulheres.

Também nessa categoria foram agrupadas falas que tiveram alguma relação com família: [...] *“eu acho que a mulher falta, ela quer fazer um negócio, daí vai lá a família dela fala assim: “ah, mas tu não pode fazer isso porque isso é coisa de homem”. Isso é muito errado no meu ver”(A13), “E o que eu entendo sobre divisão sexual do trabalho é que a sociedade, o modo que a gente vive impõe para a gente divisão por gênero dentro do mercado e geralmente o pior do mercado fica para a mulher” (A15).*

Também surgiram respostas que relacionam explicitamente com a cultura machista:

[...] o que acho dessa divisão sexual do trabalho é meio “bhaa.. veio”, tipo, “bha...”, mas é que a gente sempre o mundo veio de uma cultura meio machista, tem aquele estereótipo que a mulher é mais fraca e sempre, tipo, ela ganha menos, meio errado, mas como muita gente falou aí, elas são parecidas em alguns lados aí, mas é complicado.

A segunda resposta mais mencionada pelos discentes é relacionada às diferenças salariais e de cargos, seguem algumas falas que foram agrupadas nessa categoria: “[...] e eu acho que a divisão sexual do trabalho é a questão de divisão salarial, de cargos e até de áreas.(A20). “[...] o que eu acho sobre a divisão sexual do trabalho que ela se trata da diferença de presença na área de trabalho, dependendo do gênero e a diferença salarial que um gênero tem do outro” (A22).

Embora os discentes não tivessem conhecimentos, ainda, sobre os dados oficiais que demonstram a realidade brasileira, percebeu-se que, em termos gerais, o assunto abordado não era totalmente desconhecido para eles e que, em graus diferentes, quase 80% dos discentes tiveram alguma verdade em suas respostas. Entretanto, era preciso que os discentes entendessem o porque a literatura afirma que a mulher tem dupla jornada de trabalho. Para isso, como estratégia, adotou o diálogo para explicar a diferença entre trabalho e emprego. A turma foi estimulada a refletir sobre suas concepções sobre o trabalho.

Dentre as respostas surgiram: ocupação que traz renda; é exercer alguma função; exercer alguma função remunerada; exercer alguma função específica;

produzir algo; produzir algo que exige esforço físico e mental. Após as respostas sobre as concepções do que é trabalho, também foram estimulados a refletirem sobre o que é emprego, seguem algumas das respostas: atividade remunerada; uma função que ganha dinheiro; uma função que é exercida no trabalho.

Percebeu-se que a maiorias dos discentes não tinham segurança em afirmar o que é trabalho e o que é emprego, que nas concepções deles, tratava-se de sinônimo. Após explicar que os termos não são sinônimos, que todo emprego é trabalho, mas que nem todo trabalho é emprego, decidiu-se abordar a dupla exploração da mulher:

Pesquisador: [...] se eu disser para vocês que a mulher tem uma dupla exploração. Vocês acreditam?

Discentes: Como assim?

Pesquisador: que a mulher é explorada tanto na esfera produtiva, quanto na reprodutiva, ou seja, quando ela vai para o mercado de trabalho ela ganha menos, e quando ela está em casa ela trabalha mais, então é uma dupla exploração da mulher. Vocês acreditam nisso?

Discentes: Sim.

Baseados nos números oficiais, sobre a jornada de trabalho e suas consequências, a turma foi estimulada a refletir sobre o baixo número de mulheres em cargo político? Segue o momento em que isso foi abordado:

Discente 1: Por causa da oportunidade?

Discente 2: Não são incentivadas.

Pesquisador: Não são incentivadas? Ou será que tem a ver com a cultura ?

Discente 3: fator histórico porque as mulheres há poucos anos elas podem votar.

Pesquisador: Perfeito, muito bem.

Discente 4: Nos anos 50 as mulheres não votavam ainda.

Pesquisador: E tem muito resquício disso que o discente 3 falou, as questões históricas começam a ter consequência agora, por exemplo: quem é que nunca presenciou uma mulher brava e alguém dizer: “não, essa daí está histérica”. Não dizem isso?

Discente 5: sim ou dizem que é TPM.

Pesquisador: Também chegam e dizem: “não, desconsidera porque é TPM”. Mas como que foi construído tudo isso aí? Como que vocês acham que foi construído?

Discente 6: O homem sempre se impôs acima da mulher.

Pesquisador: Sempre se impôs. De que forma?

Discente 6: Dominância. É, no início era por causa do feminismo.

Os discursos proferidos por filósofos, religiosos, médicos foram realizados por homens, dessa forma é importante os discentes entendem de como isso aconteceu, para isso utilizou-se recortes de revistas femininas das décadas 50, 60, Segue um trecho da aula:

Pesquisador:[...] aqui têm umas afirmações que foram feitas lá nas décadas 50 e 60, lembre-se que esta revista aqui era revista feminina, essa revista ainda existe. mas essas afirmações foram feitas naquela década. Ou seja, as próprias mulheres entendiam qual que era o papel delas.

Discente 1: Porque elas eram criadas desse jeito com pensamento machista.

Pesquisador:: Isso. Perfeito, então as pessoas só reproduz o que está vendo, escutando e acabam entendendo aquilo como sendo certo.

Discente 2: É como uma lavagem cerebral que tem instaurada na sociedade.

Discente 3: As pessoas são ensinadas a serem assim.

É importante que os alunos consigam entender que os discursos explicitado está relacionado com a cultura do que é “ser” mulher e não com a sua natureza, nesse momento propiciou abordar os conceitos de sexo biológico e gênero. Seguem a transcrição desse momento:

Pesquisador: Gênero, o que é para vocês gênero?

Discente 1: É uma escolha no caso, tipo a pessoa nasce com um gênero feminino e masculino, mas com o tempo ela pode querer mudar, isso vai da escolha da pessoa.

Pesquisador: Seria escolha?

Discente 2: Eu acho que é uma definição que as pessoas impõem.

Discente 1: É mais como as pessoas se identifica na verdade.

Discente 2: A gente vê como gênero são definições que a sociedade impõe. O gênero masculino é tal e o gênero feminino é tal.

Pesquisador: Mais alguém quer dar sua opinião ?

Discente 3 : É o que a pessoa é?

Pesquisador: Como assim?

Discente 3: seria quando ela (a pessoa), o que ela deveria ser no caso.

Discente 2: Aí que entra, deveria ser porque tem uma caixa para cada gênero ideológico.

Pesquisador: E agora, o que é sexo biológico?

Discente 4 : Sexo biológico é homem e mulher.

Pesquisador: Homem e mulher, masculino e feminino? Mais alguém quer dar opinião? Vocês estão indo muito bem. Sexo biológico é aquilo que a pessoa nasce. é o que nos diferencia, por exemplo, nós? Homens têm um tipo de genitália, mulher outro tipo, mulheres engravidam homens não. mulheres amamentam, homens não.

Discente 5: Mulher sangra homem não.

Pesquisador: Perfeito. tudo isso tem a ver com o sexo biológico, as diferenças biológicas.

Percebe-se que no início das discussões desses conceitos a turma apresentou um pouco de dificuldade, não havia segurança nas respostas dos discentes, mas conforme a discussão foi se desenvolvendo, os conceitos foram ficando esclarecido para a turma.

Até o momento dedicou-se a analisar os conhecimento prévios dos discentes sobre os conceitos abordados, bem como se desenvolveram as discussões, a partir desse momento será analisado o nível de compreensão dos discentes sobre cada

termo. Para inferir o nível de compreensão dos termos trabalho e emprego, utilizou-se de duas imagens. A primeira contém a seguinte afirmação: Quase 13 milhões de brasileiros continuam sem trabalho, diz o IBGE.

Pesquisador: Essa afirmação está correta ou está incorreta para vocês?
 Discente 1: Incorreta.
 Não identificado: Correta?
 Discente 2: Incorreta.
 Pesquisador:: Incorreta? Vamos lá, vamos contar aqui. Certo? Correto ou incorreto?
 Discente 3: Correto.
 Discente 4: Correto.
 Discente 5: Incorreto.
 Discente 6: Incorreto?
 Discente 7: E porque quase 13 milhões, não dá o certo se é 13 milhões?
 Pesquisador: Não está relacionado com o números.
 Discente 8: Eu acho que é correto.
 Pesquisador : Correto? Vamos fazer o seguinte, quem acha que está correto levanta a mão.

Embora alguns alunos dedicaram sua atenção ao aspectos relacionado aos números e não ao termo, 15 discentes afirmaram que estava incorreta, 9 afirmaram que estava correta e 2 não responderam.

Após esclarecer que a afirmação correta é: 13 milhões de brasileiros estão sem emprego, isso porque, embora esse número de pessoas não estivesse exercendo atividade remunerada formalmente, mas alguma atividade elas exercem, seja no ambiente familiar, com atividades domésticas ou alguma outra atividade informal.

A segunda imagem é ainda mais emblemática, trata-se de uma carteira de trabalho e uma mulher limpando uma mesa, da mesma forma de como aconteceu na imagem anterior os discentes foram questionados se o que eles estavam visualizando era emprego ou trabalho.

Pesquisador: [...] E essa outra figura aqui? É trabalho ou emprego.
 Discente 1:: Emprego.
 Discente 2: Trabalho.
 Discente 3: Emprego.
 Discente 4: É emprego porque é doméstica.
 Discente 5: Tem as duas coisas.
 Discente 6: Depende.
 Discente 7: Se ela está na casa dela é trabalho.

Se a intenção dessa atividade é provocá-los a refletir sobre trabalho produtivo e reprodutivo, que se a mulher estivesse vendendo sua força de trabalho é trabalho produtivo (emprego), caso contrário será apenas trabalho (reprodutivo). O objetivo é que os discentes

aprendem os sentidos e distinções que foram sendo construídas sobre trabalho na sua dimensão ontológica, nesse sentido, em termos gerais, as duas atividades obtiveram sucesso.

9.2. Sobre Biológico e gênero

As atividades relacionadas a sexo biológico e gênero, tinha como objetivos revelar, em parte, a oposição fundante entre natureza e cultura; identificar situações e afirmações cotidianas em que as atribuições e as designações de tarefas no mundo do trabalho estão orientadas por visões sexistas e estereótipos de gênero. Para isso foi realizada duas atividades.

A primeira, tinha como objetivo saber o nível de compreensão dos conceitos de sexo biológico e gênero, para isso foram feitas nove (9) afirmações aos discentes (ANEXO A). A tarefa era relacionar essa afirmação com os conceitos abordados. Houve um número de acerto considerável, 61,53% dos discentes obtiveram 100% de acertos nessa atividade, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2: Resultado das atividades sobre sexo/gênero

Nºalunos	Nº/ acerto (%)
16	100 %
5	88,80%
2	77,70%
2	66,6 %
2	33,30%

Fonte: Autor

Das nove (9) afirmações, sete (7) tiveram erros, destaca-se o número alto de erros nas afirmações 6 e 8 respectivamente com 7 e 5 erros cada, conforme demonstra a tabela 3.

Tabela 3: Afirmações sobre sexo/gênero

Afirmações	Número de erros
1. Mulher dá à luz a bebês; os homens não.	1
3. Quando uma menina recebe bonecas para	2

brincar, vai aprendendo como cuidar de crianças.	
4. Mulheres podem amamentar bebês; os homens tem que alimentar os bebês com mamadeira.	3
5. Meninos vestem azul; meninas vestem rosa.	2
6. A voz dos meninos muda na puberdade; a voz das meninas não muda	7
7. Na nossa sociedade, a maioria das mulheres prepara a comida e cuida da casa	1
8. Na divisão de tarefas no trabalho, as que exigem força física e destreza em geral são dadas aos homens	5

Fonte: Autor

É importante salientar que o número de erros correspondem ao número de alunos, uma vez que a atividade foi realizada individualmente, sendo assim, também é possível mensurar as afirmações que cada discente errou (tabela 4).

Tabela 4: Afirmações que cada aluno errou

Alunos⁴	Afirmações
A1	1, 3, 5, 6, 7, 8
A2	4, 5, 6
A3	8
A4	3
A5	6
A6	6
A7	6
A8	4, 8
A9	4, 6, 8
A10	6, 8

Fonte: Autor

⁴ Para preservar o anonimato dos discentes, utilizou dessa nomenclatura para identificá-los nesta pesquisa.

Essa atividade pode demonstrar que houve uma compreensão, em termos gerais, da turma sobre os conceitos abordados. Entretanto, não é possível afirmar os motivos dos erros, que podem variar desde a timidez do aluno em tirar suas dúvidas, falta de experiência docente do pesquisador ou até mesmo o nível de complexidade das afirmações feitas.

Além de mensurar a compreensão dos discentes sobre sexo biológico e gênero, era preciso relacionar com as questões de trabalho, desse modo a próxima atividade tinha como objetivos identificar situações em que as atribuições e as designações das tarefas no mundo do trabalho estão orientadas por visões sexistas e estereótipos de gênero, bem como refletir sobre as ideias e impressões acerca de papéis de homens e mulheres e da divisão de tarefas nos ambientes de trabalho.

Nesse contexto, os discentes foram provocados a responder marcando com um X na coluna homem se aquela atividade é “tipicamente” masculina ou na coluna mulher se aquela atividade é “tipicamente” feminina. Foi ressaltado a eles que não existem respostas certas e erradas, e que as respostas devem ser espontâneas e sinceras, e, que não devem ser copiadas dos colegas.

Foram sugeridas 22 atividades/profissões (ANEXO B), 16 discentes, cerca de 61,53% marcaram que todas as profissões e atividades sugeridas, nessa dinâmica, são consideradas “típicas” tanto de homem quanto de mulher, e 10 discentes, cerca de 38,47% consideraram que uma ou mais atividades/profissões são “típicas” somente de homem ou somente de mulher. Nesse universo de 10 discentes é possível mensurar as atividades/profissões que cada discente considerou de homem ou de mulher, com demonstração o quadro 2⁵.

Quadro 2: profissões de acordo com o gênero

Profissões	A1		A2		A3		A4		A5		A6		A7		A8		A9		A10		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
1. Cozinheir@		X							X		X		X								
2. Profess@r		X							X		X			X							
3. Agricultor@	X								X		X		X		X		X				

⁵ As partes da tabelas que não estão sinalizadas è as atividades/profissões que os discentes consideraram que são “típicas” tanto de homens quanto de mulher.

4. Enfermeir@	X			X	X	X	X	X	X	X	X				
5. Costureir@	X	X			X	X	X	X	X						
6. Agente comunitári@ de saúde	X				X		X	X		X					
7. Pesquisad@r	X						X	X	X		X				
8. Engenheir@ Civil	X				X	X	X	X							
9. Polític@	X				X	X	X	X		X					
10. Engenheir@ Mecânic@	X				X	X	X	X		X					
11- Médic@							X	X		X					
12- Advogad@							X	X		X					
13. Cuidar de Crianças	X				X	X	X	X							X
14. Operar máquinas	X						X	X	X		X	X			
16. Costurar	X				X	X	X	X							
17. Cuidar da horta	X		X				X	X	X	X					
18. Fazer faxina	X						X	X	X						
19. Líder sindical	X						X	X		X					
20. Servir cafezinho	X						X	X	X						
21. Chefe de família	X				X	X	X	X		X					
22. Dirigir vans e ônibus	X				X			X	X			X			

Fonte: Autor

Percebe-se que dentre os os discentes que relacionaram às profissões de Agricultor(a), engenheiro(a) civil, Engenheiro(a) Mecânico, Líder Sindical, dirigir vans e ônibus, 100% deles consideraram como sendo essas profissões “típicas” de homens. Enquanto, dentre os discentes que relacionaram as profissões/atividades de costureiro(a), Enfermeiro(a), cuidar de crianças, costumar, fazer faxina, servir cafezinho, 100% deles consideraram como sendo de mulher.

Para uma pequena parte dos discentes a dicotomia público e privado ainda está presente. Talvez seja porque a história do século XIX revela que havia, na sociedade de modo geral, uma nítida divisão entre domínio público e privado. Os

homens “pertenciam” à esfera pública, pois desempenham de forma predominante o papel de provedor da família, e as mulheres “pertenciam” à esfera privada, uma vez que o cuidado do lar funcionava como atividade de contrapartida dado o sustento financeiro do marido.

9.3 Tipos de intervenções foram propostas

A intenção dessa atividade foi promover a reflexão por parte do aluno sobre a problemática, bem como incentivando-os a pensar formas de intervir-la. Desse modo, iniciou-se com a seguinte pergunta: como mudar essa realidade? Para responder essa pergunta, a turma foi dividida em 9 grupos, os alunos tiveram autonomia para escolherem quem e quantidade de membros em cada grupo. Para manter o anonimato dos discentes, nessa pesquisa, os grupos foram denominados de G1, G2, G3 sucessivamente.

As respostas variaram de disputar/desconstruir os discursos patriarcais e machistas até respostas conformistas, a qual entende que essa diferença decorre de um processo natural, neste último caso destaca-se que apenas um grupo entende dessa forma; *“Na nossa opinião não tem como mudar, porque se não fosse as mulheres seriam os homens e causaria polêmica do mesmo jeito”* (G9).

Destaca-se que quase 90% das respostas foram propositivas para intervir na realidade atual, dentre elas, destaca-se::

Sendo o homem a forma de mudar é a conscientização nas escolas e discursos públicos a favor da causa, pois ao invés de censurar a mulher, devemos dar voz a elas para uma sociedade justa. Paralisar atos machistas e preconceituosos (não somente contra a mulher, mas também para negros e homossexuais, por exemplo). Algumas pessoas dizem que Deus que impôs que o homem é superior, pois ele criou o homem e depois a mulher (G3).

Essa resposta vai ao encontro dos objetivos propostos nesta pesquisa, isso porque o “papel” da mulher foi construído a partir de discursos filosóficos e religiosos, sendo assim, é importante que os discentes tenham condições de identificá-los para ressignificá-los.

Ainda relacionado aos discursos, aparecem as seguintes “soluções”: Identificar as doutrinas machistas instaurada na nossa sociedade, conscientização, luta pelos direitos iguais de gêneros, importância dos meios de comunicação na conscientização,

mais debates, conscientização entre homens e mulheres, mudanças de atitude dos membros da sociedade.

Além de disputar/desconstruir os discursos patriarcais e machistas, um grupo de quatro alunos, de certa forma, abordaram a socialização/educação como forma de intervir na realidade: *“Achamos que para mudar essa realidade, temos que ensinar as crianças a terem uma maior conscientização sobre esse assunto tão importante para a humanidade”*(G5). Nessa mesma direção, outro grupo de cinco meninas destacou o papel da família e da escola nesse processo: *“incentivo da família e da escola”* (G7).

Entender que a forma de como são educadas as crianças é relevante na busca de uma sociedade mais justa é de suma importância, isso porque de acordo com Ribeiro (2006) é possível que, a partir da faixa etária de 7-8 anos, as crianças comecem a estabelecer as relações entre classificações de gênero e práticas ligadas à sexualidade. Para essa autora, ao classificar os comportamentos, garotos e garotas naturalizam a conduta vista como legítima para um e outro grupo, sendo que meninos e meninas colocam a sexualidade como algo que seria próprio do domínio masculino, e mesmo exercida pelas meninas, não seria adequada para o universo feminino.

Ademais a autora destaca que ser homem e ser mulher está relacionado não somente com o aparato anatômico-fisiológico, mas com concepções sociais, muitas aprendidas na família e no sistema das relações em que vivem. A categoria homem e mulher, neste caso, menino e menina, envolve atributos sociais e simbólicos, como poder fazer certas coisas, exercer legitimamente a sexualidade, assumir comportamentos dentro de uma determinada ordem.

Políticas de inclusão da mulher no mercado de trabalho também apareceram como “solução”: Inclusão das mulheres em áreas de trabalho dominada por homens, mais oportunidades em área de destaque, ofertar mais empregos as mulheres.

A gente pode mudar essa realidade, incluindo a mulher no mercado de trabalho tendo uma igualdade salarial e aderindo mais respeito em relação a mulher. Somos todos iguais! e nós mulheres exigimos mais respeito e reconhecimento do nosso trabalho (G1).

A utilização da lei como instrumento de acabar ou diminuir a desigualdade também aparece como alternativa;

Podemos mudar essa realidade através de uma lei igualitária, no qual se o homem e a mulher estiverem exercendo a mesma função, mas um deles estiver recebendo menos que o outro, indivíduo que estiver injustiçado deverá receber indenização recebendo o dobro do que deveria ter ganhado e se não for recebido o empresa ou empregador será multado (G8).

Incentivar as mulheres a terem independência financeiras também apareceu como “solução” proposta pelos discentes. Nesse sentido, de acordo com Alves e Cavenaght (2012), vários estudos passaram a apontar a importância da autonomia feminina para o desenvolvimento. Para essas autoras o empoderamento das mulheres está positivamente relacionado com o desenvolvimento econômico, sendo que um fenômeno reforça o outro: em um sentido, o desenvolvimento joga um papel importante na diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, em outra direção, o empoderamento das mulheres pode beneficiar o desenvolvimento.

9.4. Avaliação da Intervenção Pedagógica

Além das dinâmicas supracitadas e a observação nas discussões para mensurar o processo de aprendizado dos discentes, também foi realizado um processo de auto-reflexão por parte dos discentes sobre a sua aprendizagem, bem como a avaliação do método adotado para abordar o tema. Desse modo, foi feito algumas perguntas abertas os discentes (ANEXO C). A intenção dessas perguntas é ajudar os discentes no processo de reflexão, bem como a melhorar a sequência didática proposta.

Na primeira pergunta, a qual é relacionada sobre a importância dos conteúdos abordado, as respostas dos discentes foram organizadas em sete (7) categorias, como demonstra a tabela 5.

Tabela 5: A coisa mais importante que você aprendeu hoje?

Respostas	Nº de Discentes
Igualdade/desigualdade	14
Divisão Sexula do Trabalho	1
Sexo biológico/gênero	2
Tudo	3
Nada	4

Igualdade e divisão sexual do trabalho	1
Formas de debater o assunto	1

Fonte: Autor

Dentre as categorias supracitadas, destaca-se a primeira, a qual foram classificadas as respostas dos discentes que consideram a igualdade/desigualdade, discriminação da mulher como o conteúdos mais importante aprendido. Segue algumas das resposta: *“saber o número de desigualdade entre o homem e mulher”* (A2); *“os dados que provam que existem desigualdade”* (A5); *“homens e mulheres são aptos para as mesmo funções”* (A6); *“maneira de pensar, encontra igualdade”*(A9); *“que os homens não são superiores a mulher”* (A10); *“saber o aumento da desigualdade entre homem e mulher”* (A1); *“ver a discriminação que a mulher sofre”* (A11).

Embora o termo desigualdade seja cotidianamente escutado, através dos meios de comunicação, foi uns dos conteúdos que os discentes consideraram como o mais importante aprendido nessa aula.

Além de inferir a importância dos conteúdos, de acordo com a concepção de cada discente, também é possível mensurar as dificuldades encontradas pelos discentes em sala de aula. No que se refere a dificuldade do conteúdo, as respostas dos discentes foram agrupadas em nove (9) categorias, conforme é demonstrado na tabela 6.

Tabela 6: O que você achou mais difícil?

Respostas	Nº de discentes
Divisão sexual do trabalho	3
As atividades	1
Auto-avaliação	1
Nada	13
Abordagem “mulher na política”	1
Diferença de trabalho e emprego	3
Diferença de Sexo e Gênero	1

Ouvir as opiniões dos colegas	2
Pensar de como mudar a situação	1

Fonte: Autor

Percebe-se que 50% dos discentes responderam que não encontraram dificuldades sobre os conteúdos abordados. Esse índice se aproxima do índice dos alunos que consideraram as discussões em sala de aula como uma das coisas as quais mais gostaram (tabela 7).

Tabela 7: O que você mais gostou?

Respostas	Nº de discentes
Das discussões	14
De ter aprendido algo	1
Combater a Desigualdade	1
Escrever uma Lei	1
Responder de como mudar essa realidade	1
Da coragem	2
Tudo	3
Nada	2
Saber a diferença de Sexo e Gênero	1

Fonte: Autor

As discussões também ganha destaque como ferramenta de aprendizagem, como demonstra a tabela 8.

Tabela 8: O que te ajudou quando estava com dificuldades?

Respostas	Nº de discentes
Pensar	5
Deus e família	2
Não teve dificuldades	10
As discussões	7

Conhecimento na área	1
Empatia	1

Fonte: Autor

Numa aula dialógica é necessário que a professora(o) seja capaz de despertar a curiosidade dos alunos sobre o tema que está sendo abordado. Desse modo a próxima pergunta tinha como objetivo inferir a curiosidade dos discentes sobre os assuntos abordados.

Tabela 9: O que você gostaria de aprender mais sobre o assunto abordado?

Respostas	Nº de discentes
Direito de Igualdade da mulher	3
Tudo	2
Estatística de desemprego	1
Nada	7
Como mudar a realidade	3
Desvalorização e preconceito	1
Feminismo/machismo	6
Como iniciou tudo isso	3
Inclusão da mulher em mercado machista	1

Fonte: Autor

Cerca de 73,5% dos discentes responderam que gostariam de ter aprendido mais sobre o tema abordado. Dentre os assuntos destaca-se a curiosidade sobre feminismo, machismo, em seguida os direitos das mulheres, como mudar a realidade, como se iniciou essa desigualdade.

A próxima pergunta tem a intenção de identificar se houve surpresas sobre os conteúdos abordados. Os números sobre desigualdade foi a resposta de 34,61% dos discentes (tabela 10). Nessa categoria desta-se respostas como; “*Porcentagem absurdas sobre áreas de trabalho*” (A5), “*os gráficos, apesar de eu ter uma noção da desigualdade*” (A7).

Tabela 10: O que te surpreendeu mais?

Respostas	Nº de discentes
Desigualdade	9
Posicionamento dos colegas	4
Nada	6
Diferença de trabalho de homem e de mulher	4
O Jeito com que o assunto foi debatido	2
Dominância masculina	1

Fonte: Autor

A reflexão por parte do aluno é um aspecto muito importante na sua aprendizagem, ela promove o aprendizado independente em sala de aula. A aula continha momentos que exija reflexão e discussão por parte dos estudantes, Identificar esses momentos de reflexão, durante a aula, bem como a causa desse momento foi o objetivo da próxima pergunta.

Tabela 11: O que realmente te fez pensar?

Respostas	Nº de discentes
Desigualdade	4
Tudo	7
Auto-avaliação	1
Feminismo/Machismo	2
Desvalorização da mulher	3
As questões de gênero	1
Nada	6
Os discursos das revistas antigas	1

Fonte: Autor

Cerca de 77% dos discentes consideraram no mínimo um conteúdo como a causa de momentos reflexivos, desses destaca-se que quase 30% consideram toda a aula como momento reflexivo, destaca-se algumas das respostas; “ *Tudo, pois é*

um tema que não é abordado com muita frequência” (A6), “ Que eu achava que sabia, mas na verdade tem muitas outras coisas que eu não sabia” (A7).

Além de incentivar o processo de reflexão por partes dos discentes, foi solicitado a eles que sugerissem mudanças nas atividades para que facilitasse a sua aprendizagem e de seus colegas. Cerca de 23% dos alunos que sugeriram alguma mudança, consideraram que mais debates ajudaria no processo de aprendizagem, como demonstra a tabela 12.

Tabela 12: O que você mudaria nas atividades para ajudar seus colegas?

Respostas	Nº de discentes
Mais debates	6
Pergunta mais fáceis	1
O possível	2
Nada	13
Ensinar a respeitar as pessoas	2
Não souberam	2

Fonte: Autor

Abordar a desigualdade social em sala de aula é considerado essencial por muitos educadores, percebe-se que há uma convergência nesse aspecto entre esses educadores como o grupo de discentes que participaram dessa pesquisa, pois consideraram, em termos gerais, os números sobre a desigualdade como sendo o conteúdo mais importante que aprenderam.

Nesse processo, a discussão aparece como uma ferramenta de ensino e aprendizagem, isso porque 50% dos discentes responderam que não sentiram dificuldades para assimilar os conteúdos, desses mais da metade responderam que as discussões os ajudaram nesse processo.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As premissas que baseiam essa pesquisa foram as de que a escola atua como produtora e reprodutora de discursos e práticas opressivas em relações às questões de gênero, mas mesmo assim é possível, considerando as possibilidades e limitações dos espaços escolares frente aos determinantes sociais, atuar nessa realidade e contribuir para a melhoria dessas situações, atuando na perspectiva da formação integral dos sujeitos.

A análise dos dados referente às percepções dos alunos sobre a realidade brasileira, nas questões sobre a desigualdade entre homem e mulher apontou que os discentes não estão totalmente desconectado da realidade brasileira, embora houvesse surpresas quando foi mostrado os dados oficiais. Para os discentes, os motivos da segregação profissional varia, desde falta de estimular para as mulheres seguirem em determinadas profissões até a influência da cultura em suas escolhas.

No que se refere aos termos abordados tanto relacionado a trabalho e emprego, quanto a sexo biológico e gênero, percebeu-se, em diferentes graus, certo de dificuldades em diferenciá-los, nesse contexto, também percebeu-se das discussões como ferramenta de aprendizagem.

As propostas de intervenção na realidade atual também foram variadas. Destaca-se que 90% das proposição foram intervenções positivas, mas também percebeu-se um certo conformismo por parte de poucos alunos.

Sobre a metodologia adotada para abordar a problemática, pode-se dizer que houve sucesso na sua aplicação, isso porque trata-se de uma prática educativa dialógica que tinha como objetivo chamar a atenção dos discentes para desigualdade entre homem e mulher. Nesse sentido, cerca de 53 % responderam a desigualdade como o assunto mais importante que foi aprendido, também apareceram como respostas: tudo, sexo/gênero, divisão sexual do trabalho, nada.

Verificou-se, também, os limites que essa Intervenção Pedagógica enfrentou que envolvem desde questões relativas ao seu desenvolvimento como receios relativos a repercussão negativa da comunidade escolar devido ao contexto de medo e desinformação em relação a abordagem do tema na escola, como também o

bombardeio de discursos relativos à temática oriundos de outros setores sociais como a política e religião.

Cabe registrar que não foram notadas reações de repulsa ou de impedimento do desenvolvimento das atividades por parte de alunos ou da comunidade escolar. Entretanto, observou-se que, como apontado por Saviani (2012), a escola não atua com total autonomia, sendo incapaz de redimir todos os pecados civilizacionais com o poder do conhecimento sistematizado e científico. Por outro lado, é importante destacar que não é uma instituição imobilizada, incapaz de atuar no contexto social e promover mudanças.

Nesse contexto de forte desinformação e discursos não científicos, é preciso ser reiterado o papel da escola e da professora(o) enquanto uma das poucas instituições na qual o aluno pode ter contato com um debate mais qualificado sobre o tema, tendo como ponto de partida as concepções e experiências dos discentes e o ponto de chegada, pautado em dados e evidências científicas, o conhecimento capaz de contrapor os discursos baseados em senso comum e manipulação de informação.

Cabe ressaltar a importância dos institutos federais que deram as condições materiais e objetivas que permitiram o desenvolvimento desta pesquisa e a aplicação dessa sequência didática, desse modo os institutos federais expandiram consideravelmente o acesso a população brasileira à educação profissional e tecnológica, sendo pautado por uma proposta inspirada nos ideais de superação do dualismo histórico da educação brasileira, tendo no horizonte uma educação politécnica, crítica e emancipatória, buscando oferecer uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A possibilidade de replicação deste produto educacional em outros contextos não depende da mera disposição da professora(o). Envolve a existência de uma série de condições objetivas que permitam sua replicação, como as de estrutura física, previsão na carga horária docente de momentos, bem como envolve a própria existência da área de ciências humanas no currículo escolar do ensino médio, o que também vem sendo ameaçado diante da reforma do ensino médio e seus itinerários formativos e da nova Base Nacional Comum Curricular com tentativas de diminuir sua presença no currículo escolar.

Entre as limitações desta pesquisa, impossibilidade de conseguir medir questões tão complexas e subjetivas quanto opiniões e atitudes sobre a temática de gênero e a possibilidade de que os efeitos da aplicação dessa sequência didática não sejam imediatos, mas sim podendo ocorrer em período posterior a sua aplicação, o que dificulta a avaliação.

Como contribuições desta pesquisa, pode-se se citado a análise promovida sobre a articulação entre gênero e o mundo do trabalho, capitalismo e educação profissional e tecnológica, com uma proposta de intervenção pedagógica, nessa temática em que a necessidade de discussão é tão urgente quanto difícil.

Embora haja projetos que incentivem as meninas a seguirem carreiras “típicas” de homens, exemplo disso é o Programa Meninas Digitais da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), que tem como objetivo divulgar a área de Computação e suas tecnologias para despertar o interesse de meninas estudantes, ainda há muito a que se fazer, é preciso que esse tema seja abordado em todos as faixas etárias, levando em consideração o nível de compreensão de cada indivíduo.

É preciso ter em mente que de forma explícita aparece a divisão sexual do trabalho, mas de forma implícita há uma relação de poder. Desse modo é preciso fomentar uma proposta que identifique os problemas, enquanto manifestações do capitalismo, que não é apenas a exploração do trabalho, mas também a exploração sexualizada do trabalho.

É necessário o feminismo não seja resumido ao uma bandeira política partidária, mas que seja uma bandeira política humanitária que luta pela libertação de todas as mulheres e não apenas para a subida de algumas mulheres a cargos de de decisões, para que depois possam então promover a exploração de outras mulheres (geralmente negras, pobres ou imigrantes). Neste contexto, é preciso combater os discursos de criminalização do feminismo e dos movimentos sociais, que diariamente aparecem na mídia e nas redes sociais.

Esses discursos tentam negar a realidade brasileiras, usam fato ou o senso comum como regra, e, muitas vezes a regra como exceção, esse movimento é feito de acordo com suas conveniências. É precisos combatê-los como os dados oficiais e explicações científicas.

Esta pesquisa e a Intervenção Pedagógica desenvolvida nela buscam auxiliar, ainda que minimamente, no esforço de oferecer saídas para uma sociedade mais justa e igualitária. É uma proposta de resistência propositiva, que deve ser articulada com tantas outras propostas e atitudes, dentro e fora da escola, para que se dispute o discursos discriminatório da ala conservadora brasileira.

No campo da EPT é necessário aprofundar o diálogo e produção de estudos que levem em conta as ligações entre gênero e trabalho, bem como os conceitos e discussões de trabalho como princípio educativo, formação integral ou omnilateral e currículo integrado.

Não é possível propor a transformação social e a emancipação humana mantendo as estruturas de uma formação voltada ao mercado de trabalho. Entendo que na atual conjuntura política, bem como o sistema educacional brasileiro caminha em direção oposta a qual é defendida nesta pesquisa, mas ressalto que a história não está dada, não é fatalista, é construído na luta, desse modo nos ensina Freire (2018):

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.(FREIRE, 2018, p. 96-97).

Além falta de formação de professoras/professores para trabalhar com a temática desigualdade de gênero em sala de aula, há um elementos contemporâneo, como o movimento Escola sem Partido e do “kit gay” que tentam interditar as discussões que já possuía muitas barreiras e dificuldades, e, acabam colocando um fardo a mais no esforço que educadores e agentes públicos comprometidos com a formação integral dos sujeitos. Sobre a neutralidade da educação, Freire (2018) destaca:

Neutra, indiferente a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser. É um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é tomá-la como uma força de desocultação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades (FREIRE, 2018, p. 96-97).

É importante ressaltar que a Educação é espaço de contradições, constituído um espaço de lutas entre as classes sociais, em uma arena política de ideologias, um campo ideológico para transmitir e produzir uma visão de mundo vinculado aos interesses dos grupos sociais por meio de ações educativas (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015). Assim, entende-se que a Educação necessita de uma mudança de concepções e postura das comunidades escolares para que seja operada, tendo o Estado como garantidor das condições materiais e, ao mesmo tempo, dando autonomia aos docentes e servidores para que assumam o compromisso político com uma educação transformadora, isto é, uma escola como projeto de sociedade.

11. REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. **Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. Mediações**, Londrina- PR, v. 17, n. 2, p. 83-105, Julho/Dezembro 2012. ISSN 1414-0543.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo- SP: Boitempo, v. 9, 2009.

ANTUNES, R.; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação e sociedade, Campinas MG, v. 25, n. 87, p. 335-351, Maio-Agosto 2004.

ARAÚJO, R. M. D. L.; FRIGOTTO, G. **Práticas pedagógicas e ensino Integrado**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, Maio-Agosto 2015. ISSN 1981-1802.

BALDISSERA, A. **Pesquisa-ação: uma metodologia do "conhecer" e do "agir" coletivo**. Sociedade em debate, Pelotas-RS, v. 7, n. 2, p. 5-25, Agosto 2001.

BATISTA, E. L. **Trabalho e Educação Profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**. 1ª. ed. Campinas - SP: Autores Associados, v. I, 2015.

BOFF, Leonardo. **O Despertar da Águia: o dia-bólico na construção da realidade**. 22. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

BRASIL, Lei 11.892. **Lei da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica** Disponível www.planalto.gov.br. Acesso em: 05/05/2019.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 27/4/2019.

BRASIL, Concepções e Diretrizes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – **Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica** – Ministério da Educação, 2010

BRASIL, **Resolução Nº 510 de 07 de Abril de 2016** Disponível http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html Acesso 05/01/2019

CARVALHO, M. G.; CASAGRANDE, L. S. **Mulheres e Ciência: Desafios e conquistas**. Revista Internacional Interdisciplinar- INTERthesis, Florianópolis-SC, v. 08, n. 02, 2011. ISSN 1807-1384.

CASAGRANDE, L. S.; SOUZA, Ã. M. F. D. L. **Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas**. Estudos feministas, Florianópolis-SC, v. 25, n. 3, p. 825-850, Setembro/dezembro 2016. ISSN 1806-9584.

CHASSOT, A. **A ciência é masculina ? É, sim senhora !** 8. ed. São Leopoldo-RS:

Unisinos , 2017.

COLLING, A. M. **Tempos Diferentes, Discursos iguais: A construção do corpo feminino na história**. 1. ed. Dourados-MS: UFGD, v. 1, 2014.

COSTA, R. G.; PINHEIRO, P. W. M. **A pertinência da categoria divisão sexual do trabalho para análise da morfologia do trabalho na contemporaneidade**. Emancipação , Ponta Grossa , v. 15, n. 1, p. 43-57, 2012.

DELIZOICOV, D. ANGOTTI, J. A. PERNAMBUCO, M. M. C. A. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002

FILHO, C. D. B.; DAINEZI, G. F. **Devaneios sobre a atualidade do Capital**. 1º. ed. Porto Alegre : CDG Edições, v. I, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo : Paz e Terra , 1996.

GUIRALDELLI, R. **Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção**. Revista Sociedade e Estado , v. 27, n. 3, p. 709-732, Setembro- dezembro 2012.

KOVALESKI, N. V. J.; PILATTI, L. A. **As escolhas de cursos pelas mulheres: qual a formação para qual papéis sociais? o caso das estudantes do centro Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná- Unidade Ponta Grossa**. Revista gestão Industrial, Curitiba-PR, v. 1, n. 1, p. 89-103, 2005. ISSN 1808-0448.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística de Gênero, Indicadores sociais das mulheres no brasil** Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em 24/05/2019

_____ **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017**.

Disponível em

<https://www.abmes.org.br/documentos/detalhe/614/pesquisanacional-por-amostra-de-domicilios-continua-pnadc-2017> Acesso em 10/02/2019

INEP, **Instituto Nacional de estudos pesquisa Educacionais Anísio Teixeira**.

Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2016. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/artigo> Acesso 28/12/2018

LAURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista**. 6º. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes , 1997.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Katálysis , Florianópolis , v. 10, n. Especial , p. 37-45, Março 2007.

IOP, Elizandra. **Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais**. Visão Global-DESCONTINUADO A PARTIR DE 2013, v. 12, n. 2, p. 231-250,

2009.

MORAES, Roque, GALIAZZI, Maria C. **Análise Textual Discursiva**. 3ª edição- Ijuí-RS, Editora Unijui, 2016

OLINTO, G. **A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e Tecnologia no Brasil**. *Inclusão Social*, p. 68-77, 2011.

QUADROS, Ailse de Cássia. **A Trajetória e Desafios das Alunas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**. Orientadora Núbia Regina Moreira. Tese (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. BA, 2017

RIBEIRO, J. S. B. **Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças**. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, v. 26, p. 145-168, Junho-Julho 2006. ISSN 1809-4449.

RODRIGUES, J. G. **Gênero, ciência e tecnologia e saúde: apontamento sobre a participação feminina na pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz**. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2014.

SANTOS, M. H.; AMÂNCIO, L. **Sobre Minoria em profissões marcadas pelo gênero**. *Análise social*, v. 69, n. 3, p. 700-726, 2014.

SAVIANI, D. **Choque teórico da politecnia. Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, Março-Agosto 2003. ISSN 1981-7748.

SOUZA, L. P.; GUEDES, D. R. **A desigual divisão sexual do trabalho: Um olhar sobre a última década**. *Estudos avançados*, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

ZABALA, A. **A Prática Educativa; como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZANETTE, M. S. **Pesquisa qualitativa no contexto da educação no Brasil**. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 33, n. 65, p. 149-166, Julho-setembro 2017.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

**Uma abordagem dialógica sobre a Divisão
Sexual do trabalho!**

Autor: Roni de Mello Peronio

Orientador: Dr. Fabio Diniz Rossi

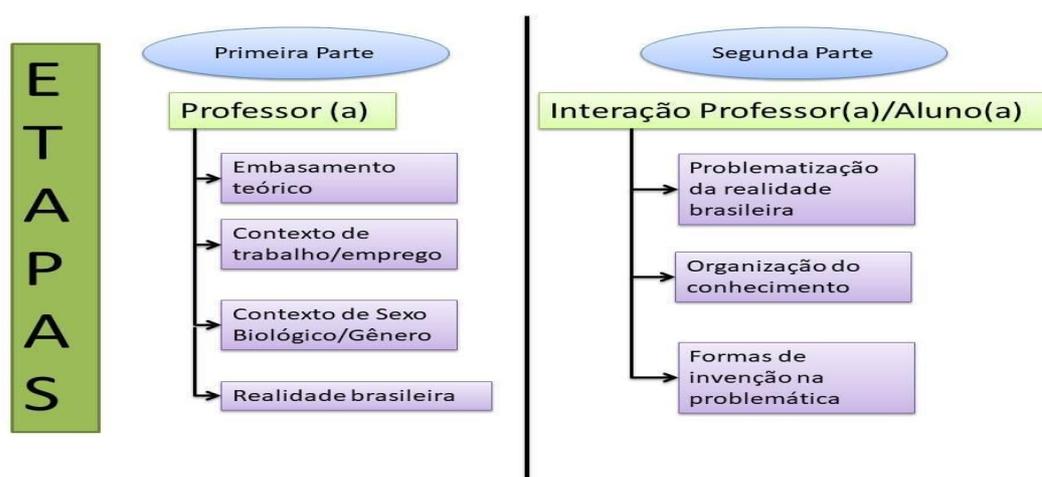
Co-orientador(a): Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio

APRESENTAÇÃO

Esse documento trata-se de uma Intervenção Pedagógica intitulada “**Uma abordagem dialógica sobre a divisão sexual do trabalho**”, é resultado de uma pesquisa que foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica- ProfEPT, na instituição associada (IA) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica Farroupilha (IFFAR), campus Jaguari-RS.

O objetivo deste produto educacional é desenvolver um olhar crítico dos discentes dos cursos de educação profissional tecnológica sobre a desigualdade de gênero no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, inspirar educadores sobre a abordagem sistemática da temática divisão sexual do trabalho em ambientes escolares e não escolares de ensino. Como a desigualdade de gênero é um tema amplo, não há disciplina específica para tratá-la, e, deveria ser tema de todas as disciplinas que compõem o currículo escolar como tema transversal. Esse material poderá ser utilizado por todos os profissionais, independente da área de formação. Dessa forma, essa intervenção está estruturada em duas etapas: embasamento teórico e interação professora(o)/aluno(a) como demonstra a imagem 1.

Imagem 1: Estrutura da Sequência Didática



Fonte: Autor

A primeira parte deste documento foi dedicada aos aspectos teóricos dos principais conceitos que serão abordados, assim, a professora(o) compreende os aspectos históricos da problemática. A partir disso, levando em consideração dados

oficiais de institutos de pesquisas, será problematizada a realidade brasileira sobre a desigualdade de gênero no trabalho, levando em consideração as escolhas profissionais marcadas por gênero, desigualdade salariais, dupla jornada de trabalho da mulher e baixa representatividade da mulher em cargos políticos.

Os dados supracitados deverão ser apresentados de forma articulada, para que os discentes tenham uma compreensão geral do problema, para isso, leva-se em consideração a forma como o homem interage com natureza e com seus pares, criando assim símbolos, crenças, discursos que acabam definindo a forma como idealizamos o mundo.

De forma dialógica e interativa, serão abordados os conceitos de trabalho e emprego. Saber a diferença entre esses conceitos é de suma importância, uma vez que a principal característica de divisão sexual do trabalho é a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, tendo como consequência a dupla jornada de trabalho da mulher. Ademais, esses conceitos serão problematizados com a questão de gênero, neste sentido, abordar os conceitos Sexo Biológico e Gênero é importante porque revelam, em parte, a oposição fundante entre natureza e cultura.

Após a compreensão dos conceitos supracitados, será discutida com a turma formas de intervenções na problemática abordada, assim estimula-se a participação e engajamento de todos nas atividades. A finalidade é que os alunos reflitam sobre possíveis formas de intervenção na desigualdade de gênero no Brasil. A intenção é avaliar o nível de engajamento dos alunos para resolver o problema, bem como o nível de consciência despertada com as etapas anteriores.

Todas as perguntas sugeridas na segunda etapa não tem a intenção de unicamente obter respostas, e sim provocar uma reflexão, levar as discentes a pensarem em temas que não haviam pensado e encontrar caminhos novos para lidar com suas dificuldades. A problematização tem a intenção de ajudar os discentes a olharem as histórias sob outras e variadas perspectivas, além de abrir espaço para formas diferentes de ação e gerar reflexão sobre comportamentos.

Muitas atitudes e significados que damos às coisas são automáticos em nossas vidas, determinados pela repetitividade que acontecem na sociedade e pelo grau de aceitação desses comportamentos. Nas situações relacionadas aos

comportamentos femininos e masculinos, por exemplo, isso é fácil de ser percebido, inclusive no trabalho reprodutivo realizado majoritariamente pelas mulheres. Tomamos por óbvia uma série de coisas que caracterizam o homem e a mulher e, por vezes, não sabemos responder o porquê de certas atitudes nossas.

Neste contexto, por meio de debates e compartilhamento de informações, espera-se que os envolvidos nas atividades reflitam sobre o tema e analisem de maneira crítica como eles se relacionam ao nosso dia a dia. Desta forma, inclusive, há possibilidade de mudança de atitudes por parte dos envolvidos, caso eles julguem estarem agindo de maneira inadequada.

Esse documento, não trata-se de um manual ou receita que deve ser seguida à risca, mas de uma sugestão de metodologia, que deverá ser adaptada e reinventada conforme as possibilidades e características do público e local em que for aplicada. Trata-se de um documento que se compromete com a tentativa de fazer uma leitura ampla da realidade, por isso, assume-se a posição abordada por Ronaldo Araújo e Galdêncio Frigotto: Não há apenas uma prática pedagógica para o Ensino Integrado, mas há prática mais adequada.

Para esses autores, as propostas educacionais inovadoras foram aquelas vinculadas às lutas por mudanças. As estratégias de ensino e organização curricular serve o projeto de sociedade que assumimos em função da nossa luta da “Realidade Atual”. Portanto considera-se imprescindível a abordagem da temática desigualdade de Gênero no contexto escolar, levando em consideração a realidade brasileira. A escola como espaço de socialização, especialmente na educação profissional, não pode se furtar a promover discussões sobre desigualdade de gênero.

SUMÁRIO

Referencial Teórico	7
Formação Sócio-cultural	7
Adaptação/interação do homem com a natureza	8
Primeira Revolução Agrícola	8
Revolução Industrial	10
Revolução do Conhecimento e da Comunicação	12
Associação/colaboração	14
Simbolização/significação	17
A linguagem como elemento de dominação	23
Gênero	25
Ideologia ou igualdade de gênero ?	30
Desenvolvimento da Intervenção Pedagógica	36
Objetivos:	36
Conteúdos trabalhados	36
Organização da turma	37
Tempo de aplicação	37
Problematização	38
Organização do Conhecimento	45
Aplicação do Conhecimento	51
Referências	52

Introdução

Esse material de apoio tem como objetivo incentivar professoras(o), instrutores/instrutores a trabalhar as questões de gênero no mundo do trabalho. Desse modo pretende-se que esse material seja utilizado para criar ambientes de diálogos em espaços escolares e não escolares, como isso os discentes estão mais propensos a desenvolver um olhar crítico sobre a desigualdade de gênero no mundo do trabalho.

Para isso imperativo e necessário apresentar à professora(o) ou instrutor/instrutora alguns aspectos teóricos importantes para conduzir da melhor maneira as atividades propostas. Para entender a problemática abordada neste estudo, é necessário entender como se construiu e reconstrói a sócio-história, e, de como se construiu os discursos sobre qual deveria ser o papel da mulher na sociedade, esse será o objetivo do primeiro capítulo.

No segundo capítulo foi abordado a linguagem/discursos como elemento central que nos torna sociável, ela está/estará presente em todos os e diferente épocas da história, ela é uma ferramenta de dominação do homem pelo homem. Parte-se da premissa que os significados das palavras é resultado de luta de classe, desse modo, será contextualizado o emergência do significado da palavra Gênero, bem como as expressões: ideologia de Gênero e igualdade de Gênero.

No terceiro capítulo serão abordados os conceitos e aspectos históricos de trabalho e emprego e em seguida será feita a relação desses conceitos com questões de gênero, apresentando dados sobre a realidade brasileira. Por último, será apresentado uma proposta de Intervenção Pedagógica que vise a escola não apenas como local de transmissão de conhecimento, mas que seja capaz de relacionar trabalho, ciência e cultura na compreensão das estruturas de poder que legitimam a discriminação motivada por gênero, contribuindo para a busca pela formação omnilateral, desse modo, justifica-se esta pesquisa, pois busca-se identificar, conhecer e intervir nas práticas escolares, contribuindo para uma escola crítica e emancipadora.

Para aprofundar o conhecimento sobre a temática, sugere-se a leitura da dissertação, a qual deu origem a esse material, bem como as obras dos autores/autoras citada neste estudo.

Referencial Teórico

Formação Sócio-cultural

Dentro da evolução global há uma evolução Sócio-cultural da humanidade, significa as mudanças de modo de dizer, de ser, de conviver, de produzir, de simbolizar e de espiritualizar as várias formações sociais. Toda formação social é baseada em três eixos: Adaptação/Interação do homem com natureza; Associação/Colaboração entre os seres humanos; Simbolização/Significados que os seres humanos dão a vida e objetos; Esses eixos funcionam sempre juntos, são como as rodas que fazem andar o que chama-se de história da humanidade. Eles são permanentes e são configurados e reconfigurados através dos tempos, pois estão ligados diretamente a produção e a reprodução das condições materiais e espirituais da vida humana.

Adaptação/interação do homem com a natureza

Esse eixo está relacionada com as as relações dinâmicas do ser humano com o meio ambiente, o ser humano é extremamente interativo adaptativo e flexível, faz a natureza se adaptar às suas necessidades e as suas capacidades de criação, faz isso pelo trabalho. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. O trabalho, então, pressupõe uma ação sobre a matéria bruta ou sobre a matéria-prima, no sentido de convertê-la em um produto caracterizado pela sua utilidade.

Nesse processo, além de interação do homem com a natureza, também há a interação social, nesse sentido, é importante revisitar o passado para entender como se construiu a história da o mulher nos contextos da primeira revolução agrícola, da revolução Industrial e da revolução do conhecimento e comunicação.

Primeira Revolução Agrícola

O período da primeira revolução agrícola foi marcado pela domesticação dos animais e plantas. Nesse contexto, criaram-se vilas, cidades e garantiu-se a infraestrutura e subsistência material dos seres humanos. Foi a partir dessa época que lançaram-se as raízes do patriarcalismo, isto é, da dominação do princípio masculino sobre as mulheres na organização da vida humana (BOFF, 2010).

O homem desempenhava o papel do caçador, mas cabia às mulheres o preparo da terra e os cuidados com as plantas. Com a domesticação dos animais e o desenvolvimento da agricultura intensiva, uso de arado, ocorre um aumento na produção, caracterizado como capital excedente, o que possibilitou a volta do homem a organização social, com a finalidade de vigiar e proteger o grupo de saques que porventura viessem a ocorrer (LOP, 2009).

Com os excedentes dos suprimentos alimentares, ficou determinado o lugar da mulher nessa nova economia, corresponde com a materialização da organização social do grupo, pois, as palavras lar e mãe estão expressas em todas as fases da agricultura neolítica. A mulher tinha como responsabilidade: cultivar na terra, fabricar os primeiros objetos em argila, cuidar do bem estar dos filhos (LOP, 2009).

O acúmulo de alimento, com uma economia agrícola intensiva à base do arado, exige a volta do homem caçador, com seu comportamento e habilidades rudes, para proteger a aldeia da invasão de outros grupos que intencionavam saquear o alimento estocado (LOP, 2009). Se na agricultura a base da enxada, a força física masculina não era mais necessária, na agricultura à base do arado, esta se faz necessário, tornando motivo para o homem desempenhar a função de provedor do grupo. Nessa nova fase, cabe ao homem proteger a aldeia e prover seu alimento. E, com o acúmulo de conhecimento e novas tecnologias de metais, pois o homem aprendeu a fundir tal minério, homem foi gradativamente modificando seu meio, produzindo cada vez mais (LOP, 2009).

A nova técnica proporciona ao homem possibilidade de produzir não somente novos instrumentos de produção, como o arado, mas, também, novos instrumentos de defesa. Nesse contexto o homem ganha um papel de destaque no grupo, o de protetor, defendendo as aldeias de outros grupos, bem como de animais selvagens.

Talvez isso represente a evolução de simples caçador para chefe político e a ascensão ao poder. Nesse processo civilizatório a mulher havia perdido seu poder para o homem, os homens já estavam agindo instaurar a descendência patrilinear, pois a sociedade que se instituiu tinha agora as marcas masculinas (LOP, 2009). Nessa nova sociedade, as relações de poder são masculinas, bem como a propriedade que não é mais coletiva, e sim privadas, pertence ao homem e, como um desses bens, está a mulher.

Nesse período, as condições físicas do homem garantiram a ele seu retorno como indivíduo atuante no grupo, da função de proteção à função política. Isso traz a percepção de que na nova sociedade que estava sendo instituída, a propriedade privada pertencia ao homem que detinha o controle político. A mulher já não possuía uma função honrosa na sociedade que estava emergindo, isso foi fundamental para definir qual deveria ser a ocupação da mulher no mundo do trabalho nos séculos seguintes.

Nessa nova sociedade de consumo que emergia, traz presente a crueldade da sociedade em relação à mulher. De reprodutiva ela passou a ser produtiva, sem poder se livrar dos muitos estatutos, a mulher tem que dar conta de muitas coisas, isso a inibe de lutar politicamente. Da agricultura à indústria ela continua mãe, esposa, trabalhadora, empreendedora, e uma gama de atribuições, sem o devido reconhecimento. Isso não parece ser por acaso, é um modo de evitar que ela se empodere.

Revolução Industrial

Nesse período, criou-se a máquina que incorporou a si a força física do ser humano que não precisa mais fazer grandes esforços, carregar pesos e gastar sua saúde na produção. Manteve-se e até reforçou o patriarcalismo, pois aumentou os meios e as formas de dominação sobre as pessoas e a natureza.

Fim do século XVIII e início de século XIX, fase marcada pela consolidação capitalista ocorreu a incorporação de trabalho feminino,. As principais ocupações das mulheres eram: serviços domésticos, emprego agrícola, domiciliar e fabril, destaquem para costura (GUIRALDELLI, 2012).

Ressalta-se que, nessa mesma época, os movimentos operários que surgiram na industrialização do país defendiam o retorno das mulheres ao lar, entendiam que era de competência feminina e zelo pela casa e pela dedicação à maternidade (GUIRALDELLI, 2012). Episódios como esse demarcaram a posição dos homens e das mulheres no mundo do trabalho e garantiram os privilégios, status e ocupações diferenciadas na esfera produtiva, resultando numa completa desvalorização, desqualificação e inferiorização dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres.

Para esse autor, na época adotar o trabalho feminino era conveniente, porque as mulheres eram mais “dóceis”, além de que, os salários eram inferiores, por significar um rendimento complementar ao orçamento familiar, frisando que a principal ocupação da mulher era a dedicação aos serviços domésticos.

Essa diferença salarial persiste nas profissões exercidas por homens e mulheres, dentro do espaço fabril, as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres.

Havia uma distinção entre o trabalho masculino e feminino. Os trabalhos intelectuais eram desenvolvidos por homens, enquanto trabalhos rotineiros por mulheres, o trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres e aquele que requer conhecimentos técnicos era atribuído aos homens. (ANTUNES, 2009). Para esse autor a expansão do trabalho feminino tem sido em trabalho precarizado, marcado pela informalidade, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens.

Para Costa e Pinheiro (2015), o capitalismo depende de uma estratégia de dividir para reinar, desse modo a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de gênero, de classe, de raças e das práticas sociais, por isso que a divisão sexual do trabalho não se resume a divisão de tarefas: são regras de dominação de gênero que se reproduzem no tecido social e interfere até mesmo no processo de organização política da mulher, desse modo força de trabalho masculina aparece como força livre e a força de trabalho feminina aparece como sexuada.

Há dois mecanismos de segregação enfrentados pelas mulheres: segregação horizontal e segregação vertical (OLINTO, 2011). A primeira, as mulheres são levadas a fazer escolhas e seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens, elas tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades que consideram ou são levados a considerar como mais adequados para elas. Essa segregação inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero.

A segunda é um mecanismo social talvez ainda mais sutil, mais invisível, que tende a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas ou, em outras palavras, que não possam progredir nas suas carreiras profissionais. Estudos que abordam a segregação vertical têm se valido de termos como ‘teto de vidro’, indicando os processos que se desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão profissional dos homens.

A principal característica de divisão sexual do trabalho é a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado. Desta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização, trabalho de homem “vale” mais do que trabalho de mulher (COSTA, PINHEIRO *apud* KERGOAT, 2015). É nesse momento em que qualificam ou desqualificam as funções e tarefas femininas.

Revolução do Conhecimento e da Comunicação

Nessa revolução criou-se outro tipo de máquina que incorporou-se a força mental do ser humano: o trabalho intelectual, a invenção através do computador, do robô e da Informática. Essa revolução também foi marcada pelo patriarcalismo, isso porque até o século XVIII as mulheres eram proibida de estudar.

Nas primeiras décadas do século XX, a ciência era definida como carreira imprópria para mulheres, era profissão exclusiva de homens. As mulheres eram proibidas de freqüentar lugares públicos, entrar em bibliotecas, universidades, publicar resultados de suas pesquisas ou discutir em posição de igualdade sobre

seus conhecimentos com os cientistas homens. A algumas mulheres cientistas usaram pseudônimos masculinos para poder comunicar-se com outros cientistas e serem ouvidas e respeitadas (CARVALHO, CASAGRANDE, 2011).

Segundo Mosconi (1994 *apud* KOVALESKI, PILIATTI, 2005), essa proibição teve duas conseqüências para a instrução das mulheres. Em primeiro lugar, ao instruírem-se, as mulheres não tiveram acesso a saberes produzidos por indivíduos do seu sexo, mas há saberes produzidos por homens que, muitas vezes, davam-lhes imagens desvalorizadas do seu sexo. Portanto, nada ou pouca coisa nesses saberes permitiram pensar, compreender e teorizar a sua própria experiência, a sua própria situação social, o seu próprio lugar nas relações sociais de sexo.

Só a partir do século XVIII foi permitido o acesso das mulheres na universidade. O primeiro país a permitir foi os Estados Unidos em 1834. Na Suíça, esta permissão ocorreu em 1860 e na França em 1880. Na Alemanha, esta liberação aconteceu em 1900 enquanto que na Inglaterra foi em 1870, apesar de que algumas universidades britânicas não autorizaram o livre acesso das mulheres até meados do século XX.

No Brasil, a permissão para a entrada das mulheres na universidade se dá em 1879, sendo que em 1887 a primeira mulher, Rita Lobato Velho Lopes, recebe o grau de médica (SOBREIRA, 2006). Os historiadores da educação brasileira que abordaram o tema da educação feminina demonstram que a educação escolarizada para as mulheres não tinha sido uma preocupação da sociedade patriarcal brasileira até meados do século XIX (KOVALSKI, PILATTI, 2005).

Para esses autores, Intelectuais de extração liberal e positivista, como Teixeira Mendes, Tito Lívio de Castro e José Veríssimo, embora aceitassem a educação feminina, recomendavam que ela não ultrapassasse os limites da formação de donas-de-casa e mães de família. Mas foi o grupo dos católicos que tinha a maior repulsa pela emancipação feminina. O Barão de Rio Branco definiu um projeto de “revolução dentro da ordem” para a educação feminina cujas disciplinas seriam prendas domésticas para formar damas prendadas e boas donas-de-casa.

A ciência foi uma construção social que se deu sob parâmetros considerados pela sociedade ocidental da época como masculinos, tais como a objetividade e a

racionalidade. O rigor científico era considerado uma qualidade dos homens e, caso as mulheres a ele se dedicassem, poderiam sofrer conseqüências em sua saúde (CARVALHO, CASAGRANDE, 2011). Para os autores, o modelo e cultura masculinos de sucesso na ciência envolvem relações acadêmicas competitivas entre pares e o compromisso integral com o trabalho científico. Para que as mulheres “cheguem lá” implicam de enfrentar e superar dificuldades e barreiras que começam a ser constituídas no processo de socialização diferenciadas entre meninos e meninas.

A escola como protagonista nesse processo, precisa mudar a lógica do ensino “taylorista”. Para Lopes (1997) a linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos das disciplinas escolares são, todos, campos de um exercício (desigual) de poder. Para essa autora os currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos. A seleção dos conhecimentos é reveladora das divisões sociais e da legitimação de alguns grupos em detrimento de outros.

[...] se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOPES, 1997, p 85).

A lógica “taylorista” o foco não é nem o ensino, e nem a aprendizagem, mas politicamente mostrar quem manda. Isso é altamente nocivo, também para as mulheres, tendo em vista que quem está no poder tende a dividir os servidores em duas categorias: as ovelhas submissas e os inimigos; Assim, o foco das gestões não é democratizar as instituições, mas manter o mesmo grupo no poder *ad eternum*. As mulheres, nesse sentido, acabam aceitando a condição de coadjuvantes.

Não se trata de alimentar uma postura reducionista ou ingênua que supõe ser possível transformar toda a sociedade a partir da escola ou supõe ser possível

eliminar as relações de poder em qualquer instância, entretanto é necessário alimentar a postura defendida por Paulo Freire: *“se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental ela pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, ela não pode ser a reprodutora da ideologia dominante”* (FREIRE, 1996, p. 112). Para esse educador, aprender é um ato revolucionário. Por meio da educação, e de maneira coletiva, se compreende a realidade, explica a realidade para depois transformá-la. Assim o indivíduo toma consciência de sua condição histórica, assumir o controle de sua trajetória e conhecer sua capacidade de transformar o mundo.

Paulo Freire tem uma visão marxista da educação. Ela não pode ser praticada apenas como compreensão e explicação da realidade. Mas, como dialética de transformação. Exemplo, o machismo não deve ser apenas compreendido e explicado, mas compreendido, explicado e superado. A escola não pode ser a única responsável por transformar a sociedade, mas a sociedade passa por ela, portanto, não pode se furtar de ser agente de transformação e não perpetuação de injustiças.

Associação/colaboração

Os seres humanos não vivem, convivem. Associam-se em famílias, tribos, vilas, cidades, estados. Introduzem divisão social do trabalho, distribuem as responsabilidades, a partir da sua participação no processos produtivos e na capacidade decisão sociais, criam grupos sociais diferenciados. Esta diferenciação se mostra na forma como são modeladas as relações de gênero. Para Boff (2010) a sociedade se constrói por estruturas econômicas e políticas e pelo dinamismo ligado às classes em conflito. Assim, em todas as sociedades, os cidadãos organizam-se suas vidas dentro de duas lógicas: a da casa (o privado) e a da rua (o público).

Casa significa o conjunto das relações parentais, amicais exclusivas dos membros, vivem relações de privacidade de espontaneidade, de imediato que não se encontram na sociedade. Na casa a despeito das diferenças do sexo, das idades e dos graus de parentesco, a pessoa vive uma atmosfera amorosa e includente. É no interior da casa que cada um faz seu processo de socialização primária, elabora as suas matrizes fundamentais e constrói sua identidade.

A rua (público) configura-se como o conjunto de relações de trabalho, de luta pela vida, de hierarquias e ordenações sociais entre os indivíduos anônimos, é a estruturas que formam a esfera do público e do oficial. Nessa esfera vigoram as leis, a informação do status social e profissional, o tempo dos relógios, o trabalho eficaz, as relações sociais baseada na competitividade.

O processo de construção do ser social começa na casa (privado). Aristóteles já afirmava isso, para ele a condição do ser "cidadão" era dada àqueles que tomavam parte na cidade (Polis), o desenvolvimento da plenitude humana só tem lugar na cidade: *"Aquele que não pode viver em sociedade, ou não necessita de nada para sobreviver, é uma besta ou um Deus"*. A casa é a unidade primeira da cidade, e que deve constar de escravos e livres. Na casa encontra-se três tipos de relações: amo e escravo, marido e mulher e pai e filho. Na teoria política de Aristóteles, a natureza define quem manda e quem obedece:

É claro, pois, que o mesmo ocorre também com os demais casos, de sorte que, na maioria, os que regem e são regidos o são por natureza. O livre rege o escravo de modo diferente do que o macho rege a fêmea e o pai, o filho. Em todos eles existem as partes da alma, porém de modo distinto: o escravo não possui a faculdade deliberativa, a fêmea a tem, porém desprovida de autoridade, e o filho a tem, porém imperfeita. Temos que supor que ocorra necessariamente algo semelhante com as virtudes morais: todos participam delas, porém não do mesmo modo, mas cada um na medida suficiente para seu ofício. Assim o que rege deve possuir a virtude moral perfeita (ARISTÓTELES Apud COLLING, 2014 p. 55).

Para Aristóteles as relações desiguais faz parte da natureza: O livre rege o escravo, o macho rege a fêmea e o pai rege o filho. O discurso aristotélico foi seguido vários filósofos, que colocaram em dúvida a aptidão da mulher para as questões de mando, insistindo na sua menoridade. Ressalta-se que mesmo sendo um dos mentores da democracia ocidental, Aristóteles não considerava que as mulheres e crianças pudessem exercer a cidadania, tendo em vista que não podia se manifestar em público (COLLING, 2014).

Os discursos sobre a imagem da mulher, sua representação, definiam não somente normas de comportamento, como normas jurídicas e preceitos morais, referendados por construções textuais como o relato bíblico da criação e a queda do paraíso. As leis que normatizam a vida em sociedade seguiram muito de perto os discursos religiosos, os juristas justificam a inferioridade das mulheres a falta de

força física, questões relacionada com a honra e a moral, bem como a suposta incapacidade intelectual (COLLING, 2014). Toda essa concepção está relacionada com o interesse de manter a riqueza e poder em mãos masculina. Isso teve como consequência uma diminuição da capacidade jurídica das mulheres em relação aos homens.

Nesse contexto, construiu-se discursos sobre qual deveria ser o papel da mulher nas relações sociais. Desse modo as relações de poder entre homens e mulheres, eram também relações entre rua (público) e casa (privado):

Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar. Fora do lar, as mulheres são perigosas para a ordem pública. Poderíamos arrolar e multiplicar as citações que conclamam as mulheres a não se misturarem com os homens, permanecendo em sua função caseira e materna (COLLING, 2014, p. 24).

Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma maneira clara de demarcar a sua identidade, como se a mistura de papéis sociais lhes retirasse o solo seguro, uma clara relação de poder dos homens sobre as mulheres. Em 1793 Olympe de Gouges foi morta por tentar ultrapassar esse limite. Olympe é autora do primeiro Manifesto público em favor dos direitos da mulher (Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadania). Os revolucionários franceses a acusaram de dois “pecados”: querer ser um homem de estado. A acusação de tentar ser um homem de estado, era escrever (usar o discurso), tentar ultrapassar a barreira no privado. A acusação de trair a natureza de seu sexo, era não se dedicar exclusivamente às paredes do lar, ao casamento e a maternidade, destino “natural” de todas as mulheres. A influência do pensamento aristotélico na sociedade contemporânea se dá pela baixa representatividade da mulher encargos políticos e encargos onde demandam poder de decisão.

Simbolização/significação

Na interação homem a natureza e nas interações sociais, os seres humanos não só falam, pensam e organizam, mas também avaliam, ajuizaram fatos e criam valores. Interpretam a vida e a morte, elabora um sonhos, formulam projeto e colocam indagações que ganham expressão intelectual nas filosofias, expressão

simbólica nas religiões e nas tradições espirituais e expressão formal nas ciências (BOFF, 2010, 105).

Por estar num campo mais abstrato e subjetivo, em comparação com os outros eixos, neste eixo encontram-se as narrativas mais fortes contra a mulher, trata-se da religião como instrumento de dominação do homem sobre a mulher. Para Chassot (2017) nós não somos uma sociedade machista por acaso, fomos construídos assim.

Essa afirmação baseia-se na nossa tríplice ancestralidade: grego, baseada nos mitos e nas concepções biológicas de fecundação de Aristóteles; judaico, com a cosmogonia, particularmente com a criação de Adão e Eva; cristã, com as explicações disseminadas do judaísmo, a radicalidade de interpretações.

É possível encontrar, em narrações dos mitos religiosos fundantes do relacionamento dos gregos com seus deuses, a versão mais mítica da origem da mulher. Na mitologia grega os mortais (deuses) e imortais (humanos hermafroditas) formavam uma sociedade homogênea em que a felicidade reinava. Certo dia Prometeu rouba o fogo do Olimpo e o presenteia aos humanos. Zeus resolve dar um mal àqueles que estavam muito felizes com o presente de Prometeu: dá-lhes a mulher.

Os deuses modelaram uma criatura (mulher) artificial que dará origem ao gênero mulher, criaturas que trazem o fim do contentamento e da auto suficiência. A mulher se chama Pandora e traz contigo uma caixa fechada, de onde deixara escapar todos os males que passam sobre os homens. Pandora (homóloga a Eva na tradição judaica) põe perder o mundo idílico, pois determina a cisão de seres hermafroditas, pela necessidade de ela possuir um homem. Como consequência se desencadeiam novas cisões e novos rearranjos e pares agora de homens e mulheres (CHASSOT, 2017 p. 82)

Os mitos tinham, especialmente em sociedades ágrafas (sem escrita), o status de livros sagrados, em virtude disso, não se pode desqualificar os relatos míticos (CHASSOT, 2017). Além dessa versão mítica da origem da mulher, há também a teoria de fecundação de Aristóteles.

Para Aristóteles as sementes (espermatozoides) masculinos estavam dotadas de todas as características que teria um novo ser, e qualquer imperfeição que a nova criatura viesse a ter era culpa da mulher. Se o novo ser fosse fêmea, isso era considerado um sinal de impotência do homem. Para Aristóteles há duas formas de

caracterizar o corpo feminino: *“a analogia e a inferioridade aos corpos masculinos; os machos têm o cérebro mais volumosos que as fêmeas, são os homens que tem o maior número de suturas na cabeça”* (ARISTÓTELES *Apud* CHASSOT, 2017). Parece que a teoria de Aristóteles permanece no século XXI, em 2005 Lawrence H. Summers, então reitor da Universidade de Harvard, afirmou que o fato de haver menos mulheres na ciências exatas está ligada às diferenças cerebrais entre os gêneros (RODRIGUES, 2014). Essa declaração está cheia de preconceitos, bem como demonstra a influência de Aristóteles no século XXI.

Nossa ancestralidade judaica é baseada na narrativa bíblica: a mulher é produzida do homem, é criada a partir de uma costela de Adão. Mas há outro motivos para a discriminação. Eva torna-se responsável pela perda do paraíso, foi ela quem deu crédito a serpente. Deus tinha permitido ao homem comer todos os frutos do jardim, com apenas uma exceção: *“mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás, por que o dia que dela comeres certamente morrerás”* (Gênesis, 2:17). Após comer o fruto proibido, Deus dá o castigo a Eva: *“A paixão vai te arrastar para o teu marido e ele te dominará”* (Gênesis 3:16). Esse é o exemplo mais explícito que marca a relação da dominação da mulher ao homem, consequentemente inibindo-as para ciência e para vida pública.

A influência bíblica influencia diretamente na divisão sexual, uma vez que a masculinidade foi associada ao *homo economicus*, aquele que age com racionalidade, e a feminilidade, associada ao sentimentalismo, muitas vezes irracional (SOUZA e GUEDES, 2016). Na nossa ancestralidade cristã, as mulheres de cultura, com educação, eram uma praga para os maridos, para os filhos, para a família, para os criados, enfim para todos (ROUSSEAU *apud* CHASSOT, 2017). O autor destaca que Rousseau não era voz isolada que diminuía a existência da mulher. O bispo Hipona ensinava que todos os problemas da humanidade começaram com o pecado de Eva (comer o fruto proibido). Tomás de Aquino (1225-1227) ensinava que *“o homem é o princípio e fim da mulher, assim como Deus é o princípio e o fim de todas as criaturas”*. Para Hipócrates (460-400 a.c) considerado o pai da medicina *“a língua é a última coisa que morre em uma mulher”*. Para Platão (428-348 a.c) *“os homens covardes que foram injustos durante sua vida serão transformados em mulheres quando reencarnarem”*. Augusto Comte:

(1789-1857) “Quando vejo uma mulher ligada à história, a questões jurídicas, à lógicas, eu tenho crise”. Em 1880 o papa Leão 13 explicita qual deveria ser o papel de mulher na sociedade:

o homem é a cabeça da mulher como cristo é a cabeça da igreja. A mulher deve ser submissa e obediente ao marido, não como uma serva, mas como uma companheira, isto é, de modo que a submissão que lhe presta não seja separa nem do decoro e nem da dignidade (CHASSOT, 2017 p. 93).

A tradição cristã judaica colaborou de maneira decisiva para a insinuar a “inferioridade” da mulher. O relato da criação da mulher, bem como a da sua parte na tentação de Adão e sua conseqüente condenação por Deus, danando toda a humanidade, tem efeitos devastadores muito duradouros sobre a imagem da dignidade do feminino (COLLING, 2014). Exemplo disso e o sermão do Padre Antônio Vieira (1608- 1697):

[...] todos os trabalhos e calamidades que padecemos na vida, toda a corrupção e misérias a que estamos sujeitos na morte, todos os males, penas e tormentos, (...) tiveram seu princípio e trazem sua origem desde o pecado, por isso chamado original. De toda esta infelicidade foi causa uma mulher, e que mulher? Não alheia, mas própria, e não criada em pecado, mas inocente, e formada pelas mãos do mesmo Deus. (...) Todas as dores, todas as enfermidades, todas as fomes, todas as pestes, e guerras, todas as destruições de cidades e reinos, todas as tempestades, terremotos, raios do céu e incêndios, (...) que outro princípio ou causa tiveram, senão a intemperança e castigo daquela mulher, não tomada ou roubada a outrem, senão própria, e dada pelo mesmo Deus ao homem: *mulier quam dedisti mihi* (Gn 3,12) (VIEIRA Apud COLLING 2014, p. 68).

Da condenação bíblica provém a ideia de impureza da mulher, nomeadamente nos períodos femininos da menstruação e do parto, quando estava proibida de frequentar o templo e acusada de macular as coisas que tocasse.

A Idade Média era considerada uma sociedade monopolista religiosa, isto é, a religião possui um monopólio simbólico efetivo. Essa sociedade supõe uma divisão social do trabalho desenvolvido e, em conseqüência, uma importante diferenciação na estrutura social, com excedentes econômicos. Existe uma união dos poderes religiosos e políticos, isso implica direto na organização social contemporânea. Cada detentor de um poder é uma autoridade no sentido, ou seu poder tem uma origem sagrada e/ou as legitimidades emanam do poder transcendental da divindade.

Neste sistema, as mulheres são fechadas na família, excluídas de todos os poderes e submetidas à dominação dos homens, que exercem um estreito controle sobre sua sexualidade (KOVALESKI, PILATTI, 2005). Nesse modelo de sociedade a

mulher é tida como propriedade do homem, primeiro sob a autoridade do pai, segundo sob a autoridade do marido, dessa forma as mulheres eram excluídas do poder e, ao mesmo tempo, do conhecimento.

Nesse período, as mulheres gozam de uma situação ambígua. A Igreja acolhe nos seus conventos muitas mulheres privadas do apoio masculino, envolvidos pelas numerosas guerras. Por outro lado, persegue impiedosamente como “feiticeiras” todas as mulheres que procuram aprofundar os seus conhecimentos e enveredam pelo “perigoso caminho da magia”. Milhares de mulheres foram torturadas e mortas durante as terríveis “caça às bruxas” que, sob a capa da religião, esconderam muitas vezes perseguições políticas (COLLING, 2014).

A origem da discriminação da mulher é tão distante quanto o surgimento da ciência no mundo. Se tomarmos como exemplo, as bruxas perseguidas, julgadas e condenadas, nada mais eram do que mulheres muito inteligentes que não aceitavam ser subjugadas. Inclusive as características físicas descritas como peculiares das bruxas, eram, normalmente, de mulheres celtas, que por natureza eram estudiosas e dominavam conhecimentos diversos, por isso eram consideradas perigosas.

Se tomarmos como exemplo a interpretação que foi dada desde os primórdios e de modo ideológico a Midraxa (‘novela’, em hebraico) da criação notamos que não foi por acaso que tivemos uma visão patriarcal distorcida do simbolismo da mulher. Eva não era uma mulher, é um verbo no infinitivo havvah que significa viver. E Adão não era um homem, em específico, mas Adamah que significa humanidade.

O sentido textual da midraxa hebraica da Criação era justamente a libertação, por isso, escrito na Babilônia, em época de escravidão o texto, simbolicamente remete à uma ideia de que se Deus descansou ao criar tudo em seis dias, no sétimo, deveríamos dedicar um dia ao descanso. Tanto é que domingo vem de domenica (italiano) que por sua vez, vem de dominus (senhor) em latim. O dia do senhor ou o domingo foi a grande conquista da cultura humana em detrimento do trabalho intermitente.

No entanto, esse mesmo projeto ‘libertário’ não foi favorável à mulher. Se avaliarmos cuidadosamente não a narrativa e a interpretação do texto e contexto do livro do Gênesis, da Bíblia cristã, mas a interpretação moralista que seu deus deu a tal texto, o pecado entra no mundo pela mulher, é Eva que cede à tentação da serpente

e praticamente seduz Adão. O homem foi expulso do Paraíso, em grande parte, por culpa da fraqueza de Eva que induz Adão ao erro.

Há nessa tradição interpretativa dois erros graves, o de cunho linguístico: semântico, filológico e etimológico (Havvah - viver- é um verbo no infinitivo e não uma mulher) e o erro ideológico de gênero de que a mulher é inferior ao homem, proveniente de uma de suas costelas, portanto, veio depois, foi criada por causa do homem e para ele.

Por isso não há como falar de dominação masculina sem falar de religião, das interpretações equivocadas. Nesse sentido, Marx não aborda diretamente as relações de gênero, mas faz importantes considerações a respeito da religião como instrumento de dominação. Para ele a Bíblia foi o primeiro livro a entender tudo, é por isso que é um elemento central de poder tão difícil de combater.

Os discursos religiosos, bíblicos são elementos mais poderosos usados para desmoralizar, definir e dominar a mulher. É comum, nos dias atuais, presenciar/escutar alguns desses discursos na sociedade. Exemplo disso, foi a declaração feita por Damares Alves, Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos: “[...] *nós entendemos que um casamento entre homem e mulher, o homem é o líder do casamento. Então essa é uma percepção lá dentro da minha igreja, dentro da minha fé*”, declarou Damares⁶.

Para Feuerbach não foi Deus que criou o homem, foi o homem que criou o Deus, para Feuerbach Deus é uma projeção de nossas idealidades, de nossas essências imaginadas, ele é ideia que homem projetado em uma transcendência. A partir da desse ideia defendida por Feuerbach, Marx reafirma que o homem inventou Deus por que precisou, devido a sua vida em sociedade, do seu pertencimento, das suas relações sociais e assim por diante (*Apud* FILHO, DAINEZI, 2012).

Para Marx a resposta do porquê o homem inventou Deus está na sociedade nas relações entre homens. Quando Marx fala de Deus, faz ao mesmo tempo a crítica da consciência do homem que o fabrica e da realidade que patrocina essa consciência. Para ele o homem pensa em Deus porque vive como vivem, a verdadeira crítica não é a crítica da consciência, mas sim das condições materiais da

⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/16/damares-diz-que-em-sua-concepcao-crista-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-no-casamento.ghtml>

consciência. A crítica da religião deve ser a crítica sociológica da religião, que explique a consciência religiosa como a consciência falsa, pela falsidade do mundo real.

A principal crítica que deve-se fazer à religião é afirmação que ela faz sobre o mundo, ela propõe que o mundo é como é, porque Deus quis assim. Com essa postura houve a dominação total da natureza pelo ser humano, reafirmou o patriarcalismo, pois o projeto de dominação foi digitado e implementado pelo homem macho, marginalizando a mulher e identificando-a com a natureza. Natureza e mulher, no entender desse projeto, devem ser submetida ao homem.

É necessário uma nova forma de abordar a integração de religião, homem e natureza, que deixe para trás as religiões de cunho patriarcal, que integra o masculino e feminino, enfatiza a ligação entre a fé e a vida, que reafirma que a totalidade do universo está situada no interior de uma única atividade primordial, isto é, Deus está em todas as coisas e todas as coisas estão em Deus, ele não habita apenas no céu, mas em todas as partes, especialmente na profundidade do coração humano (BOFF, 2010).

A linguagem como elemento de dominação

Existe um elemento central que nos torna sociável, presente em todos os eixos supracitados, a Linguagem. Ela foi/é fundamental na construção/reconstrução da sociedade, é através dela que se constroem os discursos, seja de opressão ou de libertação. A linguagem e a comunicação estão na base da sociedade humana, sem o domínio linguístico, sem a lógica comunicativa e participatória não se constrói a coesão social, nem as intervenções que modificam o meio ambiente.

É a partir da linguagem que os seres humanos elaboraram a reflexão e a consciência do eu, por ela eles constroem o mundo como rede de significado e como habitat com regularidade e com dinamismo que fazem adaptar-se e evoluir continuamente (BOFF, 2010). Para esse autor o surgimento da linguagem estaria ligado às relações efetivas entre os seres humanos, associadas às coletas e as partilhas dos alimentos.

Para Aristóteles (*Apud* FILHO, DAINEZI, 2010), o homem é um animal político dotado de logos (discurso, razão, linguagem), isto é, a vida em sociedade é condição da humanidade do homem. É graças a linguagem que o homem transcende de sua natureza, que pode atribuir valor a própria vida, que pode valorar o mundo, decidir entre o certo e o errado, o justo e o injusto, o adequado e o inadequado. É graças a linguagem que o homem tem moral.

Como a mulher foi historicamente excluídas dos espaços públicos, foi através da linguagem que se construiu discursos sobre a moral da mulher e qual deveria ser seu papel na sociedade, isso porque a sociedade e linguagem se interconectam no desenvolvimento. Discurso é entendido como aquilo que está instalado nos aparatos jurídicos, no cotidiano, nos gestos e costumes, nas instituições e até mesmo na arquitetura (COLLING, 2014).

A linguagem é o elemento central de poder, pois graças a ela o homem pode vislumbrar a construção do mundo. Para ele a linguagem é igual à força, ao poder, à dominação. É graças a palavra que se busca a dominação. A linguagem é o instrumento de dominação do homem pelo próprio homem, no caso da problemática abordada neste estudo, é instrumento de dominação do homem sobre a mulher.

Para Sócrates (*Apud* FILHO, DAINEZI, 2010) o pensamento é linguagem e a linguagem é pensamento, para ele a matéria-prima que você usa para falar, usa para pensar, pois você pensa com a linguagem e fala com a linguagem. Para Sócrates o pensamento tem como matéria-prima a linguagem, e o sentido da linguagem é um sentido socialmente definido, “*eu só posso entender por que eu penso e o que eu penso se investigar a sociedade onde vivo*”, porque é nessa sociedade que são definidos os significados e os sentidos das palavras que eu uso para pensar.

Na perspectiva marxista, sobre a linguagem, os sentidos das palavras são definidos, a rigor, a partir de relações de poder, e não enquanto convenção. Para Marx os sentidos das palavras é um objeto de luta. Exemplo disso é expressão ideologia de gênero, para alguns se trata da destruição da família tradicional, baseada nos discursos religiosos. Para outros se trata de uma bandeira que visa a igualdade de direitos que historicamente foram negados às mulheres. Outro exemplo é a palavra feminista, para uns trata-se de apenas um estereótipo da mulher (sovaco

peludo, peito de fora, etc.), para outros trata-se de um movimento que visa a igualdade entre os sexo.

Desse modo, os discursos religiosos, filosóficos, médicos foram primordial para definir o papel da mulher na sociedade. Nos dias atuais, se as pessoas dizem o que dizem é porque, de certa forma, elas estão inseridas numa estrutura social em que existem classes sociais que estão em luta. O uso do discurso é legitimador de uma dominação de classe, ele não é neutro, nem politicamente, nem socialmente, ele se disfarça de neutralidade.

O discurso é eficaz como instância de dominação simbólica exatamente porque nunca é claramente vista como tal, a partir disso surge outra regra de dominação: todo e qualquer tipo de dominação será tanto mais eficaz quanto melhor se camuflar. Desse modo, trabalhar com a história das mulheres exige entender como uma bem arquitetada invenção. As mulheres, assim como os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas e não discursivas.

Reconhecer os discursos e as práticas que nomearam as mulheres ou as silenciaram no campo da história é uma tarefa primeira. Segundo Veyne (*apud* COLLING, 2014) os discursos são as lentes, através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram.

A história do discurso masculino sobre as mulheres demonstra que, do ponto de vista teórico, as mulheres não existem. São construções de discursos convergentes da filosofia, religião, medicina, ciência. Na história das mulheres a dimensão da linguagem, dos discursos, passa a ser uma ferramenta de análise importante, agora não mais como meio de representação da realidade. A linguagem não é só vocabulário, mas discurso que numa relação de saber e poder, determina verdades e nos subjetiva (COLLING, 2014).

Os discursos que nomearam o masculino e o feminino se revelaram profundamente na cultura ocidental e estabeleceram a preponderância do masculino e a subordinação do feminino.

[...]em sua História da Sexualidade e Hermenêutica do Sujeito, Foucault se ocupa da função do discurso como formador da subjetividade. Esta função consistiria em ligar o sujeito à verdade. Ele explica que “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. Se a verdade existe numa relação de poder e o poder opera em conexão com a verdade, então

todos os discursos podem ser vistos funcionando como regimes de verdade.(COLLING, 2014, p. 37)

A linguagem está presente em toda a fase da evolução da vida em sociedade, por isso ela é tão importante. Se os discursos que definiram e definem o papel do homem e da mulher nascem em uma determinada estrutura de poder, esses discursos podem/devem serem desfeitos, sob a condição que se saibam como foram feitos, essa é a tarefa central desse material.

Gênero

Como já foi supracitado, os significados das palavras é resultado de luta de classe. Admitindo que as palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história, o conceito de gênero que pretende-se enfatizar está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Constituinte desse movimento, ele está implicado lingüística e politicamente em suas lutas e, para melhor compreender o momento e o significado de sua incorporação, é preciso que se recupere um pouco de todo o processo.

No início dos anos 80 teóricas feministas criaram o conceito de gênero para dar conta da entrada das mulheres no domínio público. A partir disso, a categoria gênero começou a ser utilizada para denunciar a discriminação que a mulher sofria em todos os níveis e teve como objetivo principal introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social (COLLING, 2014).

Esta categoria de análise permite reescrever a história, levando em conta o conjunto das relações humanas, sempre lembrando que a relação entre os sexos produz saberes e verdades. E através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de sexo. Visando rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual, elas desejam acentuar, através da linguagem, o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (SCOTT *apud* LOURO ,1997).

O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política, que pretende-se referir ao modo como as

características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico (LOURO, 1997). Sendo assim, as justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. Neste caso, busca-se evitar afirmações generalizadas a respeito da “mulher” ou do “homem”.

Segundo Scott (1989)⁷ a invenção do conceito foi o resultado de uma tentativa de dar conta de uma história androcêntrica que ao falar em humanidade, pretendia falar em todos os seres. Para essa autora, a História foi responsável pela “produção da diferença sexual”, pois uma narrativa histórica nunca é neutra e quando relata fatos e acontecimentos onde só existem homens, certamente constrói o gênero.

Falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política, ser homem ou ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos (COLLING, 2014).

Neste sentido, é necessário criticar, desmontar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina. Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando.

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997). A autora adverte que a característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis masculinos e femininos:

[...] papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus

⁷https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas.

Ainda que utilizada por muitos/as, essa concepção pode se mostrar redutora ou simplista. Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (LOURO, 1997, p. 24)

A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. Compreende-se que os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas identidade que se transformam, que não são fixa ou permanente. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos, étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc. constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse empurrado em diferentes direções;

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o (HALL apud LOURO, 1997, p.24)

Hutcheon (*apud* COLLING, 2014) sugere a descentralização do conceito de sujeito, porque descentralizar não é negar, mas situar o sujeito, reconhecendo diferenças como as de raça, sexo, classe, etc. Situar o sujeito é reconhecer como este foi construído e, a partir daí, sugerir noções alternativas de subjetividade. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos.

[...] busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” produzem-se, ou engendram-se, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997, p 28).

As identidades estão sempre se constituindo em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e

desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo.

Essas construções e esse arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe. Neste sentido o corpo feminino é um “texto” histórico, escrito diversamente ao longo do tempo. Por este motivo, não existe “um” corpo feminino, não existe uma natureza feminina, mas uma cultura em que durante séculos as mulheres foram encaradas como seres naturais (COLLING, 2014).

A mulher, como o homem, é algo produzido e não pode indagar ao fundo de si para resgatar uma essência. Não existe a verdadeira mulher, pois “verdadeira” e “mulher” são conceitos criados, portanto, aparências, superfícies, produções. Sob os conceitos, não há nada que possa ser chamado mulher, mas somente relações de poder e de hierarquia socialmente construídas. Desse modo é imperativo desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino (LOURO, 1997).

Há uma compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Essa oposição binária usualmente nos faz equiparar, pela mesma lógica, outros pares de conceitos, como produção-reprodução, público-privado, razão- sentimento, etc. Tais pares correspondem, é possível imediatamente perceber, ao masculino e ao feminino, e evidenciam a prioridade do primeiro elemento, do qual o outro se deriva, conforme supõe o pensamento dicotômico (LOURO, 1997).

Contrário ao pensamento dicotômico, Boff (2010) afirma que feminino e masculino são da ordem do ser e não do ter. São princípios e dimensões do ser do mesmo e único ser humano. Para ele o feminino e masculino está presente tanto no homem quanto na mulher, o autor faz três considerações sobre esse fato:

[...] primeiro, que o homem e a mulher são sempre diferentes e completos em si mesmo; segundo, que são sempre recíprocos, quer dizer, abertos um ao outro; terceiro, o que são complementares, um ajuda o outro a realizar

sua própria humanidade plena e juntos mostram a humanidade total (BOFF, 2010, p. 170).

É importante ressaltar que as diferenças está relacionado ao aparato biológico dos seres humanos. A desigualdade, no entanto, não se refere às características distintas, mas sim a uma circunstância que privilegia algo ou alguém em relação ao outro, independentemente de os dois serem iguais ou diferentes.

Não se deve monopolizar o masculino somente no homem e o feminino somente na mulher, isso é um equívoco da cultura dualista ocidental e de outras culturas patriarcalistas. Ao longo do tempo omitiu-se que o homem e a mulher tem dentro de si a totalidade masculina e feminina, ambas dimensões devem conviver, inter relacionar-se, complementar-se e construir cada ser humano, com ternura e vigor, com subjetividade fecunda e com objetividade segura (BOFF, 2010).

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras).

Ideologia ou igualdade de gênero ?

A final como deverá ser abordado as questões de gênero em sala de aula? Para responder essa pergunta, os conceitos de ideologia e igualdade tornam-se importante. Ideologia⁸ é um sistema de ideias, valores e princípios que definem uma determinada visão do mundo, fundamentando e orientando a forma de agir de uma pessoa ou de um grupo social (partido ou movimento político, grupo religioso, movimentos sociais, etc.), ou seja, um sistema de ideias sustentadas por um grupo social, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos.

Para Marx, ideologia pode ser entendida, antes de mais nada, como certo o resultado das forças de produção e de das relações de produção, isto é, resultado

⁸ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ideologia>

da luta de classe. Esse conceito marxista de ideologia, permite-se inferir que todos temos ideologias, é uma reflexão sobre como o mundo deve ou deveria ser. Para Filho e Dainezi (2012) a ideologia não é uma explicação científica do mundo, trata-se de uma reflexão sobre como as coisas deveriam ser, sobre como deveriam ser pensadas.

Se partirmos do princípio de que ela não é uma explicação científica, então nenhuma proposta ideológica é verdadeira ou falsa, isso porque a ideologia não se disponha analisar o mundo como ele é, supõe uma imagem do mundo como ele deve/deverá ser.

A ideologia é uma produção do intelecto que o homem que revela muito mais a necessidade que o homem tem de se adaptar no mundo, nesse caso, nossas práticas, hábitos, costumes e condutas são baseadas pela nossa visão de mundo, por isso o termo ideologia de gênero está em conflito.

Nessa dinâmica social, a ideologia é representada por duas atitudes básicas: a dos conservadores e a dos progressistas. A primeira normalmente é a ideologia das classes dominantes, sustentam a própria ordem política vigente, apesar das marginalizações e exclusões da que causa, defende uma sociedade baseada nos princípios bíblicos, defendem as tradições e os regimes econômicos dominantes.

A segunda, identificam as possibilidades viáveis de transformações, possuem abertura para o novo, para novas ideias e novas práticas. Empenham-se, criam grupos de conscientização, formam quadros para as transformações necessárias, desenvolvem pedagogias populares para fazer dos oprimidos sujeitos de sua libertação e planejam ações de mudança social. Os portadores da ideologia progressista normalmente são os oprimidos e seus aliados de outras classes que assumiram sua causa e sua luta (BOFF, 2010, p.123).

Esses são os que defendem a ideologia de gênero como sendo uma bandeira política que visa a igualdade entre os sujeitos plurais. Nesse caso igualdade é qualidade do que é igual ou que não apresenta diferença quantitativa, correspondência perfeita entre as partes de um todo; uniformidade, princípio de organização social segundo o qual todos os indivíduos devem ter os mesmos direitos, deveres, privilégios e oportunidades.

Igualdade entre homens e mulheres vai além do dicionário, também está no

ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988 determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Diz ainda que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, e que a lei deve punir qualquer discriminação aos direitos e liberdade fundamentais.

Há diferenças entre os termos ideologia de gênero e igualdade de gênero. Ao falar de ideologia e não de igualdade se reduz esse conflito em suposições baseadas nas ideias, na visão de mundo, mas ao defender igualdade ao invés de ideologia, o conflito sai do campo das ideias e entra no campo científico, baseados em dados quantitativo e qualitativo que explicitam a desigualdade de gênero e afirma que o papel da mulher é socialmente construído, não é definido pela sua natureza ou pela biologia.

5.1 Trabalho e Emprego

O primeiro o ato humano, para Marx, é o ato de trabalhar. O trabalho como atividade ontológica é o elemento estruturador do ser social, ele é um valor essencial à vida humana e ao conhecimento do homem, pois pelo trabalho se proporciona a relação do homem com a natureza e com os demais seres, nesse contexto o homem se estabelece como construtor do universo. O fato de ser o trabalho, o primeiro ato do ser social do homem, isso não significa que ele esgote a natureza deste ser. Isto porque, pela sua natureza, o trabalho é uma atividade que tem possibilidade de produzir de forma cada vez mais ampla e mais intensa, com isso o trabalho torna-se complexo na medida em que a produção se expande de forma acelerada.

Para Marx toda a riqueza advém do trabalho e não da natureza em si, o trabalho é uma forma de constituição do humano, já a visão de Adam Smith, também é o trabalho que produz a riqueza das nações, só que o que produz a riqueza de alguns, no caso de Smith é o trabalho dos outros, aquilo que Marx compreendeu e definiu como a Mais Valia.

Ramos (2014) explica que o trabalho é um processo de transformação prática do conhecimento científico, mediada pela experiência e pela reflexividade profissional, com o intuito de atingir resultados concretos. Na perspectiva da educação profissional, o trabalho se opõe a simples formação de trabalhadores,

antes se incorporam os valores éticos, conteúdos históricos científicos, a fim de habilitar pessoas para o exercício da cidadania.

Saviane (2003) afirma que o trabalho pode ser considerado como princípio educativo em três sentidos diversos, mas articulados entre si: na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção correspondem a modos distintos de educar e com uma correspondente forma dominante de educação. No segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas, que o processo educativo deve preencher, para o exercício de determinadas profissões. Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico.

Para a superação da dualidade histórica da formação básica está a compreensão do trabalho no seu sentido duplo: Trabalho Ontológico e Trabalho Histórico. O primeiro é a relação do homem com a natureza para produzir sua própria existência, assim, produzindo conhecimento. É educativo na medida em que proporciona a compreensão do processo histórico de produção. Trabalho histórico (emprego) é o trabalho assalariado, produção específica da existência humana sob o capitalismo. É educativo quando coloca exigência específica para o processo produtivo. Nesse sentido fundamenta e justifica a formação específica para o trabalho.

Sob essa concepção o trabalho não pode se reduzir à atividade laborativa ou emprego. Ele aparece como atividade crucial para produção dos elementos necessários para vida biológica e social dos seres humanos. Nessa mesma compreensão está implícito o sentido de propriedade, que no sentido ontológico é o direito do ser humano de apropriar-se, transformar, criar e recriar a natureza pelo seu trabalho. Percebe-se a centralidade do trabalho enquanto práxis, não só no plano econômico, mas no âmbito da arte, cultura, linguagem e símbolos.

A redução do conceito de trabalho a trabalho produtivo (emprego) veio vinculada a uma forte separação que o capitalismo instaurou entre o que é uma esfera produtiva e o que é uma esfera reprodutiva. No capitalismo, é considerado produtivo só aquilo que gera valor de troca no mercado, ou seja, aquilo que pode se

“mercantilizar”. Nesse contexto, conforme o capitalismo avança, com ele também avança a ideia de que o trabalho reprodutivo não é trabalho, porque não se troca no mercado. Nessa concepção desvaloriza-se a força de trabalho das mulheres, uma vez que, infelizmente, em comparação com homens, elas dedicam-se quase que o dobro de tempo com atividades domésticas.

5.2 Sexo Biológico e Gênero

As formulações pedagógicas construídas na ótica feminista apoiam-se no reconhecimento das desigualdades vividas por meninas e mulheres em relação aos meninos e homens, no interior das instituições escolares (LAURO, 1997). Para essa autora, a lógica subjacente a esta proposta se assenta em alguns dualismos: objetividade/subjetividade; ensino/aprendizagem; hierarquia/igualdade — dualismos em que o primeiro termo representa o modelo androcêntrico de educação e o segundo termo aponta para a concepção feminista.

As desigualdades só poderão ser percebidas e desestabilizadas na medida em que estivermos atentos para suas formas de produção e reprodução. Isso implica operar com base nas próprias experiências pessoais e coletivas, mas também, necessariamente, operar com apoio nas análises e construções teóricas que estão sendo realizadas (LAURO, 1997). Desse modo, é importante conceituar o que é sexo e o que gênero.

Para Corsini (2015) sexo biológico pode ser considerado uma espécie de “embalagem” com que viemos para a vida. O sexo biológico é determinado por cromossomos (XX para as mulheres; XY para os homens); hormônios (estrogênio/progesterona para mulheres; testosterona para homens), e genitália interna e externa (vulva, vagina, clitóris para as mulheres; pênis e testículos para os homens). A noção de divisão sexual do trabalho é utilizada para designar a repartição das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades. Mas foram os estudos de gênero os primeiros a demonstrar que a divisão de tarefas traduzia não uma complementaridade, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres.

O termo gênero começou a ser utilizado pela antropóloga americana Gayle Rubin (1975), que explicava a opressão das mulheres como resultante do sistema

de relações sociais, e, desmistificar essa decorrência como oriunda apenas das diferenças biológicas e anatômicas. Rubin defende que as relações sociais organizam a sociedade em termos de atividades masculinas e femininas. Um pouco mais tarde, a historiadora Joan Scott (1990) utilizou a categoria gênero para explicar as relações de poder. Gênero passa a ser entendido como um elemento que constitui as relações sociais que se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos biológico e também uma forma de expressão das relações de poder (CORSINI, 2015). Nesse sentido, o conceito passou a ser mais utilizado para destacar principalmente os aspectos sociais marcados pelas diferenças entre mulher e homem.

No início dos anos 80 teóricas feministas criaram o conceito de gênero para dar conta da entrada das mulheres no domínio público – do trabalho, educação, política, etc. A categoria gênero começou a ser utilizada para denunciar a discriminação que a mulher sofria em todos os níveis e teve como objetivo principal introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social (COLLING, 2014). Para essa autora, esta categoria de análise permite reescrever a história, levando em conta o conjunto das relações humanas, sempre lembrando que a relação entre os sexos produz saberes e verdades.

A categoria gênero é, ao invés disso, uma forma de indicar que os comportamentos atribuídos aos homens e às mulheres são construções sociais, que se baseiam nas relações sociais entre eles. Aos homens é imposto um papel de provedor, de macho viril que “molda” a sua identidade, enquanto às mulheres cabe um papel submisso, passivo, de coadjuvante na sociedade. Compreender que esse pensamento faz parte de uma construção social, histórica e cultural constitui um primeiro passo para questionar a manutenção desta concepção.

Desenvolvimento da Intervenção Pedagógica

Até esse momento foi dedicado aos aspectos teóricos históricos sobre a problemática, bem como os conceitos e que serão abordado a seguir. Entendo que a

divisão sexual do trabalho é a consequência dos discursos proferidos sobre a mulher durante a história, também entendo que a divisão sexual do trabalho é, ao mesmo tempo, a causa que mantém desigualdade de gênero no mundo do trabalho.

Espero que, de alguma forma, esse material possa contribuir, auxiliar a professora/professor, instrutora/instrutor a intervir, mesmo que seja minimamente, na realidade atual, com aulas que visem desenvolver um olhar crítico dos discentes dos cursos de Educação Profissional Tecnológica sobre a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Desse modo, para atingir esse objetivo, essa Intervenção Pedagógica terá os seguintes objetivos:

Objetivos:

- Discutir os conceitos de trabalho e emprego;
- Discutir aspectos históricos sobre os conceitos de trabalho e emprego;
- Discutir os conceitos de sexo biológico e gênero;
- Discutir aspectos históricos sobre os conceitos de sexo e gênero;
- Problematizar a divisão sexual do trabalho;
- Identificar o conceito de gênero a partir de uma perspectiva histórica, como base para a divisão social do trabalho;
- Refletir sobre divisões e hierarquizações entre homens e mulheres percebidas no cotidiano do trabalho e na sociedade como um todo;

Conteúdos trabalhados

- Apresentar dados sobre a desigualdade de Gênero no Brasil;
- Conceitos de Trabalho, Emprego, Sexo Biológico e Gênero;

Organização da turma

A necessidade de elaboração pessoal do conhecimento acarreta, sobretudo, para alunos mais jovens, a necessidade de favorecer a atividade mental do aluno através de ações que não se limitem a escutar os docentes. A observação, o diálogo

ou o debate são atividades imprescindíveis para favorecer o processo construtivo do aluno e para realizar estas atividades é preciso dispor de ambientes e situações que as facilitem.

Pensada como um novo modelo pedagógico construído para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres no espaço escolar, a pedagogia feminista vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aula tradicionais. A voz da professora(o), fonte da autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, é substituída por múltiplas vozes, ou melhor, é substituída pelo diálogo, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todos/as são capazes de expressar distintos saberes (LAURO, 1997). Para isso serão utilizadas perguntas, com o objetivo de estimular a discussão e avaliar a compreensão do aprendizado, não se trata de avaliar certo ou errado, mas usar as resposta como um trampolim para o aprendizado.

Desse modo, a turma será organizada em forma de círculo ou semicírculo, pois esse formato permite o contato visual entre todos os alunos e favorece o debate coletivo, permitindo-lhes conversarem livremente uns com os outros e minimiza a distância emocional e física entre eles, permitindo observar e determinar os conhecimentos prévios que cada discente tem em relação aos novos conteúdos de aprendizagem.

Tempo de aplicação

Para poder saber do que os alunos realmente precisam e o que valorizam e principalmente, quais são suas atitudes, é necessário que na classe e na escola surjam suficientes situações “conflitantes”, que permitam a observação do comportamento de cada um dos discentes (ZABALA, 1998). Nesse caso os debates e as discussões assumem uma grande importância na sequência didática, desse modo o tempo destinado a cada atividade não pode ser inflexível, no entanto deve haver planejamento do tempo estimado de cada atividade. Portanto estima-se o tempo de três (3) horas para cumprir todas as etapas da Intervenção Pedagógicas.

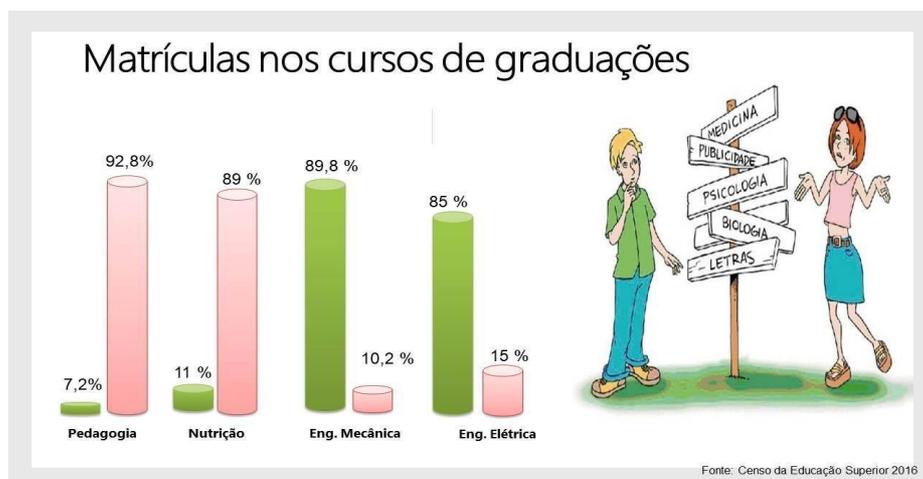
Problematização

A aprender a diferença entre os conceitos de trabalho e emprego é de suma importância. Essa atividade tem como objetivos introduzir a idéia de divisão sexual do trabalho e desnaturalizar a construção social de que serviços são decorrente da natureza da mulher, exemplo disso são as atividades domésticas. Para isso serão utilizados os dados sobre a segregação profissional, e será conceitualizados os termos Trabalho e Emprego.

Desse modo sugere-se que seja organizada uma roda de conversa, com intuito de problematizar e discutir as escolhas profissionais de mulheres e homens. Recorre-se à perguntas como forma de estimular o diálogo: existem profissões “típicas” de homens e de mulheres?

A fim de apresentar a realidade brasileira, para isso aconselha-se, como forma de explicitar a problemática, a utilização de dados de institutos de pesquisas que seja reconhecido pela comunidade acadêmica, no caso em questão utilizou-se como referência o Censo da Educação Superior, conforme demonstra a imagem abaixo.

Imagem 1: Matrículas em cursos superiores⁹



Fonte: Censo da Educação Superior, 2016

Conforme as discussões avançam, é necessário provocá-los sobre a diferença entre os termos trabalho e emprego. Para isso sugere-se que seja escrita

⁹ Fonte da imagem de ilustração:

<https://rsaude.com.br/maringa/materia/uma-dificil-missao-processo-de-escolha-profissional/5223>

no quadro a palavra Trabalho e na sequência será perguntado para a turma: o que é trabalho para vocês? As respostas dos alunos serão escritas no quadro, em uma coluna, isso permite ampliar a participação e democratizá-la a todos envolvidos na atividade. Com a coluna da palavra Trabalho preenchida, será criada outra coluna com a palavra Emprego, usando a mesma dinâmica e com o mesmo objetivo da etapa anterior, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1: concepção de Trabalho e Emprego

O diagrama mostra um retângulo com cantos arredondados, dividido verticalmente por uma linha central. À esquerda da linha, o texto "Para vocês o que é Trabalho ?" está escrito. À direita da linha, o texto "O que é Emprego ?" está escrito. O espaço restante do retângulo é deixado em branco para anotações.

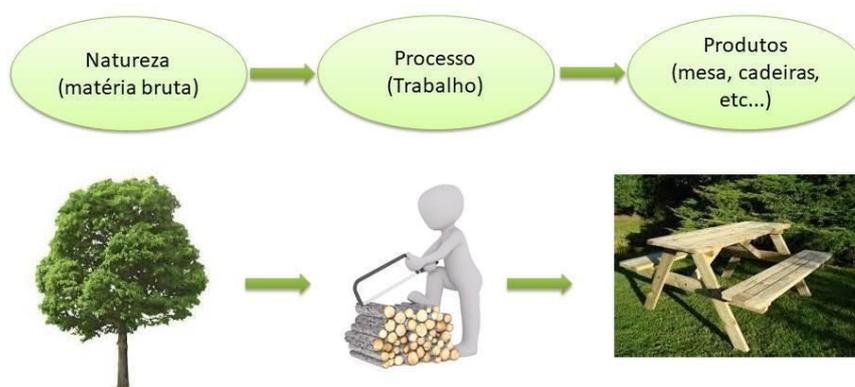
Fonte: Autor

Ao adotar essa dinâmica, estará sendo estimulada a discussão, que os alunos entrem em conflito com suas próprias concepções sobre os conceitos abordados, além de inferir os conhecimentos prévios. Esses conhecimentos serão o ponto de partida para as discussões a seguir.

Antes de seguir nas discussões, é desejável que os alunos tenham compreensão do processo do trabalho, pois é isso que nos torna diferentes dos outros animais, a forma de como nos relacionamos com a natureza. O ser humano é extremamente interativo adaptativo e flexível, faz a natureza se adaptar às suas necessidades e as suas capacidades de criação, faz isso pelo trabalho.

Para facilitar a assimilação desse processo, a professora(o) pode usar o contexto de sala de aula como exemplo. Os objetos que contém numa sala de aula (quadro, mesa, cadeiras, lápis, etc....) é algo natural ou o homem adaptou para suas necessidades? A imagem abaixo pode ser usada para explicar a interação homem e natureza.

Imagem 2: Processo do trabalho



Fonte: Autor

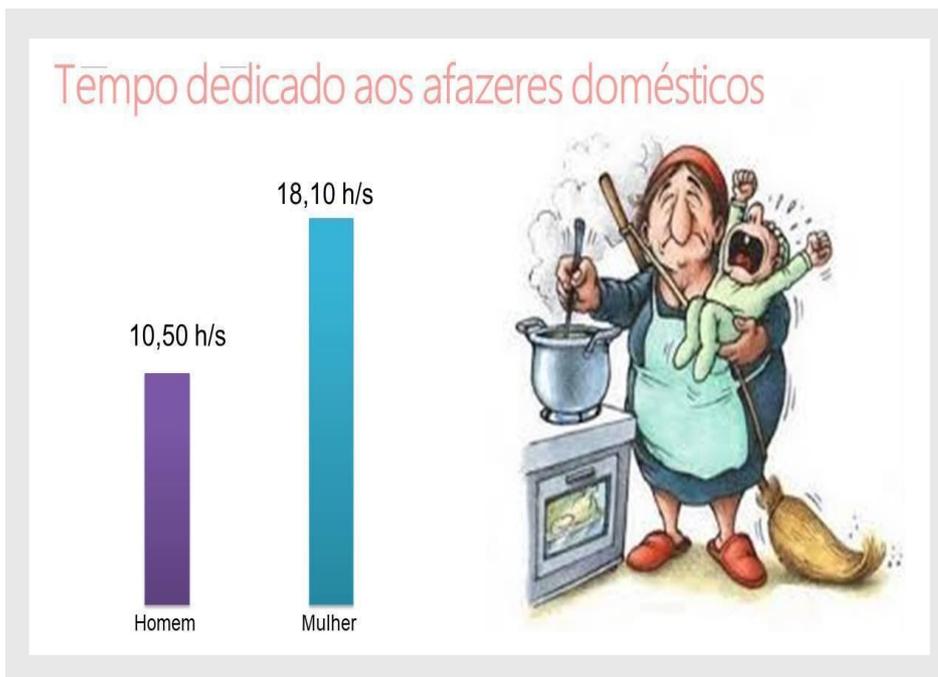
A partir da compreensão do processo do trabalho bem como as diferenças dos conceitos de trabalho e emprego, o mediador pode questionar a turma: Qual a relação da cultura e natureza nas escolhas profissionais? A docência é exercida predominante por mulheres, isso é porque as mulheres possuem predisposições naturais para exercer essa profissão?

Por que profissões que denotam cuidados, sensibilidade, ternura, meiguice e paciência são atividades vinculadas às mulheres? Em outros casos, como nas áreas das ciências exatas e nas engenharias, que requerem raciocínio, rapidez, sagacidade, objetividade, foram historicamente construídas como lugares masculinos? Isso é biologicamente ou socialmente construído? Por que meninos brincam de carrinho e meninas de boneca?

Levando em consideração do nível de compreensão dos alunos do que é cultural e natural, poderá ser problematizado trabalho reprodutivo, aquele que não

há remuneração salarial, que permanecem majoritariamente sob responsabilidade das mulheres, para isso sugere-se a utilização da imagem 3.

Imagem 3: Horas de trabalhos reprodutivos¹⁰



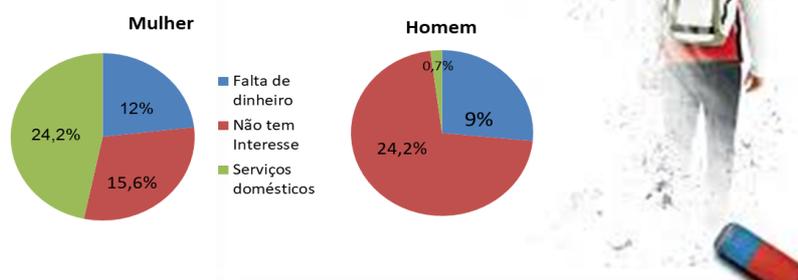
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (2017)

É desejável que os alunos percebam que a força de trabalho da mulher é explorada tanto na esfera da produção, com profissões desvalorizadas e com baixos salários em comparação aos homens, como na esfera reprodutiva, uma vez que são encarregadas dos trabalhos domésticos. Essa dupla jornada de trabalho da mulher, tem como uma das principais consequência a evasão escolar (imagem 4).

¹⁰ Fonte de imagem de ilustração
<https://marchamulheres.wordpress.com/2012/11/09/avancamos-so-que-nao/>

Imagem 4: Evasão escolar¹¹

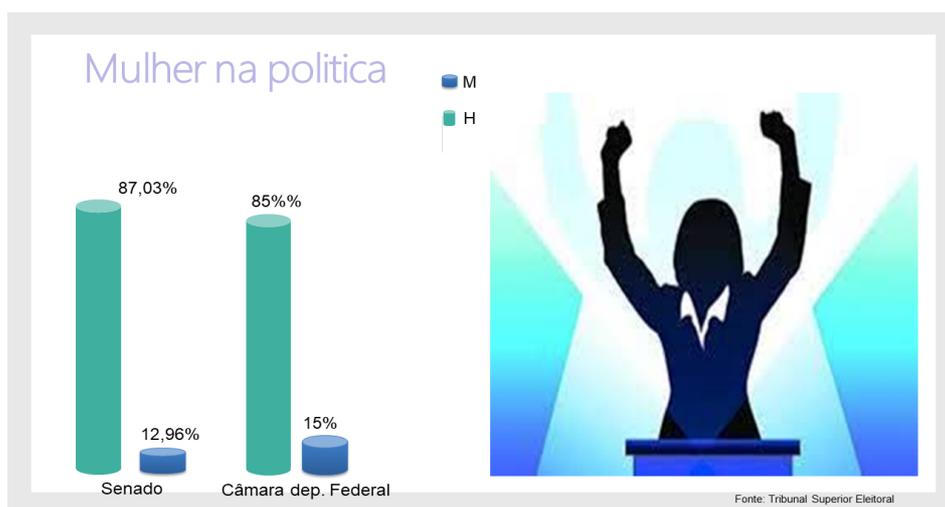
Motivos da evasão escolar



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional Por amostra de Domicílio (PNAD, 2017)

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (2017)

É necessário que a professora(o) provoque a reflexão dos alunos sobre os dados supracitados. Isso é socialmente construído ou decorrente da naturalidade feminina para os trabalhos domésticos? Outra consequência, da dupla exploração, é a baixa representatividade da mulher em cargos políticos.

Imagem 5: Mulheres em cargos políticos¹²

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

¹¹ Fonte da imagem de ilustrações <https://istoe.com.br/uma-nova-e-preocupante-evasao-escolar/>

¹² Fonte da imagem de ilustrações

<http://www.mulheressocialistas.org.br/propostas-para-aumentar-participacao-feminina-na-politica-brasileira/>

Essa desigualdade também ocorre para os cargos de chefes do executivo municipal. Câmara de Vereadores – 57814 homens e 7803 mulheres (11,89%) (2016); Prefeitos – 4932 homens e 638 mulheres (menos de 0,8%) - 2016; Vereadoras mulheres e negras, como Marielle assassinada no Rio, ocupam menos de 1% dos cargos eletivos. A partir de 2000 as mulheres ocupam entre 11 a 14% dos cargos de vereadores no país; Apesar da legislação impor cota de gênero, a participação feminina na política ainda é pequena se comparada aos homens. Percebe-se que a estrutura de poder permanece nas mãos dos homens.

Nesse momento da discussão é imprescindível que o aluno tenha entendimento que no processo de trabalho, além da interação homem e natureza ocorrem interações sociais. Os seres humanos não vivem, convivem. Associam-se em famílias, tribos, vilas, cidades, estados. Introduzem divisão social do trabalho, distribuem as responsabilidades, a partir da sua participação nos processos produtivos e na capacidade decisão sociais, criam grupos sociais diferenciados.

Nesse contexto, construiu-se discursos sobre qual deveria ser o papel da mulher nas relações sociais. Desse modo as relações de poder entre homens e mulheres, eram também relações entre rua (público) e casa (privado), dessa forma, por muito tempo as mulheres não poderiam exercer certas atividades.

Para exemplificar a dimensão dessa relação público/privado, retomar o caso Olympe de Gouges, morta por querer ser um homem de estado e querer trair sua natureza para serviços domésticos. Qual a relação desse fato com o baixo número de mulheres em cargos políticos? O porquê há poucas mulheres em cargos políticos?

É desejável que os alunos tenham percebido que, embora tenham ocorridos avanços culturais, a estrutura de poder, aquele que detém a tomada de decisões, permanecem nas mãos dos homens, devido o baixo número de mulheres em cargos políticos, por que isso acontece? Será que é porque existe uma sociedade machista? Dependendo do nível de compreensão dos alunos e de como estão sendo desenvolvidas as discussões poderão ser abordados os conceitos de machismo e feminismo.

As relações sociais só é possível porque existe um elemento central que nos torna sociável, presente em todos os períodos históricos, a Linguagem. Ela foi/é

fundamental na construção/reconstrução da sociedade, é através dela que se constroem os discursos, seja de opressão ou de libertação.

A linguagem e a comunicação estão na base da sociedade humana, sem o domínio linguístico, sem a lógica comunicativa e participatória não se constrói a coesão social, nem a criatividade de sentido do mundo, nem as intervenções que modificam o meio ambiente. Nesse sentido, é necessário que os alunos entendam como foram construídos os discursos sobre a mulher, para isso sugere-se recortar algumas frases utilizadas nas revistas femininas¹³ da década de 50 e 60. Seguem algumas delas:

“Se desconfiar de infidelidade do marido, a esposa deve redobrar os carinhos e provas de afectos, sem questioná-lo nunca”. (Revista Claudia, 1962)

“Desordem na casa de banho, desperta no marido vontade de ir tomar banho fora de casa”. (Jornal das Moças, 1965)

“A mulher deve fazer o marido descansar nas horas vagas, servindo-lhe uma cerveja bem gelada. Nada de incomodá-lo com serviços ou notícias domésticas”. (Jornal das Moças, 1959)

“ Se o seu marido fuma, não discuta pelo simples facto de deixar cair cinzas no tapete. Espalhe cinzeiros por toda casa”. (Jornal das Moças, 1957)

“ O noivado longo é um perigo, mas nunca sugira o matrimônio. ELE é quem decide- sempre”. (Revista Querida, 1953)

“O lugar de mulher é no lar. O trabalho fora de casa masculiniza” (Revista Querida, 1955)

Espera-se que a professora(o), bem como os alunos, tenham percebido que a linguagem/discurso é o elemento central de poder, pois graças a ela o homem pode

¹³ <https://pt.slideshare.net/malubozzani/revistas-femininas-anos-50-e-60>

vislumbrar a construção do mundo, ela é igual à força, ao poder e à dominação. É pela a palavra que se busca a dominação. A linguagem é o instrumento de dominação do homem pelo próprio homem, no caso da problemática abordada neste estudo, é instrumento de dominação do homem sobre a mulher. Desse modo, os sentidos das palavras são definidos, a rigor, a partir de relações de poder, por isso a importância que os alunos entendam como se produzem e reproduzem os discursos machistas que, infelizmente, ainda vigoram na sociedade.

Nesse momento, pode ser oportuno a problematização dos conceitos de sexo biológico e gênero. Para abordar esses conceitos, sugere-se a mesma metodologia de diálogo utilizada para tratar dos conceitos de Trabalho e Emprego (figura 1). Conforme as discussões vão avançando, é interessante a problematização das expressões “Ideologia de Gênero” e “Igualdade de Gênero” (ver glossário), isso porque são expressões estão em disputa e continuamente aparecem na mídia.

Para finalizar a problematização, ressalta-se a importância de disputar o discurso, nesse processo de evolução social, em busca de uma sociedade igualitária. Portanto se os discursos que definiram e definem o papel do homem e da mulher nascem em uma determinada estrutura de poder, esses discursos podem/devem serem desfeitos, sob a condição que se saibam como foram construídos.

Organização do Conhecimento

Com a finalidade de retomar os conceitos trabalhados e problematizá-los com questões de gênero, serão apresentadas duas imagens para a turma. A figura 2, apresentada abaixo, trata-se de uma manchete noticiária, e tem como objetivo propor uma reflexão sobre a afirmativa explícita na imagem. Algumas perguntas poderão ser utilizadas para mediar o debate, entre elas: há trabalhadores sem trabalho? a notícia correta não seria que 13 milhões de trabalhadores estão sem emprego? Existem trabalhadores sem emprego? Esses termos, trabalho e emprego, costumam ser confundidos?

Imagem 6- Trabalho “reduzido” a emprego



Fonte: SBT jornalismo¹⁴

A próxima figura (figura 3) é ainda mais emblemática, pois trata diretamente da dicotomia entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Após a exposição da imagem, os participantes da atividade devem ser estimulados a refletirem se a fotografia retrata uma situação de emprego ou de trabalho?

imagem 7- Trabalho e Emprego.



Fonte: domesticallega¹⁵

¹⁴ Disponível em :<https://www.youtube.com/watch?v=uUXWD6aCAFA>

¹⁵ Disponível em <http://www.domesticallegal.com.br/principais-mudancas-no-emprego-domestico-com-reforma-trabalhist> a/

Se a mulher estiver vendendo sua força de trabalho será de emprego, caso contrário será de trabalho. O ideal, ao final da análise conjunta, é que os discentes constatem que nem todo trabalho é emprego, mas todo emprego é trabalho. O objetivo é que alunos, movimentos sociais outros, apreendem os sentidos e distinções que foram sendo construídas sobre trabalho na sua dimensão ontológica.

Depois de feitas essas atividade será apresentada a seguinte questão: Mulher do “lar” trabalha? Essa questão permite a reflexão sobre o trabalho reprodutivos: vocês concordam que a mulher trabalha quase o dobro em relação aos homens?

A partir das concepções de trabalho e emprego, é necessário relacioná-los com as questões de gênero, isso deve ser feito de forma dinâmica¹⁶. Será entregue aos discentes uma folha com algumas proposições, eles terão que responder se a proposição está relacionada ao conceito de sexo biológico representado pela letra **S** ou ao conceito de gênero representado pela letra **G**:

1. Mulher dá à luz a bebês; os homens não. ()
2. Meninas são delicadas; meninos são brutos. ()
3. Quando uma menina recebe bonecas para brincar, vai aprendendo como cuidar de crianças. ()
4. Mulheres podem amamentar bebês; os homens tem que alimentar os bebês com mamadeira. ()
5. Meninos vestem azul; meninas vestem rosa. ()
6. A voz dos meninos muda na puberdade; a voz das meninas não muda. ()
7. Na nossa sociedade, a maioria das mulheres prepara a comida e cuida da casa. ()
8. Na divisão de tarefas no trabalho, as que exigem força física e destreza em geral são dadas aos homens. ()
9. Homens praticam futebol e mulheres praticam dança. ()

Este exercício tem a finalidade de gerar um momento da discussão e reflexão sobre as respostas, além de averiguar a aprendizagem dos conceitos. O “gabarito” será posto no quadro e, posteriormente, será iniciado um diálogo, com as seguintes

¹⁶ As dinâmicas que serão apresentadas são adaptações do documento Projeto Gênero e direitos Humanos: Construindo Diálogo para a Autonomia Econômica realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para a ONU Mulheres e o Instituto Coca-cola Brasil.

questões: alguma dessas frases te surpreendeu? Alguma das respostas foi diferente do que tinha pensado? As frases dão a entender que comportamentos são aprendidos, ou já nascemos com comportamentos definidos?

Saber os conceitos “sexo biológico” e “gênero” é importante porque revelam, em parte, a oposição fundante entre natureza e cultura e a dicotomia entre ciências humanas e biociência; ajuda incorporar a perspectiva de gênero com vistas à redução das desigualdades e à promoção de direitos de cidadania; identificar situações em que as atribuições e as designações de tarefas no mundo do trabalho estão orientadas por visões sexistas e estereótipos de gênero; faz refletir sobre os próprios preconceitos e para o pressuposto acerca da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero;

Serão os objetivos da próxima dinâmica: identificar situações em que as atribuições e as designações das tarefas no mundo do trabalho estão orientadas por divisões sexistas e estereótipos de gênero, bem como refletir sobre as ideias e impressões acerca de papéis de homens e mulheres e da divisão de tarefas nos ambientes de trabalho; além de iniciar a discussão sobre as consequências dos preconceitos e dos estereótipos no dia a dia.

Deverá ser explicado ao grupo que será feita uma atividade, enfatizando que não se trata de um teste de conhecimentos, que não existem respostas certas e erradas, e que as respostas devem ser espontâneas e sinceras, e, que não devem ser copiadas dos colegas. O símbolo arroba @ quer dizer que pode ser “o” ou “a”. Serão entregues folhas com a tabela (tabela 1) eles deverão responder marcando com um X na coluna homem se aquela atividade é “tipicamente” masculina ou na coluna mulher se aquela atividade é “tipicamente” feminina.

Tabela 1- Atividade usada dinâmica 2

Profissões		Homens	Mulher
	1. Cozinheir@		
	2. Profess@r		
	3. Agricultor@		

	4. Enfermeir@		
	5. Costureir@		
	6. Agente comunitári@ de saúde		
	7. Pesquisad@r		
	8. Engenheir@ Civil		
	9. Polític@		
	10. Engenheir@ Mecânic@		
	11- Médic@		
	12- Advogad@		
Tarefas	13. Cuidar de Crianças		
	14. Operar máquinas		
	15. Cozinhar		
	16. Costurar		
	17. Cuidar da horta		
	18. Fazer faxina		
	19. Líder sindical		
	20. Servir cafezinho		
	21. Chefe de família		
	22. Dirigir vans e ônibus		
	23. Gerente de multinacional		

Fonte: Autor

Para estimular a discussão sobre o tema, após o preenchimento as folhas serão recolhidas, embaralhadas e distribuídas novamente entre os discentes, de forma que cada um receba uma folha diferente, assim será preservado o anonimato das respostas. Todas as profissões e atividade constante na tabela serão lidas e será pedido que os discentes levantem a mão se a resposta que estiver na sua folha for “homens” ou “mulheres”. Isso será contabilizado.

Feito isso, será dialogado com os discentes sobre a relação dos papéis e às tarefas de mulheres e homens na sociedade. Por exemplo: existem tarefas ou atividades exclusivamente femininas ou masculinas? Por que é pensado que homens ou mulheres devem desempenhar uma determinada tarefa ou atividade em particular?

Aplicação do Conhecimento

Após a problematização e organizado os conhecimentos, a turma será dividida em grupos, e será solicitado para que os alunos reflitam sobre possíveis formas de intervenção na desigualdade de gênero no Brasil. A intenção é de avaliar o nível de engajamento dos alunos para resolver o problema. Os discentes voltam a se reunir, agora com novas e diferentes informações, que deverão ser aplicadas, compartilhadas, discutidas e avaliadas até que o grupo alcance uma ou mais novas conclusões. Dessa forma, serão discutidas as possíveis soluções apresentadas por cada grupo.

A reflexão por parte do aluno é um aspecto muito importante e, conseqüentemente, na sua avaliação, ela promove o aprendizado independente e a comunicação, além de facilitar as atividades de sala de aula. Há intenção de promover a reflexão incentivando à auto avaliação e a avaliação entre ou por pares. Aqui é importante explicar que a avaliação por/entre pares não é aquela em que os alunos realizam uma avaliação em duplas. A avaliação por/entre pares é quando os alunos são convidados a avaliar o trabalho/tarefa/exercício do colega.

Quando os alunos são incentivados a olharem para o seu próprio trabalho e para o trabalho dos outros de forma crítica e construtiva, eles desenvolvem um “faro” para a qualidade. Ao observar os trabalhos dos colegas, eles conseguirão reconhecer onde eles mesmos precisam melhorar (CAMARGO, 2019). Ao trabalhar

de forma colaborativa, os alunos podem desenvolver a capacidade de discutir habitualmente seus trabalhos e a aprendizagem envolvida e, assim, se tornarão mais confiantes e críticos.

Para que a reflexão do próprio discente sobre as soluções apontadas seja eficaz, eles devem primeiro saber o que estão julgando, nesse sentido serão questionados sobre: quais os impactos da solução apresentada na resolução da desigualdade de gênero? Poderão surgir soluções locais ou globais, como exemplo a divisão igualitária das tarefas domésticas ou criação/ reforço das políticas públicas sobre a temática. Percebe-se que a primeira solução apresentada tem um caráter local, isso porque traz impacto somente nos grupos familiares onde estes sujeitos estão inseridos, entretanto, a segunda solução traz uma reflexão mais ampla e profunda sobre a problemática. Independente da amplitude das soluções apresentadas, o principal objetivo é demonstrar a importância dos debates públicos para reduzir a desigualdade de gênero e o papel fundamental da educação neste processo.

Considerações finais

Caro leitor/leitora espero que tenha percebido como as desigualdades históricas entre homens e mulheres envolvem interações sociais, características culturais e relações de poder, e da importância de abordar esse tema em sala de aula. Gênero é uma construção social que tem como base as diferenças entre os sexos, mas não se confunde com a sexualidade nem com a reprodução sexual.

Acompanhamos a evolução sócio-histórica da humanidade desde a primeira revolução agrícola, passando pela revolução industrial e do conhecimento, culminando nas questões da divisão sexual do trabalho e de diferentes papéis de gênero. Através dos discursos foi possível perceber as hierarquias e subordinações presentes nas relações cotidianas de trabalho, a valorização de alguns tipos de trabalho apesar do reconhecimento da importância do trabalho doméstico e do cuidado, a acumulação de tarefas e da dupla jornada de trabalho que atinge grande parte das mulheres ativas.

Nesse percurso, foi destacado que entre as causas das desigualdades entre mulheres e homens está a invisibilidade das diferentes formas de opressão, bem

como a naturalização das diferenças em razão de determinantes físicos e biológicos. Nesse sentido é preciso que, cada vez mais, que sejam estimulados debates sobre a desigualdade de gênero, seja em espaços escolares ou não escolares, só assim teremos uma sociedade justa e igualitária para todos.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo- SP: Boitempo, v. 9, 2009.

ARAUJO, R. M. D. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino Integrado. **Revista Educação em Questão** , Natal , v. 52, n. 38, p. 61-80, Maio-Agosto 2015. ISSN 1981-1802.

CARVALHO, M. G.; CASAGRANDE, L. S. Mulheres e Ciência: Desafios e conquistas. **Revista Internacional Interdisciplinar- INTERthesis**, Florianópolis-SC, v. 08, n. 02, 2011. ISSN 1807-1384.

CHASSOT, A. **A ciência é masculina ? É, sim senhora !** 8. ed. São Leopoldo-RS: Unisinos , 2017.

COLLING, A. M. **Tempos Diferentes, Discursos iguais: A construção do corpo feminino na história**. 1. ed. Dourados-MS: UFGD, v. 1, 2014.

CORSINI, L. Gênero. In: TRABALHO REALIZADO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM), P. A. O. M. E. I. C.-C. **projeto Gênero e Direitos Humanos: Construindo diálogo para Autonomia Economica**. 1. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 1, 2015. Cap. 1, p. 29-50.

COSTA, R. G.; PINHEIRO, P. W. M. A pertinência da categoria divisão sexual do trabalho para análise da morforlogia do trabalho na contemporaneidade. **Emancipação** , Ponta Grossa , v. 15, n. 1, p. 43-57, 2012.

FILHO, C. D. B.; DAINEZI, G. F. **Devaneios sobre a atualidade do Capital**. 1º. ed. Porto Alegre : CDG Edições, v. I, 2012.

GUIRALDELLI, R. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de genero na cadeia produtiva da confecção. **Revista Sociedade e Estado** , v. 27, n. 3, p. 709-732, Setembro- dezembro 2012.

KOVALESKI, N. V. J.; PILATTI, L. A. As escolhas de cursos pelas mulheres: qual a formação para qual papeis sociais? o caso das estudantes do centro Centro Federal de Educação Tecnologica do Paraná- Unidade Ponta Grossa. **Revista gestão Industrial**, Curitiba-PR, v. 1, n. 1, p. 89-103, 2005. ISSN 1808-0448.

LAURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista**. 6º. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes , 1997.

IOP, Elizandra. **Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais**. Visão Global-DESCONTINUADO A PARTIR DE 2013, v. 12, n. 2, p. 231-250,

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero, Indicadores sociais das mulheres no Brasil** Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em 24/05/2019

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.** Disponível em <https://www.abmes.org.br/documentos/detalhe/614/pesquisa-nacional-por-amostra-d-e-domicilios-continua-pnadc-2017> Acesso em 10/02/2019

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e Tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, p. 68-77, 2011.

RAMOS, M. N. O ESTUDO DE SABERES PROFISSIONAIS NA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA. **Educação em Revista**, Belo Horizonte-MG, v. 30, n. 04, p. 105-125, Outubro-Dezembro 2014. ISSN 1982-6621.

SAVIANI, D. Choque teórico da politécnica. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, Março-Agosto 2003. ISSN 1981-7748.

SOUZA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: Um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

RESUMO TÉCNICO: **Censo da Educação Superior 2016. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.** Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf Acesso em 04/05/2019

ZABALA, A. **A Prática Educativa; como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXO A – PROPOSIÇÃO SOBRE SEXO BIOLÓGICO E GÊNERO

Idade: _____ **Sexo:** _____

Marque a proposição está relacionada ao conceito de sexo biológico representado pela letra **S** ou ao conceito de gênero representado pela letra **G**:

1- Mulher dá à luz a bebês; os homens não. ()

2- Meninas são delicadas; meninos são brutos. ()

3-Quando uma menina recebe bonecas para brincar, vai aprendendo como cuidar de crianças. ()

4-Mulheres podem amamentar bebês; os homens tem que alimentar os bebês com mamadeira. ()

5-Meninos vestem azul; meninas vestem rosa. ()

6-A voz dos meninos muda na puberdade; a voz das meninas não muda. ()

7-Na nossa sociedade, a maioria das mulheres prepara a comida e cuida da casa. ()

8-Na divisão de tarefas no trabalho, as que exigem força física e destreza em geral são dadas aos homens. ()

9-Homens praticam futebol e mulheres praticam dança. ()

ANEXO B- PROFISSÕES “TÍPICAS” DE HOMEM/MULHER

Idade: _____ **Sexo:** _____

Responder marcando com um X na coluna homem se aquela atividade é “tipicamente” masculina ou na coluna mulher se aquela atividade é “tipicamente” feminina.

Profissões		Homens	Mulher
	1. Cozinheir@		
	2. Profess@r		
	3. Agricultor@		
	4. Enfermeir@		
	5. Costureir@		
	6. Agente comunitári@ de saúde		
	7. Pesquisad@r		
	8. Engenheir@ Civil		
	9. Polític@		
	10. Engenheir@ Mecânic@		
	11- Médic@		
	12- Advogad@		
Tarefas	13. Cuidar de Crianças		
	14. Operar máquinas		
	16. Costurar		
	17. Cuidar da horta		
	18. Fazer faxina		
	19. Líder sindical		
	20. Servir cafezinho		
	21. Chefe de família		
	22. Dirigir vans e ônibus		

ANEXO C- AUTO-AVALIAÇÃO

Idade: _____ **Sexo:** _____

Sem a ajuda dos colegas, responda as seguintes perguntas:

- A coisa mais importante que você aprendeu hoje?

- O que você achou mais difícil?

- O que você mais gostou?

- O que você gostaria de aprender mais sobre o assunto abordado?

- O que te surpreendeu mais?

- O que realmente te fez pensar?

- O que te ajudou quando estava com dificuldades?

- O que você mudaria nas atividades para ajudar seus colegas?
